

“Verdes são os campos”

A questão ambiental nas empresas



Cristiana dos Anjos Fernandes da Costa
Paula de Vilhena Mascarenhas
José Pinheiro Neves



2020

Título

“Verdes são os campos”. A questão ambiental nas empresas

Autores

Cristiana dos Anjos Fernandes da Costa, Paula de Vilhena Mascarenhas
& José Pinheiro Neves

ISBN

978-989-54611-8-9

Capa

Jorge Miguel

Composição

Paula de Vilhena Mascarenhas & José Pinheiro Neves

Formato

Impresso, 106 páginas

Data de publicação

2020, dezembro

Editora

Observalicia – Observatório sobre alimentação, tecnologia e ecologia

Direção da coleção: ecologia social

Paula de Vilhena Mascarenhas

**Formatação gráfica
e edição digital**

Jorge Miguel

Sumário

Prefácio	vii
Introdução.....	1
Capítulo I	5
Problemática e Referências Teóricas Acerca do Ambiente	5
Problemática	5
Referências teóricas acerca do ambiente	5
A Gênese da Ecologia	6
A Questão Ambiental na Sociologia	9
O Progresso	12
Os movimentos ambientalistas.....	15
Ecofeminismo.....	18
Antropocentrismo e Ecocentrismo.....	20
Construção de uma sensibilidade ambiental.....	22
Do Materialismo ao Pós-Materialismo	22
Abordagem ao Desenvolvimento Sustentável	24
Sensibilidade Ambiental: O Caso Português	26
Portugueses e a Ação Coletiva	29
Pequena consideração	32
Capítulo 2	33
Percepção Ambiental	33
Ambiguidade da “Consciência”	35
Consciência Ambiental	38
Capítulo 3	41
Representações Sociais	41
Conceito de Representação Social.....	41
Representações Sociais do Ambiente	45
Informação Ambiental.....	48
Valores Ambientais.....	50
Atitudes e Práticas Ambientais.....	53
Capítulo 4	58
Considerações Metodológicas	58
Estratégia Metodológica	58
Amostra	62
Modelo de Análise.....	64
Representações: a dimensão das Atitudes e Práticas Ambientais.....	65
Valores Ambientais	66
Questão de Partida e sua Fundamentação.....	67
Hipótese	67
Capítulo 5	69

Análise dos Resultados	69
Caracterização das Empresas.....	69
Valores Ambientais	71
Valorização Organizacional face ao ambiente	73
Valorização dos Aspetos Económicos	74
O Público Interno	75
Motivação dos Colaboradores.....	77
Atitudes Ambientais	78
Práticas Ambientais.....	80
Informação Ambiental.....	82
Outros pontos relevantes à perceção ambiental.....	84
Considerações Finais	89
Bibliografia	96

Índice de tabelas

Tabela 1 Modelo de Análise: Atitudes	65
Tabela 2: Modelo de Análise: Práticas	66
Tabela 3: Modelo de Análise: Valores	67
Tabela 4: Certificação e motivação associada	70
Tabela 5: Razões para a certificação e boas práticas ambientais	71

Lista de abreviaturas e siglas

ICS: Instituto de Ciências Sociais

NEP: Nova Ecologia Humana

ONG: Organizações Não Governamentais

VBN: Values-beliefs-norms

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TIC: Tecnologias de Informação e Comunicação

UNCED: United Nations Conference on Environment and Development

PME: Pequenas e Médias Empresas

SGA: Sistema de Gestão Ambiental

EMAS: Eco-Management and Audit Scheme

Pedro Rodrigues Costa

Prefácio

Uma das maiores revoluções produzida pelo iluminismo foi a de ter criado, desde então, um imenso intelecto contingente dominado pela racionalização. Entendimentos, opiniões e ações ficaram irremediavelmente condicionadas por um espírito de cálculo, ou de “geómetra” utilizando a expressão de Blaise Pascal, de modo a coagir irremediavelmente o pensar, o sentir e o agir. Ainda hoje subsiste.

A lógica, o cálculo e a matemática aplicada à organização humana e social apresentam inúmeras vantagens. É inegável. Porém, organizadas em torno de fins meramente racionalistas, estas lógicas de pensamento tendem a fazer esquecer a importância dos fatores não humanos na dinâmica social, retirando-os constantemente do pensamento. Não é por acaso que só mais recentemente as teorias sociais, sobretudo com perspectivas construtivistas e conectivistas, começaram a colocar na análise a conjugação de fatores humanos e não humanos em perspectiva e em análise, com forte aceitação científica. O intelecto contingente racionalista emperrou, durante quase cem anos, as possibilidades de investigação-ação tendo como entendimento primordial a consideração de que fatores humanos e não humanos estão em planos de importância semelhantes na explicação da vida social. Ainda assim, apesar dos esforços recentes, não existe racionalização sem que o humano seja figura central, quer dizer, que a sua posição não supere a posição da natureza na reconfiguração do mundo, seja na organização do espaço ou do tempo, seja na organização da rede de relações e de imitações, seja na dinâmica entre sujeitos e objetos.

Mas foi também o racionalismo iluminista que nos trouxe alguns axiomas válidos para o combate a um racionalismo extremo. Um deles foi retirado da física: não há força que não seja correspondida com contra-força. O próprio ecologismo, que tal como sugere Vincent (1992) incorpora uma reação crítica ao iluminismo europeu, nasce e cresce precisamente tendo como farol antagónico esse intelecto contingente racionalista e dominante.

O protesto dessa contra-força ecologista contra o iluminismo, ocorrida desde o início do século XIX, não deixou, ainda assim, de incorporar racionalidade e ciência empírica, tanto na vertente filosófica como na vertente política. A contra-força encontra argumentos na força para se legitimar, tal como a contra-imitação deriva da imitação inicial – como nos alertava Gabriel Tarde. Foi assim que o ecologismo utilizou vertentes filosóficas, como projeto epistémico antagonista ao antropocentrismo iluminista, e

vertentes políticas, como um programa holístico, radical e profundo que acabou por gerar um ecocentrismo.

Estes dois extremos – antropocentrismo e ecocentrismo – radicalizaram, ao longo dos anos, discursos e perspectivas. Uma sociologia do ambiente teria que problematizar, de modo equilibrado, a relação entre humano e natureza, fazendo emergir dessa um novo paradigma reflexivo e ambiental. Por outro lado, diante de uma crescente globalização, as possibilidades de degradação ambiental alcançaram níveis mais vastos e globais, originando reflexões mais aturadas em torno de incertezas e riscos. A pandemia de Covid-19, que vivemos atualmente, insere-se nesta discussão.

A industrialização societal produziu um conjunto de vantagens para a vida social. Porém, paralelamente, os riscos da ação industrial e empresarial infligidos à natureza forçaram discursos anti-industriais, contra-forças que visaram a alteração e a consciencialização dos problemas gerados pela ação humana na natureza e na própria condição humana. Com isso, tentou-se transformar a representação do problema, eliminando uma ideia de separação entre natureza e humano que se foi instalando e que beneficiou do choque de forças antagónicas: iluminismo-racionalismo-industrialização *versus* ecologismo e ecocentrismo. A ideia era a de transformar algo não familiar (neste caso, a natureza) em algo familiar (natureza e humano enquanto duas faces da mesma moeda).

Com esta variação na representação social dos problemas ambientais, eis que uma legislação ambiental alcançou, paulatinamente, uma dinâmica mais restritiva, mais reguladora e mais responsabilizadora. Ainda assim, com um grande problema na base: o espírito atual é ainda o espírito extraído do capitalismo. As empresas e as organizações estão permanentemente mobilizadas pelos mercados. O lucro é a finalidade última da empresa, e uma espécie de trilha da sobrevivência diante de incertezas e riscos. Apesar das pressões ecologistas e ambientais, da forte legislação, de uma fiscalização cada vez mais atenta e de sistemas de gestão ambientais cada vez mais sofisticados e racionalistas em prol da proteção ambiental, este estudo demonstra precisamente que a força economicista e focada no lucro está, ainda, mais presente do que aquilo que se poderia imaginar. Os princípios de gestão ambiental estão ainda demasiado afastados do pensamento diário, da execução de tarefas, do cumprimento de objetivos, da satisfação máxima na avaliação dos desempenhos funcionais. Fica-se com a sensação que grande parte dos dispositivos reguladores e legisladores, apesar da boa vontade, contribuem mais para dinâmicas economicistas do que para dinâmicas ambientais positivas. O cumprimento de normas de qualidade surge representada como qualquer coisa que fica aquém, que fica pelo básico, beneficiando muitas vezes meros efeitos de cosmética

empresarial. Conclui-se que o princípio de gestão ambiental estará sempre ameaçado a partir do momento em que um intelecto contingente, totalmente dominado por um espírito capitalista, continua a varrer o mundo. A ambivalência que se instala na consciência, naquela bifurcação entre agir para o lucro ou agir para o ambiente, acaba por pender quase sempre para fins economicistas. Isso está explícito na visão dos entrevistados deste estudo: ainda que a maioria dos dirigentes empresariais reconheça a importância das práticas ambientais nas atividades produtivas, as suas preocupações ambientais incidem, numa grande maioria dos casos, na sobrevivência empresarial, no respeito pelas regras que ditam, de modo contingente, os modelos de produção e de concorrência nos mercados em que estão inseridos.

Pedro Rodrigues Costa

12 de março de 2021

Introdução

*Verdes são os campos,
De cor de limão:
Assim são os olhos do meu coração.*

*Campo, que te estendes
Com verdura bela;
Ovelhas, que nela
Vosso pasto tendes, de ervas vos
mantendes
Que traz o Verão,
E eu das lembranças
Do meu coração.*

*Gados que pasceis
Com contentamento,
Vosso mantimento
Não no entenderéis;
Isso que comeis
Não são ervas, não:
São graças dos olhos do meu coração.*

Luís Vaz de Camões

O presente estudo teve como objetivo principal a análise das representações acerca do ambiente dos dirigentes das empresas da região do Vale do Ave em contexto da certificação EN ISO 14001:2004 (APCER, 2004).

A criação de uma nova percepção das questões ambientais assenta nas representações que os indivíduos têm dos problemas ambientais como ameaças menosprezadas ou como oportunidades de melhorar a qualidade das suas condições de vida e o quadro de valores a elas associado. Estas representações são influenciadas por um conjunto de instituições, portadoras de uma série de informações mais ou menos objetivas sobre os problemas e questões ambientais e, mobilizam, consequentemente, determinadas percepções.

Tomando como referência a esfera empresarial, analisamos as representações sociais do ambiente dos dirigentes das empresas certificadas ambientalmente ou em vias de certificação ambiental, conceptualizadas em três dimensões: 1. Valores, 2. atitudes, estratégias, preocupações ecológicas e 3. Informação/conhecimento ambiental.

Verdes são os campos. A questão ambiental e as empresas

Algumas questões se tornam incontornáveis: *será que a certificação ambiental passa por um altruísmo relativo à biosfera, movido por uma forte sensibilidade ambiental? Que fatores estão subjacentes à certificação ambiental?*

Tentar responder a estas questões gerais e pertinentes implicava considerar as diferentes dimensões da representação social ligada ao ambiente, nomeadamente as atitudes, os valores/crenças e a informação ambiental que se encontram numa ordem social complexa e nem sempre explícita.

Procuramos, de forma também qualitativa através da saturação dos temas, confirmar a hipótese inicial: uma melhor informação ambiental, aliada a um esclarecimento sobre as questões gerais da ecologia (crenças), está associada a atitudes e práticas mais amigas do ambiente por parte dos empresários. Ou será o lado cognitivo, de algum modo, incapaz de provocar alterações substanciais nas crenças profundas nos dirigentes empresariais?

No atual discurso empresarial tornou-se quase consensual a perceção de que o sucesso das empresas e os benefícios duradouros para os agentes e seus associados não se obtém apenas através de uma tónica na maximização de lucros a curto prazo, mas também através de comportamentos orientados para o mercado cada vez mais responsável. Assim, algumas indústrias, para maximizar o uso de recursos naturais e por carecerem de avaliação, prevenção e controle dos seus impactos ambientais, já elaboram sistemas de gestão ambiental com procedimentos para a conversão e manuseamento do meio ambiente.

As razões subjacentes as estas investigações prendem-se com a necessidade de conhecer a sensibilidade dos dirigentes empresariais para as questões ambientais. Ao mesmo tempo, também se procura compreender, até que ponto, a sua consciência ecológica é sincera e geradora de atos concretos. Saber se, na verdade, os agentes empresariais estão a contribuir para o desenvolvimento sustentável, através de práticas mais ambientais.

Em síntese, pretende-se também mostrar que a sensibilidade para as questões ambientais se reflete num conjunto variadíssimo de ações em diferentes domínios, e que, apelando à participação de todas as partes interessadas, é possível promover um modo coletivo de produzir e de gerir os bens comuns que integra os princípios de respeito ético e de valorização das dimensões ambiental e social.

Podemos dizer que o estudo, tendo em vista futuras ações práticas, da sensibilidade para as questões ambientais, deve partir das representações que os indivíduos têm dos problemas ambientais. Essas representações podem oscilar entre, por

Verdes são os campos. A questão ambiental e as empresas

um lado, uma lógica de ameaça, ou podem, por outro, adotar uma visão mais otimista na medida em que a questão ambiental é encarada como uma oportunidade de melhoria na qualidade das suas condições de vida. Pode, contudo, ser uma mudança de percepção incompleta e nalguns casos até como estratégia de sobrevivência tendo em conta as pressões normativas e o papel de regulação dos agentes ligados ao Estado Moderno. Muitas vezes, as pressões podem diminuir tendo em vista a defesa dos lucros dos empresários. Ou, de algum modo, a criação de consensos de valorização acrítica do privado ou da defesa da lógica do mercado como princípio regulador, mão invisível que tudo autorregula. Num contexto de mercado cada vez mais globalizado e competitivo, a distinção em relação à qualidade e à sustentabilidade passa cada vez mais pela componente mais abstrata, mais ligada aos símbolos. Por alguma razão, a questão da hipocrisia e da ética ambiental é importante na atitude de muitos consumidores conectados pelas redes da web.

Neste contexto, valorizaram-se nesta investigação fundamentalmente os aspetos pragmáticos das representações tais como as práticas declaradas, as práticas reconstruídas e as normas relacionadas com o sistema de gestão ambiental, bem como aspetos subjetivos ligados aos valores ambientais divulgados na rede coletiva de produção.

Do ponto de vista estrutural, o presente estudo está dividido em seis capítulos. O capítulo I é dedicado à problemática e ao enquadramento teórico acerca do ambientalismo e pensamento ecológico. Neste capítulo, no enquadramento teórico, expõe-se a génese da ecologia e a questão ambiental na sociologia, desde os contributos teóricos aos empíricos, em particular os movimentos ambientalistas. A referência teórica ao ecofeminismo surge neste contexto como exemplo ilustrativo da presente mudança de valores e surgimento dos novos movimentos sociais ligados ao ambientalismo, à distinção importante entre antropocentrismo e ecocentrismo, assim como a construção de uma sensibilidade ambiental.

Nos capítulos II e III, apresentam-se algumas conceções teóricas em torno da percepção ambiental e das representações sociais e ambientais. Começando pela conceptualização da percepção ambiental, o capítulo termina com a exploração do conceito de consciência ambiental. Nas representações sociais segue-se um caminho idêntico, incluindo a aplicação destes conceitos ao ambiente. Por fim, apresentam-se os conceitos das três dimensões das representações sociais: 1. a dimensão cognitiva (informação ambiental e conhecimento das questões ambientais); 2. as atitudes que remetem para as práticas ambientais; 3. Os valores/crenças ambientais. Veremos até que ponto existem

Verdes são os campos. A questão ambiental e as empresas

estratégias mais ou menos conscientes que alternam de forma trivalente em que crenças profundas antigas acabam por ter dificuldade em predominar, criando de algum modo uma espécie de discurso “esquizo” ou, como sugeria Gregory Bateson, interações de duplo vínculo.

No capítulo IV, descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados, as técnicas de investigação, a construção e caracterização da amostra e o tratamento da informação recolhida.

Os capítulos V e VI apresentam os resultados da investigação, sujeitos à respetiva análise de conteúdo, o que permitiu caminhar para a confirmação ou infirmação das hipóteses que conduziram às conclusões deste trabalho.

Finalmente, na conclusão, debatemos as novas tendências da questão ambiental nas empresas tendo por base os dados recolhidos na investigação.

Propusemos algumas linhas de interpretação da questão ambiental em termos dos rótulos ambientais e principalmente o debate entre a performance ambiental e a performance económica.

Resta ressaltar que o percurso até atingir o final deste estudo nem sempre foi facilitado. Em grande medida, o planeado inicialmente foi sujeito a várias alterações e interrogações, resultando num estudo mais centrado na consciência ecológica destes agentes sociais.

Capítulo I

Problemática e Referências Teóricas Acerca do Ambiente

A minha proposta, por conseguinte, é muito simples: é nada mais que pensar sobre aquilo que estamos a fazer (Arendt, 1981, p. 53).

Problemática

A investigação incide sobre as práticas e as representações ambientais das empresas certificadas. Este trabalho baseia-se no conceito de representações sociais e ambientais das empresas certificadas. Este estudo tem os seguintes objetivos específicos:

- Estudar as práticas e as atitudes das empresas certificadas ou em fase de certificação pela Norma ISO 14001;
- Compreender os motivos que levaram as empresas à certificação ambiental;
- E, finalmente, perceber, até que ponto, estas empresas, no seu processo de certificação, alteraram as suas práticas movidas por uma nova perceção ambiental.

Duas perguntas se colocaram no início da investigação: *será que a certificação ambiental passa por um altruísmo relativo à biosfera, movido por uma forte perceção ambiental? Que fatores estão subjacentes à certificação ambiental?*

Assim, o grande objetivo deste trabalho é realizar uma análise das representações sociais sobre a sustentabilidade dos dirigentes das empresas em contexto de certificação ambiental.

O nosso interesse por este tema prende-se com a crescente tendência de uma procura para a certificação ambiental por parte das empresas, o que fomentou um questionamento sobre o potencial desta procura em torno de uma crescente sensibilidade para as questões ambientais nas empresas.

Referências teóricas acerca do ambiente

A questão ambiental é considerada um dos principais temas de preocupação da sociedade contemporânea e tem origem no modo como o Homem vê a natureza.

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

A complexidade do tema ambiental coloca-se, com cada vez mais acuidade, no mundo contemporâneo. Assiste-se à preponderância dos debates em redor dos investimentos das nações no sentido de enaltecer o paradigma ambiental. A concepção da Natureza deixa de ser estática. O meio ambiente passa a ser entendido como expressão de diversidade e de repositório da inter-relação de todos os seres. Pretende-se contribuir para a estruturação de uma ética ambiental, entendida como consciencialização ambiental que exige a intervenção das ciências para os valores de preservação e sustentabilidade do planeta.

A Génese da Ecologia

A palavra “ecologia” (do grego oikos, habitat, e logos, ciência) foi, pela primeira vez, utilizada pelo biólogo alemão E. Haeckel em 1866 (Cuisin, 1971, p. 11). Na verdade, a ecologia como ciência aparece no século XIX, ligada essencialmente à relação entre plantas e animais e o seu habitat ou ambiente natural (Vincent, 1992).

Ernest Haeckel, citado por Hannigan (1995, p. 115), por sua vez, considera que a ecologia é “a ciência das relações entre organismos e os seus ambientes”. Nesta mesma perspetiva, Dickens salienta que a ecologia se “preocupa com as relações entre organismos e sistemas ecológicos aos quais se encontram dependentes” (Dickens, 1992, p. 4).

Dentro da ecologia, o termo “ambiente” significa os fatores externos, físicos e biológicos, que influenciam diretamente a sobrevivência, o crescimento, o desenvolvimento e a reprodução dos organismos.

Deste modo, o ambientalismo está primordialmente relacionado com as interações entre biosfera, a tecnosfera e a sociosfera (Clegg, 2003, p. 365). Por um lado, o ambientalismo é a aplicação da teoria ecológica para compreender o desenvolvimento e a operação dos sistemas sociais dentro da biosfera. Por outro lado, o ambientalismo é o estudo dos valores sociopolíticos humanos que instruem a conceitualização e a interação das relações humanas com o ambiente natural (Clegg, 2003, p. 365).

Alfredo Mela *et al.* (2001, p.65) afirma que “como já acontecera na segunda metade do século XIX, tal como nos anos 60 e 70 do século XX, o contexto americano está no centro de uma situação paradoxal, relativamente à temática ambiental”, o que leva, devido à sua posição de modelo de desenvolvimento, a um uso intensivo de recursos ambientais. Como salienta Fulvio Beato citado por Mela (2001), neste período a preocupação com o ambiente é bem visível, na medida em que há um “aumento tanto de artigos sobre o

assunto publicados nos Estados Unidos, pelos principais jornais diários nacionais, como de publicações especializadas” (Mela, 2001, p. 65).

Em Portugal as preocupações relacionadas com questões ambientais situam-se em torno de problemas fora do seu contexto geográfico, como é o caso da energia nuclear e as marés negras. O país já tinha problemas de origem ambiental tais como a desertificação no Alentejo, a construção de barragens e as celulosas. Porém, “a consciência pública era excitada com os problemas longínquos” (Lima & Schmidt, 1996, p. 211).

Segundo Andrew Vincent (1992, p. 210), no que concerne às origens do ecologismo destacaram-se algumas posições. A defesa que as civilizações antigas do paleolítico e do neolítico, e as sociedades tribais que seriam *naturalmente* mais ecológicas do que outros contextos sociais mais complexos, como é o caso do Ocidente contemporâneo (tocado pela industrialização), na medida em que as primeiras respeitavam a natureza, retirando dela apenas o que necessitavam para a sua sobrevivência. Outra posição apresenta-se como a mais utilizada na explicação do ecologismo ou origem dos movimentos ecologistas. Assim, de acordo com Brian Tokar, citado por Vincent (1992), o *Green Movement* surge nos anos 60 do século passado, durante todas as perturbações e controvérsias políticas e sociais que ocorreram nos Estados Unidos (Vincent, 1992, p. 211). Outros autores afirmam que a década de 70 é um período mais adequado para podermos explicar a origem do ecologismo, visto que nessa altura a reação do público se mostrava mais sensibilizada na sua generalidade no que diz respeito a fenómenos como a crise petrolífera, ou melhor, a crise energética. Nesta cronologia verifica-se uma multiplicação de organizações políticas “verdes”, de Partidos Verdes, bem como de uma literatura preocupada com questões ecológicas. Porém, “o movimento ecológico moveu-se inquestionavelmente para primeiro plano político nas duas últimas décadas” (Vincent, 1992, p. 211). Por fim, tendo em conta Vincent (1992) e Dickens (2004), a perspetiva de “que o ecologismo, de certa maneira, incorpora uma reação crítica em relação à tradição do Iluminismo Europeu” (Vincent, 1992, p. 211). Por outras palavras, o ecologismo observa cepticamente a razão como valor supremo. Contesta, desta forma, a centralidade do ser humano e o desprezo pela importância da natureza, visto que esta poderia ser simplesmente manipulada pelos humanos, segundo a proposição racionalista.

O ecologismo tem sido também associado ao Romantismo, que surgiu como forma de protesto contra o Iluminismo no início do século XIX. Assim, o ponto fraco desta terceira posição diz respeito “ao papel crucial que a racionalidade e ciência empírica desempenham na representação do movimento ecologista” (Vincent, 1992, p. 212).

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

Mas afinal como deve ser caracterizada a preocupação com o ambiente? Apesar do ecologismo, ou do ambientalismo, serem caracterizados como ideologias, Vincent afirma que existe alguma dificuldade em fazê-lo, na medida em que para muitos autores “as ideologias fazem parte de um conjunto de ideias e valores que caracterizam uma idade ou época, no caso da ecologia apresenta-se como um conjunto enraizado na crise ambiental” (Vincent, 1992, p. 215).

Por outro lado, Garner (1996) afirma que o ecologismo é uma ideologia que defende a natureza não como uma entidade inerte que serve apenas para ser usada e dominada, mas sim como uma teia complexa e interligada, onde estamos inseridos numa pequena parte.

Na pretensão de caracterizar o ecologismo, teremos de mostrar que este apresenta duas tipologias, sendo uma filosófica e outra política. Na filosófica emergem as duas seguintes vertentes: 1. a *antropocêntrica*, tratada brevemente pelos autores Vincent (1992) e Martell (1994); 2. a *holística*, descrita apenas Andrew Vincent (1992), que diz respeito ao sentimento e ao movimento ecológico mais radical e profundo. Surgindo aqui o conceito de ecocentrismo em oposição ao antropocentrismo.

Segundo Vincent (1992, p. 217), para a primeira abordagem “a natureza sem humanos não tem valor”. Mas se, por um lado, e de acordo com Luke Martell (1994, p. 78), o antropocentrismo “coloca os humanos no centro das preocupações”, por outro lado, para a perspectiva do ecocentrismo “o valor primordial não se encontra no indivíduo, mas sim na ecoesfera como um todo” (Vincent, 1992, p. 217).

No seguimento da visão ecocentrista, Dickens (2004) afirma que os ecologistas radicais procuram relacionar-se harmoniosamente com a natureza no seu estado bruto, ou melhor, no seu estado ‘puro’, “onde cada pessoa desenvolve uma maneira particular e gratificante de interagir com o ambiente e com as outras pessoas” (2004, p. 204).

Martell (1994) partilha a perspectiva ecologista radical pelo facto de esta se preocupar também com o ambiente e não só com os indivíduos, mas critica-a dizendo que muitos dos ecologistas radicais se encontram numa posição antimodernista, muitas vezes com uma visão simplista, incompleta e, por vezes, arrogante.

Neste contexto surge um ambientalismo extremista, como é o caso do movimento *Earth First!*, que, segundo Vincent (1992, p. 219), proclama que “a natureza se torna mais importante do que os seres humanos”. Na ótica deste movimento, a industrialização é vista como objeto de corrupção do planeta, verificando-se que muitos críticos rotulam este movimento, por possuir ideais muitas vezes classificados pelo seu radicalismo, relevando o seu ecofascismo e ecobrutalismo.

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

O ambientalismo como ideologia política envolve tanto os ecologistas radicais, como os partidos e os grupos de pressão. Esta conceção representa um lado mais reformista da ecologia. Andrew Vincent (1992, p. 219) atesta que o principal objetivo destes grupos passa por “valorizar e preservar alguns aspetos do ambiente para o benefício e sobrevivência dos seres humanos”, utilizando, essencialmente, argumentos antropocêntricos. Afirmar ainda que esta área tem atraído também pequenos, mas vociferadores, grupos de ecofeministas, que veem nesta perspetiva a única forma de lutarem contra o paternalismo.

Por outro lado, Dalton *et al.* (2003) defende que, para explicar a ideologia ambiental, seria necessário ter em conta dois tipos de grupos, os ecologistas e grupos de conservação da natureza. Deste modo, será importante frisar que os primeiros focam a sua atenção em questões ambientais no âmbito das sociedades industriais avançadas, como é o exemplo da rejeição da energia nuclear; enquanto os segundos visam essencialmente a proteção da vida selvagem.

Subsiste, neste teor, uma posição intermédia, não muito distante da posição antropocêntrica. Exemplos como o ecocapitalismo que “vê o mercado como o melhor instrumento para controlar os problemas ambientais” (Vincent, 1992, p. 220) e o ecologismo social que “tenta aliar as problemáticas ambientais ao tradicional anarquismo comunista” (Vincent, 1992, p. 220) são os mais adequados para ilustrar este tipo de posição.

Em suma, poder-se-á dizer que as tipologias, quer sejam de ordem filosófica ou política, têm como base de argumento a interdependência entre as espécies e o ambiente. No entanto, as suas perspetivas em relação ao ecossistema variam.

Todavia, a perspetiva do ambientalismo radical, o ecocentrismo (cooperação e harmonia com a natureza), ao contrário de outras ideologias, apresenta uma atitude mais positiva em relação ao ambiente, tendo um olhar minimamente cético em relação à superioridade dos seres humanos no que toca ao planeta.

Em seguida, apresentam-se as perspetivas sociológicas em relação ao ambiente.

A Questão Ambiental na Sociologia

Como foi referido anteriormente, é desde os anos 60 e 70 do século passado que o ambientalismo tem vindo a desenvolver-se no domínio público. E como os homens têm vindo, ao longo dos tempos, a interferir com a natureza, especialmente com o crescimento da industrialização, a preocupação com estas questões também aumentou.

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

As questões ambientais apresentam-se como algo recente no âmbito da sociologia, na medida em que a cultura ocidental se baseia no progresso, que “pressupõe a abundância ilimitada dos recursos e a capacidade humana de gestão e domínio da natureza, em relação à qual o homem ficaria liberto e soberano” (Schmidt, 1999, p. 184).

Apesar de encontrarmos alguns aspetos relacionados com esta temática em alguns dos clássicos, nomeadamente Émile Durkheim, pioneiro na definição da relação sociedade/natureza, Karl Marx, que interpreta a relação estrutura/supraestrutura e Max Weber, que se centra na ação social e nos tipos de organização que lhe estão ligados, estes últimos são muitas vezes acusados de negligenciar o papel dos fatores naturais, bem como a recusa do uso de variáveis ecológicas na explicação sociológica. Segundo Luísa Schmidt, “o axioma durkheimiano, quando tomado dogmaticamente, poderia constituir uma autêntica venda nos olhos dos sociólogos, incapacitando-os de analisar um dilema atual” (1999, p. 180).

Em contrapartida, Catton e Dunlap, citadas por Schmidt (1999), abordam *a nova ecologia humana* como “a interação entre ambiente físico, organização social e comportamento humano, a perspetiva da *economia política*, que formula um quadro de análise geopolítica das limitações da relação entre recursos e desenvolvimento, atribuindo ao capitalismo industrial avançado as causas da destruição ambiental” (Schmidt, 1999, p.180).

Segundo Dunlap, (2002) o NEP (*New Environmental Paradigm*) vem substituir aquilo que os mesmos autores designam de *paradigma da excecionalidade humana* (*human exemptionalism paradigm – HEP*), paradigma que assenta numa abordagem com raiz predominantemente ocidental (*Dominant Western Worldview*). A imagem das sociedades humanas que está por detrás deste paradigma enfatiza a natureza excecional da espécie humana. Excecionalidade que radica na nossa herança cultural, e que se manifesta em aspetos como a linguagem, a organização social e a tecnologia. Embora os autores não neguem que o Homem é um ser excecional, estes referem que foi justamente pela ênfase nas características excecionais dos humanos que muitos sociólogos ignoraram o ambiente biofísico. O HEP está, então, profundamente associado à visão dominante do mundo ocidental a que aludimos antes e é igualmente uma visão *inerentemente antropocêntrica e onnisciente, no sentido em que assume que os humanos serão capazes de resolver qualquer tipo de problemas*. O NEP, por seu turno, é um paradigma inovador no entendimento das questões ambientais porque reconhece o Homem como uma espécie entre outras (não obstante o Homem possuir características únicas e distintivas). Postula ainda a grande influência que o ambiente biofísico tem na vida social, colocando-lhe

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

constrangimentos importantes, assim como afirma que o Homem é o grande construtor do ambiente, determinando também a sua qualidade. Neste sentido, Dunlap argumenta que:

the NEP provided a new way of looking at modern, industrialized societies by calling attention to their ecosystem dependence (...) the NEP sensitizes scholars to the fact such societies not only depend on their ecological base, but may also do serious damage to it because of their vast levels of resource use and population. (Dunlap & Allii, 2002, p. 338)

Deste modo, e segundo estes dois sociólogos, para podermos analisar esta problemática tem de se ter em conta que as características da espécie humana são totalmente específicas, sendo “completamente falso que se legitime a pretensão de colocar as sociedades humanas fora do mundo da natureza, como se elas pudessem existir e desenvolver-se independentemente do conjunto dos outros elementos que formam a realidade natural” (Mela *et al.*, 2001, p. 66).

Segundo Luísa Schmidt (1999), o ambiente emerge na sociologia através de duas principais perspetivas, designadamente as de Catton e Dunlap, que pretendem perceber a relação entre o homem e a natureza, bem como as de Giddens e Beck, que posicionam a sociologia do ambiente num contexto problemático moderno que ambos criticam. Os primeiros propõem um novo paradigma, NEP (*New Environmental Paradigm*), reconhecendo a importância sociológica dos problemas ambientais. Salientam ainda, a dependência dos ecossistemas por parte das sociedades humanas. Sem negarem as “características excecionais da nossa espécie (cultura, tecnologia, linguagem, organização social)”, Dunlap e Catton não excluem o homem dos “princípios ecológicos e das influências e constrangimentos ambientais” (Schmidt, 1999, p. 181).

A segunda perspetiva desenvolve-se em torno do risco como fenómeno da globalização em Beck (2000) e Giddens (1990). Este último sociólogo integra a crise ambiental entre as consequências do desenvolvimento capitalista industrialista e como dimensão da cultura moderna. Ulrich Beck coloca as questões ecológicas no cerne da sua teoria sobre a “sociedade de risco” e “o fabrico da incerteza”, próprio desta fase da nossa civilização (Schmidt, 1999, p.194).

No final dos anos 80 surgem alguns acontecimentos que cativam a atenção mediática e política, na medida em que emerge uma nova ênfase na problemática ambiental. O risco e o bem-estar da saúde humana são os assuntos que se encontram na ordem do dia.

O Progresso

O debate em torno do fenómeno da globalização mostra-se relativamente extenso. Todavia, torna-se importante ligá-lo a outras questões a serem refletidas, visto que o ecologismo, os novos movimentos sociais e a metamorfose dos valores sociais surgem após grandes transformações culturais, sociais e económicas. Deste modo, quando se fala em globalização, é feita uma associação automática ao desenvolvimento do industrialismo, às novas tecnologias, aos meios de comunicação, à cultura global, às incertezas e riscos subsequentes, em suma, ao progresso.

Desde os primórdios que os seres humanos convivem com riscos exógenos, ou seja, riscos provenientes do ambiente exterior físico ou biológico (catástrofes ecológicas como terremotos, erupções vulcânicas, entre outros). As ameaças ambientais eram interpretadas, pela população, “com base em atitudes radicadas na tradição: por exemplo, sendo entendidos como “fatalidades”, ou como punições divinas justificadas pelas culpas do homem, ou ainda como produto de ações defeituosas atribuíveis a indivíduos ou a grupos étnicos específicos” (Mela *et al.*, 2001, p. 159), ou seja, estes fenómenos eram explicados através de seres transcendentais. Mesmo no seio das elites culturais “as conceções baseadas sobre a determinação de relações casuais entre acontecimentos eram contrabalançadas pela persistente influência de ideias de base religiosa ou filosófica” (Mela *et al.*, 2001, p.160). Com a modernidade os riscos assumem outras formas, provindo também dos efeitos da atividade humana e não apenas de fatores externos. Assim sendo, “o carácter ameaçador do ambiente é representado cada vez mais como o produto de decisões, assumidas por indivíduos solitários ou por grupos de indivíduos” (Mela *et al.*, 2001, p. 157).

A reflexão de Giddens assenta, por sua vez, na articulação entre duas questões. A primeira trata da “prevalência do industrialismo capitalista como causa dos danos ambientais, assumidos como rutura de equilíbrios ecológicos pelo sequestro da natureza à escala global” (Giddens citado em Schmidt, 1999, p. 195). Enquanto a segunda diz respeito à “crise ambiental como elemento formador da cultura moderna, desencadeadora de novos movimentos sociais e experimentada individualmente enquanto risco e artificialização dos quadros naturais tradicionais” (Giddens citado em Schmidt, 1999, p. 195).

Nas sociedades pré-modernas dominam os perigos do mundo físico, como é o caso da “insegurança perante a violência generalizada e as guerras internas. A interpretação dos perigos é dominada pelos esquemas propostos pelas religiões” (Giddens citado em

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

Mela *et al.*, 2001, p. 171). Por outro lado, nas sociedades modernas, as ameaças naturais perdem relevo em relação às ameaças ecológicas. As últimas mostram-se como “o produto de um saber socialmente organizado, medidas pelo impacto do industrialismo sobre o ambiente natural. Também a ameaça militar assume um carácter cada vez mais marcadamente industrial” (Giddens citado em Mela *et al.*, 2001, p. 171).

Contrariamente a Giddens, Ulrich Beck coloca o *risco* no centro da sua teoria da modernidade. Segundo Douglas (1992), Beck é o primeiro teórico a estabelecer uma “articulação entre problemas ambientais, a modernidade e novos fenómenos políticos” (Beck citado em Schmidt, 1999, p. 200). De acordo com o teórico, os riscos surgem como aspetos controláveis nas primeiras fases de desenvolvimento das sociedades industriais. Contudo, na fase atual, os riscos multiplicam-se, adquirem um alcance cada vez mais profundo e “sobretudo assumem uma dimensão global, já não delimitável. As ameaças da contaminação atômica e química, o efeito de estufa e outras potenciais catástrofes ecológicas não se detêm perante limites administrativos dos Estados, nem permitem que qualquer grupo social se sinta seguro” (Beck citado em Mela *et al.*, 2001, p. 169). Deste modo, “ao transgredirem as fronteiras, os novos riscos são simultaneamente locais e globais, como ficou bem ilustrado pela catástrofe de Chernobyl” (Beck citado em Campenhoudt, 2003, p. 288).

As contradições internas da sociedade de risco podem mostrar-se vantajosas para a ação dos novos movimentos sociais, nomeadamente os ecologistas. A sua típica consciencialização coletiva poderia assim “conduzir a uma reorientação da sociedade industrial, no sentido de um “iluminismo ecológico” que se destina não a exprimir-se apenas em projetos políticos de larga escala, mas a orientar a vida quotidiana e o trabalho de muitos indivíduos” (Mela *et al.*, 2001, p. 170). Assim, “a questão do risco está no cerne dos movimentos antinucleares e pacifistas, os movimentos ecologistas e antimundialização. Com a extensão geográfica dos riscos, estes movimentos têm tendência a institucionalizar-se” (Beck citado em Campenhoudt, 2003, p. 289).

O progresso, nas sociedades pós-modernas, parece ser a causa dos danos no ambiente, nomeadamente o desenvolvimento da indústria, da tecnologia, da ciência e crescimento económico. Contudo, estes também melhoraram a vida das pessoas. A ciência, por exemplo, para além de ser o fator chave na descoberta de doenças e respetiva cura, também surge, e tal como foi explicado anteriormente, como elemento fundamental na explicação dos fenómenos naturais e correspondentes causas/ consequências.

Mas afinal, será o progresso (científico e tecnológico) contraditório em relação à preservação ambiental? Não será, o conhecimento científico e tecnológico, benéfico para a

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

compreensão dos fenómenos que nos rodeiam? Os movimentos ecologistas/ambientalistas emergem neste contexto, tal como afirmam os autores acima apresentados. Estes movimentos estão preocupados com a situação atual do ambiente. Conseguirão resolver os problemas sem conhecer as suas causas e possíveis consequências? Ou seja, sem o conhecimento científico-tecnológico?

Arroz integral e sandálias não são propriamente o caminho para a cura, assim pensarão muitas pessoas que hoje se preocupam com os perigos que ameaçam o ambiente. Se queremos fazer o diagnóstico dos malefícios que atingem o planeta e tratar deles com algum sucesso, manda a razão que as nossas iniciativas tenham que assentar na interpretação científica dessa realidade. (The Independent citado em Yearley, 1992, p. 113)

Esta citação defende, sem dúvida, a dependência do movimento ecologista em relação ao conhecimento científico, porém esta ligação parece assumir várias formas. O apelo a estudos científicos é muitas vezes feito, nomeadamente no que toca a questões como o efeito de estufa e consequentes alterações climáticas. Esta solicitação é feita, visto que as políticas ambientais necessitam de bases científicas rigorosas. (Yearley, 1992)

De facto, o mesmo autor refere que:

O conhecimento sobre o buraco na camada de ozono só foi tornado possível por intermédio de investidas de alta tecnologia nas camadas superiores da atmosfera por cima das zonas polares. De forma semelhante, a ideia mais comum, que resulta da nossa experiência quotidiana em relação aos detergentes das máquinas de lavar ou do lava-loiça, e dessa experiência nada nos leva a pensar sobre os danos que eles podem causar nos rios e noutros cursos de água. Foram os biólogos que destacaram a relação existente entre os amaciadores dos detergentes e a proliferação das algas que tornam impossível a presença da vida nos cursos de água. (Yearley, 1992, p. 116)

De acordo com Yearley (1992), Moore – uma das principais autoridades científicas da *Nature Conservancy* – descobriu que alguns pesticidas tóxicos estavam a acumular-se ao longo da cadeia alimentar. Não se tratava, assim, “de uma questão de opinião pois ele demonstrou que, através de insuspeitos, mas inexoráveis processos naturais, algumas práticas da agricultura constituíam uma ameaça de envenenamento para as pessoas, e a possibilidade de demonstração científica desta conexão foi decisiva” (Yearley, 1992, p. 117).

Steven Yearley (1992) examina até que ponto a ciência é usada no trabalho de campanha dos ambientalistas. Segundo este, as “organizações conservacionistas e ambientalistas fazem um uso muito extensivo da ciência, invocando o saber especializado, por exemplo, sobre a cadeia alimentar, sobre a identificação de espécies ou sobre a

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

conservação energética. [Até] os grupos mais radicais se esforçam cada vez mais por integrar cientistas qualificados” (Yearley, 1992, p. 125).

Nicholson citado em Yearley (1992, p.114) afirma que a “conservação da natureza deve ter bases científicas e ser dirigida pela ciência”. Contudo, e de acordo com Yearley, existem dois grandes motivos que nos fazem duvidar desta afirmação. Por um lado, muitos dos problemas ambientais têm origem no carácter científico e tecnológico da civilização ocidental. Por exemplo, foi o progresso da tecnologia que levou ao desenvolvimento da energia nuclear e foi o Homem que inventou os CFC (gases responsáveis pela destruição da camada de ozono. O autor sublinha que:

Em casos como estes, é lícito associar diretamente certos problemas ambientais a produtos específicos que nos foram proporcionados pela ciência e pela tecnologia. A sociedade industrial dos nossos dias é inseparável da poluição causada pelos veículos a motor, pela produção de energia e pelo depósito de resíduos. Muitos ambientalistas são, por isso, bastante críticos em relação ao progresso técnico e no mínimo, mantêm uma relação ambivalente para com a ciência. (Yearley, 1992, p. 114)

Por outro lado, “o saber científico não tarda em começar a perder os seus mais diretos motivos de encanto” (Yearley, 1992, p. 114), na medida em que as perspetivas dos cientistas se dividem muitas vezes no que toca, por exemplo, às políticas ambientais. Poderá, portanto, existir desacordo entre especialistas em relação às mais variadas questões ambientais, nomeadamente os “padrões de segurança alimentar ou da avaliação científica dos riscos associados a substâncias tóxicas residuais” (Yearley, 1992, p. 114).

Assim sendo, o autor conclui que o conhecimento científico é uma vantagem para as organizações ambientalistas, visto que este fundamenta as reivindicações das mesmas. De facto,

a ciência pode ser considerada como uma amiga do movimento ambientalista, mas verificamos que se trata, na verdade, de um amigo compreensivelmente menos poderoso do que se poderia ser levado a supor. A autoridade científica tem fraquezas específicas, para além de se revelar insuficientemente ampla para se constituir como grande alicerce da causa verde. (Yearley, 1992, p. 146)

Destacar-se-á em seguida, o conceito de movimentos ambientalistas e os seus contributos na construção da perceção ambiental.

Os movimentos ambientalistas

Steven Yearley (1992) assegura que a sensibilidade em torno dos problemas ambientais tem vindo a desenvolver-se com o crescimento da industrialização, devido a

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

crises ambientais de tempos recentes, nomeadamente o “buraco” na camada de ozono, o aquecimento global e o destino das florestas tropicais, a destruição de habitats e a extinção de espécies, a ameaça sobre a alimentação e a água, os resíduos e descargas residuais, os gases de escape dos veículos, bem como a política energética e as chuvas ácidas.

De facto, é neste contexto de consequências negativas resultantes dos processos de industrialização que os movimentos ecologistas surgem, não só como forma de contestação da sociedade industrial, mas também como defensores de uma sociedade planetária mais harmoniosa, uma procura constante de equilíbrio entre a Natureza e os seres humanos (Mascarenhas, 2001).

Como podemos definir os movimentos ecologistas? De acordo com Roberta Garner (1996) os movimentos ecologistas procuram “abrir portas”, incluindo toda a natureza dentro de uma ética de cuidado, ou melhor, de preocupação. Para estes movimentos,

uma boa sociedade não é aquela onde as relações se confinem apenas entre seres humanos, mas sim um sistema que abrange a natureza como um todo. Para que os seres humanos possam viver em harmonia e cooperação, temos não só que reconhecer a nossa interdependência entre nós como também a interconexão com tudo o que existe no planeta. (Garner, 1996, p. 74)

Segundo esta autora, os estados, as nações e os sistemas económicos impedem-nos de ver e respeitar estas interconexões. Deste modo, as barreiras e rivalidades entre as diferentes sociedades existentes, bem como as fronteiras entre a humanidade e natureza, terão de ser quebradas.

É, portanto, nos anos 80 que “associações, grupos e movimentos ecologistas e/ou ambientalistas conheceram um período de considerável expansão – dos pontos de vista tanto quantitativo (número de sócios ou apoiantes) como qualitativo (divulgação, peso social, etc.) – que caracterizou a maior parte dos países ocidentais” (Mela *et al.*, 2001, p. 77).

Consequentemente, com o aparecimento de uma nova classe média com elevado capital cultural, assiste-se a um reforço do seu papel no que toca a novos valores, a um crescimento da participação dos cidadãos em movimentos ecologistas e a um aumento da consciencialização ecológica (Eden *in* Dickens, 2004). Os novos movimentos sociais são associados ao ecologismo, feminismo, à paz, aos direitos civis, entre outros, ao contrário dos “velhos” movimentos sociais ligados essencialmente a movimentos operários e sindicais. Enquanto estes pretendiam travar batalhas com as instituições detentoras do poder, mas permanecendo no interior do campo político, os novos movimentos evitam o poder político convencional, ou seja, o seu campo de luta pertence à esfera da sociedade

civil. Dalton *et al.* (2003) reforçam esta ideia de que “os grupos ambientalistas, grupos de mulheres e os movimentos em prol da paz são vistos como “desafiantes” da ordem política, possuindo diferentes valores e estilos de ação divergentes” (Dalton *et al.*, 2003, p. 757).

De acordo com Peter Dickens (2004, p. 239), os novos movimentos sociais “desenvolvem novos valores e novas formas de vida fora do que é prescrito pelas políticas convencionais”, pretendendo organizar-se em forma não hierárquica e não burocrática.

Segundo Roberta Garner (1996), este ceticismo em relação ao poder parece ser uma nova característica, ou talvez uma extensão das ideologias liberais, que pretende a difusão do poder para sociedade civil e detrimento do poder do estado. Estes “podem ser vistos como uma reação emocional, [típica do] Romantismo, para com os valores do Iluminismo que continuam a explorar o ambiente como mero objeto” (Dickens, 2004, p. 240), tal como foi explicado anteriormente na caracterização do ecologismo como ideologia.

Assim sendo, e segundo Dalton *et al.* (2003, p. 758), os “novos movimentos sociais, tal como os *green groups*, enfatizam a sua distinta posição ideológica e independência relativamente às grandes redes sociais e políticas”, ou seja, são na sua maioria ONG que desenvolvem este tipo de mobilizações em prol do ambiente.

Por outro lado, Alain Touraine afirma que os novos movimentos sociais são vistos como consequência da mudança e evolução social, bem como da sociedade pós-industrial (Touraine citado em Dickens, 2004, p. 240). Estes autores criticam o desenvolvimento económico capitalista e o crescimento industrial em qualquer sistema económico, porque durante várias décadas pareceu-lhes evidente que o capitalismo, com o seu sistema de lucro privado e custos públicos, estimulou práticas prejudiciais ao ambiente (Garner, 1996). Assim, e de acordo com Benton e Bookchin citado em Garner (1996, p. 342) “todo o sistema de valores capitalistas e a sua ênfase no crescimento e produção material é inerentemente antiambientalista”. O movimento ecologista reconhece, do mesmo modo, que a industrialização e a sua prioridade na acumulação de bens ou excedentes, e não apenas o capitalismo, constituem um problema para o ambiente.

Após esta breve explicação acerca dos novos movimentos sociais e as suas ligações com o ecologismo, os diferentes autores estudados apontam para uma mudança de valores na sociedade atual. Concluir-se-á, deste modo, que estes podem ser simultaneamente causa e consequência desta transformação de valores.

Ecofeminismo

O ecofeminismo surge neste contexto como exemplo ilustrativo da presente mudança de valores e surgimento dos novos movimentos sociais ligados ao ecologismo no final dos anos 70, no âmbito das sociedades industriais avançadas e como modelo da afirmação, de acordo com vários teóricos, que as mulheres são tendenciosamente mais conscientes dos problemas ambientais do que os homens. São, portanto, consideradas mais sensíveis no que toca a este tipo de questões.

O ecofeminismo, considerado radical, emerge com o intuito de estabelecer um paralelo entre a exploração e dominação da natureza e a exploração e dominação das mulheres nas sociedades patriarcais. Contudo, continua a ter alguns princípios em comum com outros movimentos, como é o caso dos ideais de descentralização, não-hierarquização, democracia direta, apoio ao desenvolvimento sustentável, entre outros.

Este movimento acredita que a sociedade patriarcal está construída sobre quatro pilares: o sexismo, o racismo, a exploração de classe e destruição ambiental. Alguns ativistas dos movimentos ecofeministas reclamam a superioridade dos valores femininos e afirmam que as mulheres, devido à sua capacidade de gerar vida, se encontram mais próximas do mundo natural do que os homens (Garner, 1996).

O movimento em questão pode ser dividido em três orientações: o *ecofeminismo clássico* denuncia a naturalização da mulher como um dos mecanismos de legitimação patriarcal. Segundo o ecofeminismo clássico, a obsessão dos homens pelo poder tem levado o mundo à guerra, à contaminação e à destruição do planeta. Neste contexto, a ética feminina de proteção dos seres vivos opõe-se à essência agressiva masculina e é fundamentada através das características femininas igualitárias e por atitudes maternas que acabam por mostrar a tendência das mulheres ao pacifismo e à conservação da natureza, enquanto os homens seriam naturalmente predispostos à competição e à destruição.

O *ecofeminismo espiritualista do Terceiro Mundo*, afirma que o desenvolvimento da sociedade gera um processo de violência contra a mulher e o meio ambiente, tendo as suas raízes nas concepções patriarcais de dominação e centralização do poder. Caracteriza-se também pela postura crítica contra a dominação, pela luta anti-sexista, antirracista, antielitista e anti-antropocêntrica. Além disso, mostra também a tendência protetora das mulheres para com a natureza.

A terceira orientação, denominada *ecofeminismo construtivista*, não se identifica nem com a essência das orientações anteriores, embora compartilhe ideias como o

antirracismo, o anti-anthropocentrismo e o anti-imperialismo. Ela defende que a relação profunda da maioria das mulheres com a natureza não está associada a características próprias do sexo feminino, mas que é proveniente das responsabilidades de género na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade. Para tanto, defendem que é necessário assumir novas práticas de relação de género e com a natureza. Assim, e segundo Adams, Biehl, Diamond e Orenstein citados em Garner (1996, p. 364), para que a emancipação das mulheres seja possível será necessária uma reconstituição entre a relação dos seres humanos com o resto da natureza.

O género, como consequência no conhecimento, nas atitudes e nas práticas pró-ambientais requer uma investigação mais aprofundada. Considera-se que o género possa influenciar as atuações, em função de processos de socialização que ocorrem no seio das famílias, escolas e grupos sociais. Todas as sociedades reconhecem que alguns comportamentos são mais característicos dos homens que das mulheres, e vice-versa. A título de exemplo,

uma das características parece ser que as mulheres tendem a ser mais “sensíveis” e “preocupadas” com o bem-estar dos outros. Os estudos de Geert Hofstede serão, porventura, os mais extensos na avaliação dos traços culturais dominantes em múltiplos países, mas não avaliam, nem distinguem, os comportamentos de homens e mulheres em matéria ambiental (Barreiros, Ferreira & Vieira, 2004, p. 53).

Apesar da possível relação entre o género e os comportamentos ambientais, os estudos empíricos existentes não são conclusivos na influência do género nos comportamentos ambientais (Benton, McStay e Dunlap, Wehrmeyer e McNeil citados em Barreiros, Ferreira & Vieira, 2004). Enquanto uns estudos sugerem a existência de diferenças entre homens e mulheres a nível dos comportamentos e intenções ambientais, outros mostram que estas diferenças são atenuadas quando se controlam outros fatores. De facto, “Milbrath conclui que as mulheres tendem a dar maior apoio do que os homens às políticas públicas de proteção do ambiente” (Barreiros, Ferreira & Vieira, 2004, p. 9). Benton, por sua vez, constata que os homens “tendem a possuir maior conhecimento do que as mulheres, se bem que estas mostrem maior preocupação e emoção quanto à preservação e proteção do ambiente” (Barreiros, Ferreira & Vieira, 2004, p. 9). Relevante será dizer que o “autor não encontrou evidência de diferenças a nível dos comportamentos, o que reforça dúvidas quanto à relação existente entre género e conhecimentos, emoções e comportamentos” (Barreiros, Ferreira & Vieira, 2004, p. 9).

Antropocentrismo e Ecocentrismo

As questões ambientais vão passando gradualmente de uma visão e de valores sociais em relação à natureza «antropocêntricos», para uma visão a que podemos chamar “ecocêntricos”.

A visão “antropocêntrica” fundamenta-se na convicção de que o homem é um ser superior ao resto da “criação”, visto ter sido concebido “à imagem e semelhança de Deus” esta ideia da superioridade humana foi sendo forçada ao longo dos séculos pelo desenvolvimento científico e técnico, que permitiu ao homem explorar com maior eficácia os recursos, libertando-o do «determinismo natural» e fundamentando o seu crescente controlo e domínio sobre a natureza. Mas esta visão está longe de ser a única. A visão “ecocêntrica” caracteriza-se, sobretudo, por considerar o ser humano como uma entre outras espécies que, embora possuindo cultura, tem uma relação forte com o mundo natural. Para além disto, postula que o mundo é finito e impõe limites físicos e biológicos ao crescimento económico, ao progresso social e a outros fenómenos sociais.

Antropocentrismo – teoria da ética ambiental que defende que as normas morais ou prescrições éticas se aplicam apenas aos seres humanos, mesmo quando abrangem entidades não humanas, isto é, apenas reconhecem *mérito inerente* ou *valor intrínseco (estatuto moral)* ao ser humano (Callicott, 1998). Dito de outra forma, de acordo com esta teoria, o ser humano tem pleno direito sobre as restantes formas de vida, bem como sobre toda a natureza.

O *Ecocentrismo* ou *Holismo Ético* é uma teoria da ética ambiental que confere *mérito inerente* ou *valor intrínseco (estatuto moral)* a um espectro de entidades ambientais não individuais, incluindo a biosfera como um todo, espécies, água, e ar, bem como os ecossistemas (Callicott, 1998). Isto é, ao contrário da anterior, o ser humano é apenas uma entre as várias entidades que constituem o nosso planeta.

O *Biocentrismo* – consiste na teoria da ética ambiental que reconhece *mérito inerente* ou *valor intrínseco (estatuto moral)* em todos os seres vivos e a obrigação de não ignorar este atributo, quando as nossas ações interferem com outras formas de vida (Callicott, 1998).

A estas principais correntes da ética ambiental, muitos autores acrescentam o “ecofeminismo” e a “ecologia profunda”. O “pluralismo” moral defende que, na prática, se usa qualquer uma destas visões da ética ambiental, de acordo com as necessidades das circunstâncias. É pertinente salientar que alguns autores se referem, ainda, ao biocentrismo definindo-o como *ecocentrismo*.

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

O antropocentrismo caracteriza-se por uma visão instrumental da natureza. A ação humana de controlo e domínio da natureza com o objetivo de exploração dos seus recursos está, pois, legitimada. Esta perspetiva, característica da civilização ocidental, manifesta-se, entre outros aspetos, pelo estabelecimento de uma hierarquia das diferentes formas de vida e pode, *in extremis*, ser movida pelo desejo de controlo das forças da natureza. Esta perspetiva de centralidade é sistematizada e fundamentada em algumas ideias, segundo as quais a especificidade humana, fruto das suas capacidades, coloca o Homem numa posição de domínio. O Homem é dono do seu próprio destino, e está nas suas mãos usufruir das potencialidades ilimitadas que o mundo tem para oferecer. O progresso é inerente à história da humanidade, e prova disso é a sociedade tecno-industrial; deslumbrados pelos avanços científicos e tecnológicos, esquecemos a condição de seres interdependentes, seres que carecem de autossuficiência para manter a vida sobre o planeta e que dependem de outras formas de vida mais elementares. Neste paradigma o mais importante é o Homem, sendo este o centro de tudo. É uma conceção que considera que a humanidade deve permanecer no centro do entendimento dos humanos, isto é, o universo deve ser avaliado de acordo com a sua relação com o Homem.

O ecocentrismo, ao contrário do antropocentrismo, caracteriza-se pela atribuição de um valor não meramente instrumental aos ecossistemas, enquanto unidades geradoras da diversidade e fundamentais ao funcionamento global do Universo. Esta valoração conduz à necessidade de repensar a postura do Homem para além das relações com os seres vivos e estende-se a outros elementos, como as rochas, o solo e a água, assim como aos próprios processos de natureza que ocorrem nos ecossistemas. Esta corrente não tem o seu foco em algum indivíduo, mas no todo, salientando as relações dos organismos entre si e destes com o ambiente.

As diferentes posições em termos de perspetivas ambientais são marcadamente polémicas. No entanto, as reivindicações ecologistas serão, crescentemente, entendidas não como a voz pessimista dos que declamam para uma multidão de surdos, mas como a expressão ousada e consistente do combate que dá corpo à esperança tão necessária e urgente (Soromenho-Marques, 1993). Os ecologistas já não são os profetas da desgraça. Os ecologistas defendem que o tema do ambiente ganhou, no decurso dos últimos trinta anos, um amplo e múltiplo significado, a tomada de consciência coletiva acerca da crise ambiental, neste início de década, e que já não se confunde com o tom de profetismo visionário e apocalíptico com que eram malevolamente classificados os pioneiros da reflexão e intervenção ecologista e ambientalista.

Construção de uma sensibilidade ambiental

Do Materialismo ao Pós-Materialismo

O fim da Segunda Guerra Mundial “marca um período de transição de uma época dominada por um sistema de *valores materialistas* para uma outra onde, previsivelmente, prevalecerá um sistema de *valores pós-materialistas*” (Inglehart, 1990). Deste modo, valores pós-materialistas como a *qualidade de vida*, a *autonomia individual* e a *participação social* são privilegiadas em detrimento de valores materialistas, nomeadamente o *bem-estar material* e a *segurança física*.

Posto isto, Inglehart (1990) apresenta duas hipóteses centrais relativas à emergência dos valores pós-materialistas nas sociedades ocidentais industrialmente avançadas, designadamente a *hipótese da escassez* e a *hipótese da socialização*. A primeira solicita que, por um lado, quanto maior é a escassez de um bem, seja ele de natureza simbólica ou material, maior será a valorização subjetiva sobre o mesmo; mas por outro lado, a satisfação das necessidades imediatas ou básicas, nomeadamente a alimentação, mostra-se como prioridade para os indivíduos, muitas vezes sobreposta a outros tipos de desejos. No que toca à segunda hipótese proposta por Inglehart poder-se-á dizer que esta supõe “um ajustamento não imediato entre as condições inscritas num determinado contexto socioeconómico e as prioridades valorativas a ele reportadas” (Inglehart, 1990, p. 68), ou seja,

enquanto os indivíduos socializados em ambientes de relativa escassez material, reduzidas redes de proteção social, significativa insegurança física (guerras, etc.) valorizam mais o crescimento económico e a segurança física e material (*valores materialistas*); os cidadãos criados em ambientes de paz, extensas redes de proteção social e relativa abundância de bens materiais dão maior importância relativa a questões como a qualidade de vida, proteção do ambiente, a expressão e realização individuais e a maior participação dos cidadãos na tomada de decisões nas empresas e nos sistemas políticos (*valores pós-materialistas*). (Freire, 2003, p. 295)

As hipóteses propostas por Inglehart (1990), referentes às sociedades ocidentais industrialmente avançadas, parecem prever um progressivo processo de transição intergeracional de valores. Ou seja, o autor acredita que irá ocorrer um processo de passagem de uma cultura materialista, para uma cultura pós-materialista, à medida que as gerações mais velhas vão sendo substituídas pelas mais novas. Esta transição intergeracional da cultura materialista, para a pós-materialista, reflete-se na socialização

primária das novas gerações, na medida em que esta é feita em condições muito diferentes das que caracterizaram o contexto, menos estável no que toca aos índices de segurança física e económica, do processo de socialização das gerações que as antecederam,

observar-se-á entre as camadas mais jovens nascidas no pós-guerra uma gradual inflexão nas suas prioridades valorativas no sentido de privilegiarem um sistema de atitudes pós-materialistas, ou seja, de reorientarem as suas disposições subjetivas do plano das meras aspirações materiais e de segurança física para o plano das preocupações com a qualidade de vida e com a realização pessoal e social. (Ferreira, 1999, p. 183)

O enraizamento da denominada cultura pós-materialista emerge paralelamente a uma série de processos de mudança estrutural iniciados no pós-guerra, tais como a inovação tecnológica, que permite o aumento da produtividade, da comunicabilidade e da mobilidade geográfica; o fortalecimento económico e a implementação do Estado-Providência (potenciador de um forte sentimento de segurança material); a crescente escolarização e expansão dos meios de comunicação massificados, permitindo acesso facilitado ao conhecimento; o desenvolvimento do sector terciário, que vem provocar profundas transformações na estrutura socioprofissional, nomeadamente o aparecimento da classe média; e por fim, a ausência de situações de guerra, que viria facilitar um sentimento geral de segurança física (Inglehart, 1990).

Assim, “a preocupação com a qualidade ambiental pode ser considerada um luxo” (Dietz *et al.*, 2005, p. 360), visto que esta apenas será saciada assim que as necessidades materiais básicas se cumpram. Por outras palavras, os valores pós-materialistas não surgem por causa de uma mudança de valores na sociedade ou porque os indivíduos se preocupam pura e simplesmente com o ambiente, mas sim porque as necessidades básicas materiais estão satisfeitas.

Ronald Inglehart (1990) desenvolve uma teoria acerca da influência dos valores pós-materialistas no contexto social. Para este teórico, a preocupação e proteção ambiental está mais presente em países com problemas relativamente graves, como poluição do ar e da água, e em países onde os seus cidadãos partilham valores pós-materialistas.

Por outro lado, Brechin e Kempton, tal como Dunlap e Merting, mencionados por Dietz *et al.*, (2005), afirmam que não é só nas sociedades industriais mais desenvolvidas que os indivíduos se preocupam com o ambiente. Logo, poder-se-á dizer que estes teóricos refutam a perspetiva de Inglehart (1990), dizendo também que toma como garantido o pós-materialismo das sociedades mais abastadas, ou seja, das sociedades industriais.

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

De acordo com André Freire (2003), o crescimento do pós-materialismo denotou-se em gerações nascidas entre 1971 e 1981, podendo assim relacionar-se esta mudança de valores com o surgimento das preocupações ambientais, tal como foi referido anteriormente. Esta situação indica que a mudança de valores se mostra relativamente tardia em Portugal, na medida em que existe um grande atraso na sua direção às sociedades pós-modernas. Deste modo, “apenas em 1999 e só na geração mais jovem (1971-1981) os pós-materialistas são mais numerosos do que os materialistas” (Freire, 2003, p. 309).

Assim, baseando-se essencialmente em Inglehart (1990), André Freire (2003) estabelece de forma hipotética uma diferença de valores entre as gerações criadas antes e depois da Segunda Guerra Mundial. Segundo a análise comparativa, elaborada por este autor, entre alguns países europeus, poder-se-á dizer que Portugal é “claramente o país com maior percentagem de indivíduos materialistas e menor peso relativo do segmento pós-materialista, quer em 1990, quer em 1999” (Freire, 2003, p. 304). Os teóricos da modernização ecológica têm “sugerido que as sociedades passam da industrialização para uma fase de *modernização ecológica* onde os impactos ambientais são minimizados” (Dietz, 2005, p. 361). Deste modo, é sublinhado que existe um crescimento da preocupação sobre os ecossistemas, na medida em que a sua preservação se revela importante para o bem-estar da humanidade.

Por fim, unindo questões de sensibilidade ambiental, valores pós-materialistas e a política, poder-se-á dizer que a *nova esquerda*, mais tolerante, tal como Freire (2003) a denomina, surge para representar novas clivagens políticas relacionadas com os valores pós-modernos acima referidos.

Abordagem ao Desenvolvimento Sustentável

A abordagem ao desenvolvimento sustentável tem vindo a expandir-se ao longo dos tempos, particularmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), no Rio de Janeiro em 1992. Os princípios definidos na Declaração do Rio “começam por colocar os seres humanos no centro das preocupações do desenvolvimento sustentável, atribuindo-lhes o direito a uma vida saudável e produtiva” (Schmidt & Valente, 2004, p. 27).

Em 2001 é publicado pelo PNUD o *Relatório do Desenvolvimento Humano*, mais um exemplo do relevo das preocupações sociais e ambientais à escala global. Este dá conta de um “mundo globalizado onde apenas uma pequena parte da população mundial vai

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

usufruindo dos benefícios do processo desta globalização, enquanto uma maioria de habitantes da Terra reflete um mundo para o qual não se sentem ainda quaisquer efeitos positivos desse processo” (Schmidt & Valente, 2004, p. 30).

Luke Martell (1994) aborda o tema da sociedade sustentável, afirmando que a tese *Limits to Growth* “sugere que as taxas atuais de crescimento no mundo desenvolvido terão de abrandar, seja por escolha ou por necessidade causada pela exaustão das capacidades de transporte, fornecimento e absorção da Terra” (1994, p. 47).

O desenvolvimento sustentável requer, assim, decisões especializadas acerca da escolha da tecnologia, uso da energia e formas de produção. Porém, esta pretende também “restrições ao crescimento, extração de recursos e poluição e implica mudanças radicais nos valores e estilos de vida sociais” (Martell, 1994, p. 47). Portanto, a sustentabilidade exige, conforme afirmam os ecologistas, uma redução dos níveis de consumo, bem como uma mudança de valores associados à aquisição e satisfação material. Por outras palavras, a redução de alguns recursos surge como corolário dos elevados níveis de consumo.

O planeta encontra-se “sobrecarregado” com algumas formas de poluição, tendo, portanto como consequência o detrimento do ambiente, bem como prejuízo para os seres humanos. Assim, os ecologistas questionam o projeto modernista que fez prosperar a qualidade económica, social e política dos humanos, argumentando que este progresso pode provocar estragos no ambiente. Os críticos destes contestam esta ideia dizendo que os ecologistas sobrepõem o interesse do ambiente ao dos seres humanos. Assim, os ecologistas exigem frugalidade no consumo, o que para os críticos pressupõe um regresso aos padrões civilizacionais da era pré-industrial.

Deste modo, o desenvolvimento sustentável propõe um compromisso entre a proteção ambiental defendida pelos ecologistas e a manutenção do estilo de vida das sociedades industriais contemporâneas.

Steven Yearley (1992), na sua obra *Causa Verde*, mostra que muitos ativistas verdes defendem uma economia rica, mas sustentada, enquanto que outros reconhecem que a “atividade económica tem de ser objeto de mudanças muito profundas” (Yearley, 1992, p. 105) visto que muitas vezes consideram crescimento económico e a cultura industrial como inconciliáveis com a causa verde. Argumento similar “tem exercido, desde há alguns anos, uma forte atração junto de certos neomarxistas, proclamando que o capitalismo – de iniciativa privada ou de estado – é incompatível com a sobrevivência da humanidade” (Bosquet e Caldwell citados em Yearley, 1992, p. 105).

Porém, de acordo com o modelo capitalista, é necessário que o sistema económico capitalista permaneça em constante crescimento para que a abundância seja possível e

para que as pessoas tenham maior acesso a alimentos, vestuário e à propriedade: “o sistema capitalista consegue convencer-nos de que desejamos ou necessitamos sempre de mais e de novos bens” (Yearley, 1992, p. 106).

Os fabricantes começam a criar produtos que se deitam fora depois de serem usados, logo, “este impulso conduz ao desperdício e a danos no ambiente, mas ainda mais nocivo do ponto de vista ecológico é a constante e crescente drenagem de matérias-primas” (Yearley, 1992, p. 106). Deste modo, e de acordo com Bosquet citado em Yearley (1992), esta “dinâmica” do capitalismo conduz diretamente à catástrofe ecológica e fá-lo sem qualquer hipótese de reforma” (1992, p. 106).

Será, igualmente, importante dizer que o autor refere uma crescente consciencialização da opinião pública no que toca ao desenvolvimento económico e às questões ambientais, justificando esta constatação através da divulgação de dados recolhidos num inquérito do Departamento do Ambiente, dizendo que “muito poucos inquiridos (6 por cento) declaram aceitar a afirmação de que o “desenvolvimento da economia deveria ter prioridade sobre as questões do ambiente” (Yearley, 1992, p. 106). Mas apesar desta afirmação, o teórico mostra que “isto não nos diz até que ponto vai a abnegação das pessoas no caso de ser o seu próprio bem-estar económico a estar em causa” (Yearley, 1992, p. 107).

Esta situação remete-nos para o enraizamento dos valores pós-materialistas, na medida em que estes só emergem em condições de estabilidade física e económica. As pessoas dariam, assim, prioridade ao ambiente a partir do momento em que o seu bem-estar estivesse assegurado. Será que o ambiente se sobrepõe ao crescimento económico? Uma questão que se colocou no percurso da investigação e à qual se procura responder na conclusão deste trabalho. Por agora, interessa explorar o conceito de sensibilidade ambiental e sua evolução em Portugal.

Sensibilidade Ambiental: O Caso Português

A questão ambiental emerge tardiamente em Portugal, marcado pela industrialização tardia e “pela predominância de uma sociedade centrada sobre valores rurais tradicionais ligados ao Estado Novo” (Lima & Schmidt, 1996, p. 205), contrariamente aos restantes países europeus. Só nos finais dos anos 80 do século passado se pode “situar entre nós a preocupação político-institucional na articulação sociedade e ambiente. Uma “preocupação”, aliás, inicialmente, mais induzida pelas pressões resultantes do processo de adesão à União Europeia” (Lima & Schmidt, 1996, p. 205).

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

Com a revolução de abril de 1974 emerge uma certa sensibilidade ambiental que, consequentemente, leva ao crescimento dos movimentos ambientalistas. Embora haja agora uma evolução no que toca às questões ambientais, e de acordo com Lima & Schmidt (1996), a história dos problemas ambientais e dos movimentos ecologistas está “ainda por fazer, mas tudo indica que, em Portugal, as questões ambientalistas adquiriram visibilidade, o associativismo ambientalista cresceu e ganhou presença social e a problemática ambientalista instalou-se nas preocupações dos políticos, dos meios de comunicação social e cientistas” (Lima & Schmidt, 1996, p. 206).

Como poderá ser definido o conceito de sensibilidade ambiental?

De acordo com Dobré citado em Almeida (2000, p. 103), o conceito de “Sensibilidade Ambiental” pode ser entendido como as formas de manifestação de inquietação eventualmente devedoras de uma perceção dos problemas ambientais que se confunde com expressões de “medo de catástrofe” ou de “dramatização dos riscos” associados à crise ambiental.

Já no que concerne ao conceito de “Cultura Ambiental”, no sentido sociológico, poder-se-á dizer que este nos remete

para um conjunto julgado pertinente de conhecimentos mínimos, relativamente estabilizados e acessíveis a largos estratos da população numa sociedade moderna, sobre problemas que assumidamente as sociedades contemporâneas aceitam como estando a afetar potencial ou efetivamente as condições da vida de cada um, da humanidade como um todo, ou seres vivos no planeta. (Nave citado em Almeida, 2000, p. 105)

O conceito “Sensibilidade Ambiental”, utilizado no âmbito deste projeto, parece estar situado numa posição intermédia e, de certa maneira mais completa, entre os dois conceitos acima delimitados. Ou seja, para que uma empresa seja considerada sensível aos problemas ambientais não basta saber relatá-los. Os atores sociais de uma empresa, para além de informados acerca de temas relacionados com o ambiente, terão de mostrar a sua preocupação com o ambiente através de atitudes e práticas pró-ambientais.

Interessa neste ponto referir as perceções dos portugueses em relação às questões ambientais. O inquérito Gallup – *The Health of the Planet Survey*, citado em Lima & Schmidt (1996), realizado em 1992 e aplicado em vinte e quatro países ocidentais mostra, em termos comparativos, que os portugueses são genericamente mais preocupados com as questões ambientais do que os restantes inquiridos. Estas conclusões provam que a preocupação com o ambiente não é exclusiva dos países industriais avançados e que os valores pós-materialistas não existem apenas nos países mais ricos. Contudo, segundo os

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

resultados deste inquérito, os portugueses veem a degradação ambiental como um problema dos outros, não como se fizessem parte da realidade global.

No *I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, os temas que se revelam mais conhecidos, a nível global, são o efeito de estufa, as incineradoras, a erosão dos solos, o buraco do ozono e o acidente de Chernobyl, onde 35% a 47% dos portugueses declaram saber ou ter pelo menos um conhecimento aproximado (Nave citado em Almeida, 2000, p. 106). Por outro lado, e segundo a análise realizada, Gallup – *The Health of the Planet Survey*, os problemas mais graves no contexto português são “a poluição das águas e os incêndios e destruição das matas e florestas. Problemas hoje bastante divulgados do ponto de vista mediático” (Lima & Schmidt, 1996, p. 212).

Segundo os autores, os inquiridos consideram-se maioritariamente “nada/pouco informados” sobre questões ambientais, contudo “exigem” dos poderes públicos mais informação e maiores esforços em torno da educação ambiental.

Nave, citado em Almeida (2000), divide as respostas dos inquiridos em quatro grupos. Ao *grupo A* pertencem indivíduos com nível mais *elevado* no conhecimento sobre questões ambientais; o *grupo B* ao nível *médio*; o *grupo C* ao nível *baixo*; enquanto ao *grupo D* correspondem indivíduos com nível *muito baixo*, ou “grau nulo”, tal como o autor o intitula. Assim, a análise deste inquérito divulga a ausência de uma preocupação, generalizada, relativamente aos lixos domésticos, bem como o desconhecimento do seu tratamento. No que toca igualmente ao problema dos lixos, os inquiridos apontam algumas causas, como é o caso da “falta de civismo das pessoas”; a “falta de responsabilidade das empresas”; “a incapacidade das autarquias”; a “falta de planos nacionais e municipais para o tratamento de lixo. Neste contexto o autor observa que o *grupo A* se encontra mais atento à ausência ou défice de medidas e planos de ação pública concreta, onde a reciclagem é sem dúvida o exemplo mais conhecido e que ilustra melhor esta situação (Nave citado em Almeida, 2000, p. 108).

No que concerne à variável *género* poder-se-á dizer que os homens aparecem melhor representados nos dois grupos superiores do índice; relativamente à *idade*, a juventude faz aumentar claramente a probabilidade de pertencer aos grupos de maior conhecimento; a *escolaridade* é a variável que mais polariza os grupos de índice, com a categoria “não sabe ler” mais ligada ao *grupo D*, deter grau de ensino superior e secundário nos *grupos A* e *B* e ensino básico nos *grupos C* e *D*. Quanto à *categoria profissional* verifica-se que os quadros superiores pertencem maioritariamente aos *grupos A* e *B*; as profissões técnicas, intelectuais e intermédias, ao *grupo A*; os profissionais dos

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

serviços parecem estar ligados a todos os *grupos*; os trabalhadores da agricultura e pescas, profissões operárias e artesanais, nos *grupos C e D*; a categoria “sem profissão” possui tendências díspares, na medida em que os inquiridos podem ocupar qualquer tipo de quadro de habilitações; o estudante e os estudantes trabalhadores no *grupo A* e por fim, a categoria “não exerce profissão”, parece inserir-se geralmente nos *grupos C e D*. Apesar de existirem outras categorias relacionadas com o conhecimento sobre questões ambientais, analisadas por Joaquim Nave em Almeida (2000), decidiu-se por enfatizar somente quatro, para além daquelas que foram descritas anteriormente. A primeira categoria denominada nível de leitura, cresce com o índice de informação e o conhecimento sobre questões ambientais; de seguida surge a exposição aos *media*, onde 75% dos inquiridos diz que é insuficiente a atenção que estes prestam a questões ambientais; o nível de confiança, dividido em grupos, que também diz respeito ao contexto onde os inquiridos tomam conhecimento das questões ambientais. Assim, denotam-se o nível alto, onde a informação é assimilada entre amigos e família, associações de defesa do ambiente, televisão, escolas, médicos, rádio, investigadores e especialistas; o *médio-alto*, no Ministério do Ambiente, jornais e revistas e associações de consumidores; o *médio-baixo*, nas autarquias, União Europeia e Governo; e por fim, o *muito baixo*, nos partidos políticos e empresas. E por último, e não menos importante, os comportamentos “amigos do ambiente” que se encontram mais ligados ao grupo com maior informação e onde o grupo com menos informação adere mais devido a motivações de ordem económica.

Portugueses e a Ação Coletiva

Tal como foi referido anteriormente, a modernização industrial e socioeconómica de Portugal mostrou-se relativamente tardia. Após o 25 de Abril surgem alguns movimentos de cariz operário e sindical, ou seja, movimentos populares marcados pelo discurso ideológico marxista, assinalados com uma *linguagem de classe*. Assim, e segundo Estanque (1999, p. 102),

a revolução estava na ordem do dia e visava a sociedade socialista, a democracia participativa e o associativismo de base pautavam-se por objetivos imediatos; ao mesmo tempo que a vanguarda operária servia de principal emblema das ações “de classe”, os protestos e a mobilização coletiva congregavam estudantes, jovens, mulheres, associações de moradores, a mostrar a natureza transclassista do movimento. (Estanque, 1999, p. 102)

“Verdes são os campos”. A questão ambiental e as empresas

Por outro lado, os movimentos ecologistas, feministas, pacifistas, entre outros, como o movimento estudantil do maio de 68 em França e os movimentos pacifistas da América do Norte, eram praticamente inexistentes no contexto português, até ao 25 de Abril apesar de terem existido movimentos estudantis em 1962 e 1969.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente, a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, constituiu outro marco decisivo para tornar mais visível e atuante a política de ambiente no nosso país. Foram acelerados os mecanismos político-jurídicos, sendo possível a sua combinação com linhas de financiamento comunitárias. Foi igualmente acelerado o processo de institucionalização da "Política Pública de Ambiente", conduzindo, entre outros aspetos, à publicação, em 1987, de dois diplomas legais fundamentais: a Lei de Bases do Ambiente (Lei 11/87 de 7 de abril) e a Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei nº10/87 de 4 de abril) e ao início do processo de transição e integração de diretivas comunitárias nas mais diversas áreas.

Assim, a partir do momento em que Portugal se tornou uma democracia, surgiram vários movimentos populares que envolviam questões ambientais, enfraquecendo nos finais da década de 80 e aumentando na década de 90 do século passado. Para poder explicar a evolução dos movimentos ecologistas será necessário conhecer as suas fases ao longo do tempo. Rodrigues (citado em Figueiredo & Fidélis, 2003) refere quatro fases de compreensão do desenvolvimento deste tipo de movimentos. A primeira, entre 1974 e 1976, é marcada pelo surgimento e desaparecimento súbito de numerosas associações. Estas tinham, na altura, vários problemas ao nível organizacional, bem como dificuldade em transmitir a sua mensagem para a esfera pública. A fase entre 1976 e 1983, aquando dos protestos contra a ameaça nuclear, é verificado um discurso ecologista assinalado por um radicalismo político, surge a primeira organização política, *Os Verdes*. Na terceira fase, entre 1984 e 1988, com a entrada na antiga CEE, hoje UE, agora num clima de estabilidade, é publicada a Lei de Bases do Ambiente. A última fase, depois de 1989 e até à atualidade, é criada a Confederação Nacional das Associações de Defesa do Ambiente e aprovada, em 1998, a “proposta de Lei que define o Estatuto das Organizações Não-Governamentais de Ambiente” (Rodrigues citado em Figueiredo & Fidélis, 2003, pp. 158- 59).

De acordo com Figueiredo e Fidélis (2003), os estudos feitos em torno dos movimentos ambientalistas têm dado importância apenas a grupos organizados e formais, esquecendo os movimentos de carácter espontâneo, informal e de tipo não violento, designados pelas autoras, bem como por Elísio Estanque (1999) como movimentos de base ou raiz popular. Apesar de serem considerados geralmente movimentos pacíficos, Figueiredo e Fidélis (2003) afirmam que estes podem por vezes ter níveis mais

extremados de protesto, nomeadamente em manifestações e assembleias populares, cortes de estradas e o “bloqueio do acesso de especialistas e investigadores aos locais de implantação de projetos/atividades” (2003, p. 163).

Deste modo, as preocupações destes movimentos são classificadas tais como: materialistas e/ou antropocêntricos e relacionados com a defesa da saúde humana e da propriedade privada. Alguma preocupação é também evidenciada no que concerne aos impactes dos projetos ou decisões que afetam o valor económico das propriedades, os rendimentos das atividades económicas e a preservação dos ecossistemas locais (Figueiredo & Fidélis, 2003, p. 160).

Os participantes de movimentos de raiz popular utilizam formas alternativas de participação como é o caso do bloqueio de estradas, piquetes nos locais de implantação dos projetos e manifestações públicas (Taylor, Fidélis *et al.*, Figueiredo e Fidélis, Figueiredo *et al.* e Kousis citados em Figueiredo e Fidélis, 2003). Aqui pode ser denotado, do mesmo modo, o seu carácter *Nimby* (*no meu quintal, não*), expressão utilizada para caracterizar a rejeição popular em relação a alguns projeto e/ou intervenções públicas ou privadas no domínio do ambiente, passando posteriormente para a fase de *Niaby* (*no quintal seja de quem for, não*). É importante neste contexto relevar que estes movimentos se aproximam do Estado para a resolução de problemas, bem como dos *media* para a divulgação dos mesmos.

Garcia *et al.*, citado em Figueiredo e Fidélis (2003, p 157) afirmam que apesar dos portugueses simpatizarem com os movimentos ecologistas (58%), apenas uma pequena parte refere ser membro de uma associação de defesa do ambiente (14%), e somente 5% dos inquiridos revelam ser ativistas. Ainda de acordo com este estudo, os habitantes de áreas urbanas, os estratos sociais mais elevados e os escalões etários mais baixos parecem mais sensibilizados para as questões do ambiente, preocupando-se com questões poluição atmosférica e ausência de espaços verdes. Os habitantes de áreas rurais, por sua vez, «apontam como problemas ambientais mais graves os que se referem às carências no domínio do saneamento básico e da recolha e tratamento de resíduos», mostrando que estes problemas estão relacionados com o quadro de vida quotidiano. (Mansinho e Schmidt, CEE, Figueiredo e Martins e Schmidt *et al.* citados em Figueiredo e Fidélis, 2003, p. 157).

Pequena consideração

A abordagem à questão da mudança de valores, verificada nas sociedades contemporâneas, surgiu com o intuito de apurar até que ponto as questões ambientais nas empresas se evidenciam nesta mutação. Deste modo, a passagem dos valores materialistas aos pós-materialistas proposta por Ronald Inglehart (1990), sendo que os valores pós-materialistas são aqueles que interessam relevar, uma vez que estes parecem estar ligados a fortes níveis de sensibilidade ambiental, ou seja, podem estar aliados à importância dada à qualidade de vida, à proteção do ambiente e ao interesse por uma maior participação. Contudo, e de acordo com outras perspectivas teóricas, é indispensável revelar que os valores ambientais aliados à importância dada ao ambiente podem ser avaliados, igualmente, mediante a orientação do altruísmo relativo à biosfera, que se encontra ligado ao conceito ecocentrismo. Os novos movimentos sociais surgiram simultaneamente, no âmbito deste projeto de investigação, como causa e consequência desta transformação de valores. O ecofeminismo emerge neste contexto como exemplo elucidativo da presente mudança de valores e despontar dos novos movimentos sociais ligados ao ambientalismo, no âmbito das sociedades industriais avançadas.

A sensibilidade ambiental e ação coletiva, analisadas em primeira instância no contexto português de uma forma geral, surgem como estímulo à abordagem do tema nas empresas. Serão, portanto, expostas também referências teóricas à percepção ambiental e às questões relacionadas com representação social, com o objetivo de ligar esta temática aos valores, atitudes e práticas ligadas à preocupação com o ambiente.

Capítulo 2

Percepção Ambiental

Cada indivíduo entende, reage e responde diversamente em correspondência ao ambiente em que está introduzido. A conduta decorrente é, portanto, a consequência das percepções individuais e coletivas dos processos cognitivos, juízos, expectativas e vivências de cada um.

Apesar da teoria central deste trabalho ser as representações sociais, os referenciais teóricos a seguir apresentados vão permitir entender melhor a relação Homem/Meio Ambiente, ou seja, os anseios, critérios de apreciação e condutas, possibilitando conhecer o perfil da sensibilidade ambiental, frente aos vários aspetos da problemática.

Segundo José Coimbra (2004), a percepção é um substantivo que se aplica ao ato, ao processo de perceber, bem como ao resultado dessas ações. Neste sentido, "perceber" um facto, um fenómeno ou uma realidade, significa "absorver bem", dar-se conta deles com alguma profundidade, e não apenas superficialmente.

No entanto para José Pinheiro (1997), a percepção ambiental pode, ainda, ser definida como um fenómeno psicossocial em que os processos cognitivos e afetivos estão implicados na representação do ambiente, tanto na esfera individual como na coletiva.

A percepção é o primeiro passo no processo de conhecimento. Dela dependem aspetos teóricos e aplicações práticas. Se esse primeiro passo falhar, o conhecimento não afetará o seu objetivo, logo o seu entendimento irá seguir numa direção diferente. Assim, os juízos e raciocínios chegarão a conclusões falsas ou equivocadas. O mesmo sucede quanto às análises e práticas relacionadas com o Meio Ambiente. Assim, ao invés das empresas entenderem o ambiente como uma necessidade para cumprir a regulação, passam a entendê-lo como uma componente para a melhoria de qualidade. Por exemplo, a reciclagem seria entendida como reutilização e não como um subproduto não desejável do processo de produção.

As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Apesar de nem todas as manifestações psicológicas serem evidentes, são constantes, e afetam a nossa conduta, na maioria das vezes, inconscientemente. A percepção define-se como o processo de organizar e interpretar dados recebidos (sensações) para desenvolvermos a consciência sobre o ambiente que nos cerca e de nós mesmos. A percepção implica interpretação. Os

nossos sentidos podem ser considerados como as nossas janelas para o mundo (Davidoff, 1983, p. 237).

A percepção varia de indivíduo para indivíduo. A maneira de ver as cores, distinguir tons, assim como o cheiro e o paladar são mutáveis. Em geral, as nossas expectativas influenciam as nossas percepções de diversas formas. A nossa tendência é dar ênfase aos aspetos que estão em harmonia com as nossas crenças. Reconhecemos as coisas que nos interessam mais depressa do que as nos aborrecem. A motivação pessoal, as emoções, os valores, os objetivos, os interesses, as expectativas e outros estados mentais influenciam o que as pessoas percebem.

Na conceção de Soulé (1997), há muitas formas de ver a biosfera. Cada um de nós é uma lente exclusiva, fundamentada e polida por temperamento e educação. E as nossas respostas à natureza – ao mundo – são tão diversas quanto as nossas personalidades, embora cada um, em momentos distintos, possa ficar atónito, horrorizado, deslumbrado ou simplesmente entretido pela natureza.

Corriqueiros ou sublimes, os encontros com a natureza constituem apenas uma das muitas dimensões de nosso envolvimento total com o mundo natural. Este envolvimento, segundo Soulé (1997), é de dimensão fundamental quando se quer entender como a mente percebe a natureza. Ou seja, pode ser sentido na “dimensão de valores” que é dominada pela polaridade entre valores utilitários, por um lado, e valores intrínsecos (espirituais/éticos), por outro. Através da nossa percepção e interpretação ambiental, podemos atribuir valores e importâncias diferenciadas à natureza. E, assim, perceber e sentir que a sobrevivência humana na Terra está intimamente relacionada à utilização racional dos recursos naturais e à existência de outras formas de vida, integrantes da biodiversidade.

O grau de percepção ambiental da realidade, dos factos, acontecimentos, situações ou eventos é variável entre os atores percetivos, principalmente em função do seu estado psicológico, envolvimento pessoal, valorização e importância atribuída à questão em foco e do nível de conhecimento acerca da natureza.

Este nível de percepção conduz-nos a um nível de consciencialização ecológica que realça a nossa responsabilidade de conservação da natureza, como requisito de manutenção da nossa sobrevivência humana. Ou seja, o grau de percepção e o nível de consciencialização ambiental podem ser considerados pré-requisitos para uma efetiva conservação da natureza.

A percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente em que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo.

Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultado das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo.

Em seguida, discute-se o conceito de consciência ambiental, na esteira de George Mead (1932).

Ambiguidade da “Consciência”

A "consciência" é um termo muito ambíguo. É frequentemente identificada como “um certo “algo” que existe sob certas condições e não existe em outras condições” (Mead, 1932, p. 27).

George H. Mead faz uma distinção, num certo sentido, das experiências a que chamamos conscientes do mundo que nos rodeia. Vemos uma cor e damos-lhe um determinado nome, achamos que estamos errados, devido a um defeito na nossa visão, e vamos voltar para as cores espectrais e analisamos a situação. Dizemos que há algo que é independente do nosso processo sensorial imediato. Estamos a tentar conquistar parte da experiência que pode ser tomada como independente da nossa própria resposta imediata (Mead, 1932, p. 28). E o autor refere que:

Nós queremos ser capazes de distinguir o que pertence à nossa própria experiência do que é possível afirmar, como costumamos dizer, em termos científicos. Obtém-se a certeza de alguns processos, mas não temos certeza quanto à reação das pessoas a estes processos. Reconhecemos que existem todos os tipos de diferenças entre os indivíduos. Temos de fazer essa distinção, por isso temos de criar um certo paralelismo entre as coisas que existem e têm um valor uniforme para todos, e coisas que variam de acordo com certos indivíduos. Parece que estamos a obter um campo de consciência e um campo de coisas físicas que não são conscientes. (Mead, 1932, p. 29)

Para o autor, a consciência é formada a partir da interação com o outro, da interação social. A conversão para “gestos conscientes ou com significado é um mecanismo de adaptação mútua dentro do ato social, uma vez que envolve a adoção, por cada um dos indivíduos que levam a cabo a interação, das atitudes dos outros em relação a ele” (Mead citado em Miller, 1973, p. 891). A evolução dos gestos corporais para gestos vocais, e a

conversão destes em símbolos com significado, produzem uma capacidade além da antecipação do comportamento do outro. O indivíduo que executa o gesto verbal pode percebê-lo externamente e, em consequência disso, reagir perante o seu próprio ato. A adoção da atitude do outro pela mente ou pela conduta, é responsável pela gênese e existência dos símbolos e gestos significantes, como também da gênese e existência da mente ou consciência. Assim sendo, “a existência da mente ou da inteligência só é possível em termos de gestos como símbolos significantes” (Mead citado em Miller, 1973, p. 90). O pensamento é considerado como interação simbólica internalizada, como uma conversação consigo mesmo.

Ao discutir a relação dos gestos expressos por um indivíduo e a sua relação com as respostas que provoca nos outros organismos, Georg H. Mead advoga a universalidade dos símbolos - “não se pode dizer nada que seja absolutamente particular; qualquer coisa que alguém diga, que tenha alguma significação, é universal” (Mead citado em Miller, 1973, p. 177). Em determinadas “ocasiões atuamos e nos perguntamos que efeito terá nossa atitude, e é possível que empreguemos deliberadamente certo tom de voz para provocar certo resultado” (Mead citado em Miller, 1973, p. 178).

Porém, a conduta reflexiva aparece somente sob circunstâncias da consciência de si. A estruturação da inteligência reflexiva possibilita ao indivíduo a organização e o controle de suas próprias condutas, em função de uma leitura dos dados de realidade do contexto em que está inserido. A organização do *self* é, simplesmente, “a organização, pelo organismo individual, do conjunto de atitudes sobre seu meio social que está em condições de adotar” (Mead citado em Miller, 1973, p. 128).

O *self* é uma dimensão da personalidade constituída pela consciência que um indivíduo tem de si mesmo, isto é o conceito-chave. O *self* não pode subsistir à margem da sociedade. Em primeiro lugar, porque o *self* nasce com a experiência social. E em segundo lugar o *self* não é algo puramente biológico, não é parte do corpo humano, nem nasce com o indivíduo. Sem contacto social, o corpo pode desenvolver-se, mas não o *self*, “é impossível conceber um *self* brotado fora da experiência social” (Mead citado em Miller, 1973, p. 172).

Assim sendo, o *self* nasce e desenvolve-se exclusivamente a partir da experiência social. Mead (citado em Miller, 1973) definiu a experiência social como um intercâmbio simbólico. Por meio da linguagem ou de gestos, as pessoas concebem significados, algo que só a espécie humana é capaz de fazer. Os seres humanos compreendem o significado das ações de outros indivíduos, entendendo as intenções que existem por trás destas ações, interpretando-as. Finalmente, Mead propôs que para entender as intenções latentes às

ações de outra pessoa, o indivíduo deve imaginar a situação na perspectiva da outra pessoa. A comunicação é o que proporciona ao indivíduo o poder de converter-se em objeto para si mesmo. Graças à nossa capacidade de criar e usar símbolos, somos capazes de “sairmos de nós mesmos” e de nos imaginar na pele de outras pessoas. Assim, podemos prever qual vai ser a reação das outras pessoas perante as nossas ações ou perante as coisas que vamos dizer.

Isto implica, que, segundo Mead (citado em Miller, 1973, p. 202) o nosso *self* apresente dois elementos: o *eu* e o *mim*. O *eu* refere-se ao sujeito que começa a ação. Os seres humanos são seres ativos, capazes de atuar instintivamente e por iniciativa própria. O *mim* refere-se ao *self* como objeto, na medida em que formamos uma imagem de nós mesmos através do outro. A interação social é um diálogo contínuo entre o *eu* e o *mim*. O *eu* inicia a ação, mas não a faz de forma aleatória, toma em consideração ou antecipa a reação de outras pessoas, o que corresponde ao *mim*.

O “*eu* é a reação do indivíduo à atitude da comunidade, como tal essa atitude aparece como consciência” (Mead citado em Miller, 1973, p. 221). No seu entendimento “o organismo individual adota as atitudes organizadas dos outros provocadas por sua atitude, e ao reagir a essa reação provoca outras atitudes organizadas nos outros da comunidade à qual pertence o indivíduo” (Mead citado em Miller, 1973, p. 213).

Portanto, há um jogo contínuo de interações e modificações provocadas em ambos os polos das interações entre o *eu* e o *mim*, e entre o indivíduo e a comunidade. O autor discute ainda as influências do social sobre o indivíduo, elucidando-o com a situação sobre a moda. Descrevendo a possível adesão do indivíduo, em processo gradual, a formas de atuação compatível com a do grupo em que está inserido, sem se dar conta, isto é, sem ter consciência de como o processo ocorre.

A aquisição de consciência é um processo subsequente, que permite, no exemplo anterior, duas condutas opostas: o indivíduo pode aderir àquela moda porque avalia ser para ele indispensável estar em acordo com os outros do grupo, ou pode expressar a intenção de ser diferente, ao vestir-se de forma diferente daquela moda. De facto, “este reconhecimento do indivíduo como pessoa, no processo de utilizar sua consciência de si, é o que proporciona a atitude de afirmação de si ou a atitude de dedicação à comunidade. Convertendo-se, assim, numa pessoa definida” (Mead citado em Miller, 1973, p. 219).

Segundo Anthony Giddens (2002), a estruturação da identidade e a tomada de decisões individuais estão altamente atingidas pelas mudanças ocorridas na nova conjuntura mundial, globalizada, geradora do “*isolamento existencial*” e da “*ansiedade existencial*”; este autor afirma que as transformações na intimidade e na vida pessoal estão

ligadas diretamente ao estabelecimento de amplas conexões sociais. Assim, a consciencialização ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável contém fortes raízes na estruturação individual perante questões ambientais globais. Este salienta ainda que atualmente não é simples identificar o indivíduo pós-moderno, globalizado, complexo, produto dos meios de comunicação, numa crise existencial que vai além das fronteiras da origem e do destino, e agrega a construção e reconstrução do sentido de identidade e individualidade de forma ininterrupta, o que levou a uma maior possibilidade de escolha e de liberdade. Assim, o ser humano é aquele que se define e se redefine, dentro de suas escolhas individuais, com espaço para uma conceção individual e livre de si mesmo. Mas Anthony Giddens assinala que a identidade pessoal não está desvinculada dos processos sociais e “o nível de distanciamento tempo-espaço introduzido pela alta modernidade é tão amplo que, pela primeira vez na história humana, o *eu* e a *sociedade* estão inter-relacionados num meio global” (Giddens, 2002, p. 36). Deste modo, a consciencialização ambiental, com as mudanças recorrentes nos modos de perceção e atuação perante o meio, traduz a escolha de um estilo de vida fincada no modelo moral, identificada com as questões existenciais de sobrevivência, com a responsabilidade para com a vida e *princípios de uma ética ambiental*. Desta maneira, as escolhas por um estilo de vida interferem diretamente na constituição da autoidentidade e podem influir na formação de novos estilos de vida. A globalização trouxe uma infinidade de opções, que se reportam à reflexão íntima da formação do ser e atuam na realidade local. Assim, global/individual/local estão cada vez mais em interação e interferência mútua, num processo de conceção ontológica reflexiva, obedecendo aos *mecanismos de desencadeamento* (Giddens, 2002). O ser humano, hoje, encontra-se num universo de construções e reconstruções contínuas, com capacidades reflexivas ampliadas, cada vez mais próximo de ações e autoformação conscientes e de maior abertura na elaboração da consciência ambiental.

Consciência Ambiental

A consciência tem a sua origem no processo mental do sujeito a partir de reconstruções internas, que dependem das implicações ou disposições sociais para essas construções. É um processo entre o indivíduo, consciência pessoal, sociedade e consciência social, que se situa no interior do sujeito, tendo nas imagens provenientes dos objetos (materiais ou imateriais, concretos ou abstratos) e embaçadas nos sentimentos, o início para a sua efetivação. Algumas propriedades, que fazem parte da consciência Ampliada, definida por António Damásio (2000), como a vontade, as mudanças de hábitos,

comportamentos, atitudes, decisões voluntárias, autoaperfeiçoamento, adequação aos valores e demandas sociais, estão situadas na última instância da consciência e dependem da evolução dos processos anteriores mais simples. Assim, para se alcançar este grau de consciência é necessário ater-se aos níveis anteriores.

O processo contínuo e hierárquico da consciência, em que a moral é o seu grau mais elaborado, torna o saber nele engendrado, a compreensão da vida mais apurada e a consciência como um atributo próprio do ser humano. A concepção de consciência, no entanto, é melhor trabalhada se for tomada como uma propriedade de atitudes concomitantes entre saber e agir. Assim,

o conhecimento pode ser adquirido através da educação como transmissão, mas a consciência seria algo mais complexo que requer a interação entre as várias realidades humanas e o ambiente. “Agir” no sentido da consciência pode ter dois sentidos: ação mental e ação ambiental. Por ação mental entende-se a disposição para mudanças, reflexão sobre o sentido e propósito da vida, não sujeição às condições externas impostas. Ação ambiental considera-se o desejo, o querer e a vontade de expansão além das fronteiras da consciência concreta e a busca por valores que dignifiquem o ser humano. O agir na realidade socioambiental é também um processo de cidadania, condição posterior da tomada de consciência socioambiental. (Gumes, 2005, p. 350)

A consciência é anterior à ação, mas numa via de mão dupla em que uma promove a outra. Parece não haver possibilidade de consciencialização meramente no nível intelectual, das informações e conhecimento; a consciência socioambiental, de que se fala, é uma ação intermediária internalizada no âmbito pessoal e expressa posteriormente na realidade social. A consciencialização socioambiental avançaria além da tomada de consciência em torno de um elemento, seja ele parte da realidade subjetiva ou objetiva do ser, podendo requisitar uma expansão e necessitando de uma abertura, num movimento simultâneo, da sociedade e natureza, do ser humano e filtros culturais, o que caracterizaria a própria expansão da consciência, tendo que a realidade só existe a partir da atribuição de sentido pelo ser e que esse é determinado pelo limite de visão e possibilidade de compreensão dela. Uma

consciência crítica seria aquela capaz de elaborar novas racionalidades, calcadas na interdisciplinaridade e complexidade, determinando valores éticos de respeito, preservação e qualificação da vida, conduzindo a formas de desenvolvimento e ação construtiva e valorativa de si mesmo, da sociedade e do mundo. Portanto, a solução básica para as questões enfrentadas hoje em relação ao mundo seria a tomada de consciência, reconhecendo três aspetos: a unidade na diversidade; a união consubstancial com a biosfera e a convivialidade e solidariedade para com os filhos da terra (Gumes, 2005, p. 350).

A consciencialização reflexiva também é contextualizada. As percepções estão inseridas num contexto e dependem do grau de adaptação e estruturação do organismo, as imagens são traduzidas diferentemente de um indivíduo para outro, padrão este válido para os interesses e motivações. Sabe-se que a atenção é seletiva e, dependendo das expectativas, grau de estimulação e repetição, observam-se certas coisas e ignoram-se outras. Portanto, cada indivíduo possui um contexto e este deve ser considerado na intenção de possibilitar a consciencialização; assim, as estimulações devem vir de elementos que façam parte da realidade mais próxima e as expectativas levadas em conta (Gumes, 2005).

Assim, os significados atribuídos a si mesmo, ao ambiente que o cerca e as suas relações sociais, fazem parte do contexto interno e serão considerados em primeira instância. No entanto, eles iniciam-se com o reconhecimento e reflexão sobre os elementos culturais, sociais e paisagísticos que possam contribuir para a formação das identidades culturais e ambientais, o que pode ser ampliado para uma percepção mais abrangente, de realidades exteriores ao local, identidades universais, coletivas e transculturais. A integração destes elementos, tanto aproximados no espaço, quanto virtualmente, será fundamental no processo reflexivo que indicará os caminhos para a consciencialização socioambiental. Para tanto, é preciso desenvolver o pensamento complexo e contextualizado e a prática da interdisciplinaridade nas construções e reconstruções importantes para a consciencialização.

Desta forma, o estudo da percepção ambiental é de grande importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações. Uma das dificuldades das questões ambientais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância atribuída entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos socioeconómicos que desempenham funções distintas, no plano social.

Discutir o conceito de percepção ambiental não é, portanto, uma questão de dizer quais das representações parecem corresponder melhor à realidade, mas elucidar as perspectivas sociais ou políticas veiculadas através da utilização desse conceito. Posto isto, o próximo capítulo irá discutir a questão das representações sociais de forma a elucidar a temática sobre os valores, as atitudes e práticas ligadas à preocupação com o ambiente.

Capítulo 3

Representações Sociais

A alusão à teoria sobre as representações sociais vai permitir o reconhecimento da presença de várias racionalidades, o que é ajustado às características das multifacetadas sociedades e grupos sociais atuais e às características da forma de compreender e lidar com o saber nessas sociedades, em que grupos diversos têm visões diferentes de um mesmo objeto sem que a dissemelhança implique obrigatoriamente desigualdade onde é preciso entender a diversidade como especificidade.

A representação social seria uma boa forma de conhecer, pois, hoje em dia, a velocidade alucinante da informação obriga a um processamento constante do “novo”, que não abre espaço nem tempo para a solidificação, processamento que se inaugura no olhar de quem vê. Assim, a representação social não é uma cópia nem um reflexo, é uma tradução, uma versão da realidade.

Neste contexto, a teoria da representação social neste projeto revela-se como teoria central, analisada a três dimensões: a informação, atitudes, crenças/valores.

Conceito de Representação Social

O conceito de representação coletiva nasceu na Sociologia. As representações coletivas remetem à natureza supra-individual do Homem, exprimem o ideal coletivo. Segundo Émile Durkheim (1989), os fenômenos coletivos não podem ser explicados em termos do indivíduo, pois este não pode inventar uma língua ou religião. Estes fenômenos são produto de uma comunidade, ou povo. Ao propor a divisão entre o indivíduo e o social, Durkheim procura dar a conhecer o todo, mas fundamentando-se numa concepção de que as regras que comandam a vida individual (representações individuais) não são as mesmas que regem a vida coletiva (representações coletivas). Estas são representações duradouras, tradicionais, largamente distribuídas, ligadas à cultura, transmitidas lentamente por gerações. O estudo das representações tem de reconhecer a diferença entre o individual e o coletivo porque, para este autor, a base da representação individual é a consciência de cada um, sendo, portanto, subjetiva, flutuante e perigosa à ordem social. Já a base das representações coletivas remete para a sociedade na sua totalidade e, por isso, é impessoal e ao mesmo tempo permanente, garantindo, assim, a ligação necessária

entre os indivíduos e a sociedade, e, conseqüentemente, permite a harmonia da sociedade. Este sociólogo defende que:

as representações coletivas são produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para produzir, uma multidão de espíritos diversos associando, misturando e combinando suas ideias e sentimentos ao longo de gerações que acumularam aí a sua experiência e o seu saber. Uma intelectualidade muito particular, infinitamente mais rica e mais complexa que a do indivíduo. (Durkheim, 1989, p. 11)

Desta forma pode-se entender as representações sociais como uma forma de saber socialmente organizado e compartilhado, que circula no nosso cotidiano através da comunicação entre sujeitos, permitindo a edificação de uma realidade comum ao conjunto social. São componentes simbólicos, que, por via do processo de ancoragem, assimilam as novas informações a um conteúdo cognitivo já existente, e, através da objetivação, transformam esses conceitos abstratos em algo perceptível, de forma a perceber o estranho através das nossas categorias culturais.

As representações sociais segundo Serge Moscovici e Denise Jodelet: são “um conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais” (Moscovici, 1978, p. 181). Para Jodelet é também um “conhecimento prático orientado para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideológico em que vivemos (Jodelet, 2001, p. 10). A autora define representação social como:

É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designado como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, essa forma de conhecimento é diferenciada entre outras do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação dos processos cognitivos e das interações sociais. (Jodelet, 2001, p. 22)

O conceito de representação social foi acrescentado por Serge Moscovici, na década de sessenta, no seu estudo sobre o pensamento popular na França. Inspirado primeiramente no conceito de representações coletivas de Émile Durkheim (1895), distinguiu-se deste no aperfeiçoamento da teoria das representações sociais, ao explorar a variabilidade e a multiplicidade das ideias coletivas na sociedade moderna, em contraposição ao carácter mais estável, ou fixo, que estas tinham em Émile Durkheim.

De facto, Moscovici (1978) nas representações preferiu substituir “coletivo” por “social”; o social seria mais apropriado às sociedades contemporâneas, por estas serem mais dinâmicas e fluidas.

No sentido clássico, Serge Moscovici refere que:

As representações coletivas constituem-se num instrumento [que torna legível] e se refere a uma classe geral de ideias e crenças, para nós, são fenómenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenómenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que uso o termo “social” em vez de “coletivo”. (Moscovici, 2003, p. 49)

O “coletivo” era mais indicado ao tipo de sociedade presente em E. Durkheim, uma sociedade cristalizada e estruturada, de conotação estática e positivista. Ao contrário de E. Durkheim, Serge Moscovici atribui o sentido das representações aos grupos, em que os indivíduos se associam no decorrer das suas vidas, ou seja, grupos diferentes podem e tendem a produzir representações diferenciadas sobre o mesmo objeto. No fundo, Serge Moscovici colocou ênfase no sujeito que produz a representação, entendido como um ser ativo, contrapondo-o com a conceção Durkheimiana que posicionava o sujeito como um ser passivo. O autor considera que a herança coletiva não se transmite de forma estática, porque o indivíduo tem um papel ativo e autónomo neste processo de construção social; o indivíduo participa também na sua construção.

Uma representação, segundo a teoria das representações sociais, não é uma cópia fidedigna de algum objeto existente na realidade objetiva, mas uma construção coletiva em que as estruturas do conhecimento do grupo recriam o objeto com base em representações já existentes, substituindo-o. Trata-se de uma perspetiva segundo a qual as representações não são meros elementos mediadores entre características ambientais e ações comportamentais, mas sim a realidade que se apresenta aos sujeitos sociais, determinando tanto a natureza das características do ambiente quanto as ações a serem efetuadas (Moscovici, 2003). O conceito de representação social situa-se nas fronteiras entre a sociologia e a psicologia.

São conhecimentos que se pronunciam como elementos cognitivos, ou seja, imagens, categorias, conceitos, mas que não se podem reduzir a estes elementos cognitivos, uma vez que estes são socialmente elaborados e partilhados, contribuindo para a criação de uma realidade comum e ajudando a comunicação entre os sujeitos. Assim, estes “fenómenos sociais têm de ser compreendidos a partir do seu contexto de produção,

consequentemente a partir das funções simbólicas, ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam” (Moscovici, 1978, p. 61).

A representação é sempre a atribuição, a representação social é a representação de algo ou de alguém, não é a cópia real, nem cópia ideal, nem parte subjetiva do objeto, nem parte objetiva do indivíduo. É o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas.

Segundo Denise Jodelet, “é uma forma de conhecimento socialmente partilhado e elaborado, tendo como objetivo prático a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (2001, p. 22).

A teoria das representações sociais parte da premissa que existem diferentes formas de conhecer e comunicar, dirigidas por objetivos diferentes.

Esta teoria dirige-se à formação de explicações produzidas pelo senso comum, em sociedades complexas, e não exatamente às formas de saber mais elaboradas ou estruturadas como a religião ou a ciência, que são melhor trabalhadas pelo meio do conceito durkheimiano de representações coletivas. A dissemelhança, no caso, não constitui hierarquia nem isolamento entre elas, apenas propósitos diversos.

O universo do senso comum seria aquele constituído principalmente na conversação informal na vida quotidiana, enquanto o universo do saber estruturado cristaliza-se no seu espaço, na sua linguagem e na sua hierarquia interna. Apesar dos seus propósitos diferentes, estas apresentam-se como eficazes e indispensáveis à vida humana.

As representações sociais edificam usualmente na esfera informal, apesar de ambas as esferas não serem totalmente estanques. Não há fronteiras, mas na esfera estruturada não há grande espaço para os sábios amadores.

Os fenómenos de representação social estão aí dispersos, nas práticas sociais, nas organizações, na cultura, nas comunicações interpessoais, sendo eles por natureza espalhados, difusos, em constante movimento e presentes em várias instâncias da interação social.

Tal como Moscovici (2003, p. 54) afirmou que “a finalidade do processo de representação social é transformar algo não familiar em familiar”.

Representações Sociais do Ambiente

O ambiente seria reconhecido como um “lugar determinado ou percebido no tempo onde os elementos naturais e sociais estão presentes em relações e em interação” (Reigota, 1995, p. 14)

Mas, o que é representação social? A palavra “representação” está associada aqui ao sentido de reprodução daquilo que se pensa. As representações sociais são expressões dos pensamentos dos indivíduos por meio de opiniões, atitudes, sentimentos e condutas, produzidas no quotidiano, e tem como função promover a interação social, ressaltam que o carácter social das representações contribui para os processos de formação de comportamentos.

De acordo com Reigota (1995, p. 70), “as representações sociais equivalem a um conjunto de princípios construídos interactivamente e compartilhados por diferentes grupos que, através delas, compreendem e transformam a sua realidade”.

Frequentemente as noções de natureza e ambiente surgem confundidas. De uma forma geral, podemos dizer que a linguagem ambiental se constrói a partir de termos oriundos de três esferas produtoras de saber nesta matéria: a ciência, os media e o senso comum.

Mais especificamente, procuramos perceber que perspectivas provocam os vários atores sociais quanto à questão das alterações climáticas; como é que estes se colocam e como colocam os outros atores sociais quanto à urgência de atuação; como validam a ocorrência de um programa de ação; que fundamentos usam para salvar ou para reservar-se em relação à adoção de políticas ambientais; como é que fomentam os seus pontos de vista em vários sectores públicos e nos meios de comunicação social.

Segundo Carvalho *et al.*, “vários estudos têm mostrado que as perspectivas e posições individuais relativamente ao ambiente são mediadas por processos comunicativos e socialmente partilhadas” (2005, p. 8). Portanto, o recurso aos conceitos de representações sociais e de atitudes parece justificar-se. As representações sociais são reconhecidas como uma forma de conhecimento, socialmente produzido e compartilhado, concebido no decurso das ligações interpessoais quotidianas.

A literatura sobre representações sociais na percepção do ambiente é ainda muito incipiente. Contudo, “a literatura sobre atitudes face a problemas ambientais indica que as pessoas têm uma forte sensibilidade ambiental, o que sugere a pertinência de estudos mais aprofundados sobre representações sociais. Estudos sobre atitudes face ao

aquecimento global do planeta sugerem que as pessoas têm consciência deste problema e se preocupam com ele mas possuem uma compreensão deficiente do mesmo, confundindo-o com fenómenos como a poluição do ar e a diminuição da camada de ozono” (Carvalho *et al.*, 2005, p. 8). Tais estudos revelam também que os cidadãos consideram as alterações climáticas uma ameaça, mas menor que a ameaça de outros fenómenos, como a diminuição da camada de ozono e a poluição dos rios, lagos e oceanos (Dunlap, 1998, pp 473-97).

A informação existente sobre as perceções e atitudes dos portugueses em relação ao ambiente sugere que a maioria dos indivíduos já ouviu falar do efeito das alterações climáticas, achando que o clima está a mudar, e que a “mão” humana é uma das causas principais e que se deve tomar uma posição ativa nas causas dos problemas ambientais. Mas o conhecimento dos portugueses em relação às causas das alterações climáticas parece ser incompleto, pois, apesar de haver uma ideia das causas possíveis, o seu grau de importância é erradamente estimado e as fontes de informação sobre as alterações climáticas aludidas como mais importantes são os diferentes meios de comunicação social, seguidas pelas informações trocadas com família e amigos (Nave & Schmidt, 2002).

Os poucos dados existentes sobre os portugueses parecem reproduzir o padrão descoberto noutros estudos, ou seja, a população portuguesa apoia medidas que não interferem com o seu orçamento familiar, relacionado com a forma de viver, mas não amparam medidas que transportem custos para o indivíduo, como, por exemplo, o aumento do preço dos combustíveis ou da eletricidade (Nave & Schmidt, 2002).

Contudo, a representação social do ambiente é

um conceito fluído e suficientemente vago e ambíguo para se prestar a múltiplas interpretações. Esta fluidez é, no entanto, uma riqueza do conceito. Foi talvez por se tratar de um conceito fluído e global que se impôs a outros termos, como meio, ecossistemas, quadro de vida, património ou, ainda, natureza. (Almeida, 2000, p. 13)

Segundo Aida Lima e João Guerra, o ambiente é frequentemente “assimilado – porventura herança das primeiras políticas conservacionistas – aos valores naturais e às ameaças que recaem sobre a natureza. Esta ideia de equivalência entre ambiente e natureza deixa de fora o espaço de interação entre o mundo social e o mundo natural” (Lima & Guerra, 2000, p. 29). A inclinação atual alude para uma demarcação do conceito de ambiente em relação à noção de natureza, “as várias representações do ambiente que acentuam uma outra dimensão dão origem, fundamentalmente, a três grandes conceções que corresponderão a distintos estádios de autonomização do ambiente em relação à natureza” (Lima & Guerra, 2000, p. 29).

A primeira é a concepção objetiva e biocêntrica: “o ambiente é entendido enquanto aglomerado de elementos naturais e suas relações e interdependências, pouco se distanciam do conceito de natureza” (Lima & Guerra, 2000, p.30). O homem e a sociedade surgem enquanto organismos naturais, como quaisquer outros elementos.

A segunda concepção é a concepção subjetiva e antropocêntrica: o ambiente é entendido enquanto espaço de relações entre o Homem e o seu meio envolvente. Se na concepção anterior o Homem se deve adaptar às leis e condições naturais, nesta concepção os problemas ambientais só ganham visibilidade na medida em que afetam o próprio Homem. No limite, a defesa do ambiente e a preservação dos recursos naturais mais não fazem do que pugnar pela manutenção das condições necessárias à sobrevivência da própria humanidade (Lima & Guerra, 2000, p. 30). Por último, a concepção objeto-subjetiva e tecnocêntrica: o ambiente é entendido enquanto um conjunto de limites, de potenciais disfuncionalidades, de riscos ou de problemas que interessa resolver, tendo em conta as interações do sistema global. Sociedade e natureza tendem, assim, a integrar-se cada vez mais, pelo que o destino de uma determinará, por certo, o futuro da outra (Lima & Guerra, 2000, p.31).

Segundo os resultados do II Inquérito Nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente, para os portugueses o ambiente parece representar-se, sobretudo, pela natureza e pelos elementos naturais (concepção biocêntrica) que, todavia, não deixam de estar acompanhados por ideias bucólicas de campo e paisagens, indicadores de uma eventual qualidade de vida perdida (concepção antropocêntrica). A concepção tecnocêntrica que alia o mundo natural ao mundo social, numa ação com efeitos e contra-efeitos, é ainda minoritária sendo defendida apenas por algumas camadas da população. De facto, os grupos etários mais jovens e os grupos mais escolarizados parecem optar quer por uma maior adesão à concepção tecnocentrada do ambiente, quer por um relativo distanciamento das concepções mais antropocêntricas que medem e leem o mundo à medida das necessidades da humanidade (Almeida, 2000).

Tratando-se o ambiente de um conceito em emergência, ainda em formação e tão abrangente que, no seu limite, inclui a biosfera bem como a própria sociedade humana, não seria de estranhar as imprecisões e as ambiguidades do seu significado.

Informação Ambiental

Na segunda metade do século XX, descobertas nos campos da física, matemática, engenharia e comunicação modificaram, de forma radical, o armazenamento, a manipulação e a transmissão de dados e informações. A par destas modificações, alterações na estrutura económica, política e social de diversos países, combinadas com um forte processo de reestruturação das empresas e maior flexibilidade para a circulação de capitais e investimentos, produziram períodos de enorme instabilidade, volatilidade e, para alguns países, prosperidade.

A intensidade das mudanças levou muitos autores a proclamar o aparecimento de uma nova sociedade – a “Sociedade da Informação”, como defende Lyon (1992), isto é, “de um dia para o outro, tornou-se impossível alcançar o sucesso, em praticamente qualquer campo, sem recorrer às tecnologias da informação as TI parecem preparar-se para mudar todas as atividades dos seres humanos nas sociedades avançadas” (Lyon, 1992, p.1).

O conceito de “Sociedade da Informação” está interligado a um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na atividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais (Missão para a Sociedade da Informação, 1997, p. 9).

Este conceito de sociedade da informação

surge no contexto de debates académicos, envolvendo cientistas sociais e economistas, centrados na identificação dos traços e das características das sociedades pós-industriais e motivados pela perceção de que a emergência, desenvolvimento e difusão de novas tecnologias da informação e comunicação estariam na base da estruturação de um novo quadro de relações sociais e económicas, configurando um novo tipo de sociedade. (Rodrigues & Mata, 2003, p. 161)

A construção deste conceito deve-se, em parte, à identificação de transformações económicas, tecnológicas, sociais e culturais. O aparecimento “de uma nova tecnologia provoca numa sociedade mudanças profundas em todas as esferas – psíquica, física e socioeconómica” (Lima, 2001, p. 2), tratando-se este facto de um fenómeno que pode ser observado ao longo de toda a história da humanidade.

À semelhança do que aconteceu com uma série de tecnologias, como o comboio, a imprensa, o telefone e a televisão, por exemplo, as tecnologias da informação e da

comunicação (TIC) vieram associadas não só a ondas de excesso de otimismo como também de excesso de pessimismo, em torno das quais se criou, respetivamente, um campo de utopia e de distopia tecnológica, para os quais contribuiu o facto de estarem pouco desenvolvidos os quadros de referência analíticos utilizados para investigar e analisar a relação entre mudança tecnológica e social, bem como os artefactos físicos e tecnológicos.

Defende-se, neste trabalho, que o conhecimento/informação ambiental se relacionam com a atitude ambiental. São uma parte das representações sociais e estão articuladas nas interações sociais.

Todavia, uma questão se coloca sobre as relações entre conhecimento/informação ambiental e atitude ambiental. Será que existe uma relação causal entre elas?

No fundo, é a questão do enraizamento social da sensibilização para as questões sociais e esta poder manifestar-se no exercício consciente de um leque mais ou menos diversificado de práticas quotidianas simples e recorrentes de respeito por princípios de proteção das *coisas ambientais* (Nave citado em Almeida, 2000).

A informação, atualmente, é vista como produto de valor que pode ser negociável, pois é um produto que gera outros produtos, como tecnologias da informação e da comunicação. É indispensável para qualquer atividade humana e para o desenvolvimento da sociedade, pois através dela é gerado o conhecimento. Podemos perceber dois sentidos a partir da sua origem etimológica: a informação compreendida como processo de atribuição de sentido; e a informação como processo de representação, objetivando, com isso, comunicar o sentido dado à mesma (Araújo, 2002, p. 12).

Neste projeto, a informação é considerada como “estruturas significantes com a competência e intenção de gerar conhecimento no indivíduo, no seu grupo, ou na sociedade” (Barreto, 1999, p. 2), como sendo “um processo de interação entre o indivíduo e uma determinada estrutura de informação, que vem gerar uma modificação no seu estado cognitivo, produzindo conhecimento, que se relaciona corretamente com a informação recebida” (Barreto, 1996, p. 2). Por sua vez, conhecimento é definido pelo mesmo autor como “toda a alteração provocada na parte mental do saber acumulado do indivíduo proveniente de uma interação positiva com uma estrutura de informação” (Barreto, 1996, p. 2).

Para Aldo Barreto (1996) “conhecer” é visto como um ato de interpretação, uma assimilação de “estruturas significantes” pelo sujeito que percebe o meio com seus sentidos e seu aparato fisiológico. O autor ressalta que a relação informação/conhecimento só se realiza se a informação é percebida e aceite pelo recetor,

de forma a acrescentar novo saber, ou sedimentar saber já instaurado, ou ainda modificar saber anteriormente recebido, colocando o indivíduo em um estágio de desenvolvimento.

A informação ambiental é retida aqui como o conjunto de dados, informações, metodologias, processos de representação, reflexão, os quais facilitam a visão holística do mundo e contribuem para a compreensão, análise e interação harmónica dos elementos naturais, humanos e sociais (Targino, 1994, p. 51).

A função deste tipo de informação é fornecer bases para abordar de forma apropriada os impactos dos fenómenos naturais e das atividades humanas sobre o meio ambiente de forma a promover informações relevantes ao planeamento ambiental, além de contribuir para a mudança de comportamento das pessoas em prol do meio ambiente. Segundo Luísa Schmidt (1999), a informação e a educação ambiental tornaram-se também nestes anos fatores de enorme importância.

A questão da informação ambiental da população em Portugal, e numa situação de elevado *deficit* de cultura ambiental desta, os *media* executam um papel essencial, tanto pela maneira abrangente como abarcam o espaço público, como pela forte dependência mediática da própria informação ambiental, “já que o público tem pouco acesso a outras fontes” (Schmidt, s.d., p. 79). Os *Inquéritos Nacionais ao Ambiente*, realizados pelo Observa (1997 e 2000), clarificam bem o grau de informação ambiental dos portugueses. No II Inquérito apenas 37% dos inquiridos responderam estar *suficientemente informados* ou *muito informados* sobre a problemática ambiental. O mesmo *Inquérito* indica quais as fontes de informação ambiental dos portugueses, onde assumem primazia as fontes mediáticas, com relevo para a *televisão* (89,2%), os *jornais e revistas* (56,6%) e a *rádio* (51,6%) (Ferreira de Almeida, 2004). Estes dados são reconfirmados pelo último Euro barómetro dedicado às questões ambientais, segundo o qual a fonte favorita de informação sobre ambiente dos portugueses é acima de tudo a *televisão* (84%), seguida dos *jornais* (32%), e dos *filmes e documentários* (19%)” (Schmidt, s.d., p. 79). De facto, a perceção do cuidado com o ambiente fica dependente da informação e conhecimento que se possua sobre ele.

Valores Ambientais

Os valores relacionam-se com o nível mais geral e abstrato das representações sociais. São frequentemente invocados em debates relacionados com o ambiente, na medida em que, e de acordo com Leiserowitz *et al.* (2006), vivemos num mundo onde os recursos são limitados, incluindo o tempo, a energia, o dinheiro, a atenção, entre outros.

Neste contexto, “os indivíduos são forçados a escolher, consciente ou inconscientemente, entre os mais diversos valores. Os indivíduos e as sociedades possuem valores abstratos, como é o caso do crescimento económico, a segurança, a liberdade e a proteção ambiental” (2006, pp. 439-40). Isto significa que na maior parte do mundo, os valores relacionados com a proteção do ambiente e o crescimento económico entram em conflito em algumas situações, na medida em que as escolhas são difíceis no que toca a escolhas entre “a proteção de espécies *versus* exploração comercial, proteção florestal *versus* desflorestação, fontes de energia mais custosas *versus* exploração de combustíveis baratos, mas poluentes, como, por exemplo, o carvão” (Leiserowitz *et al.*, 2006, p. 440).

Deste modo, achou-se pertinente definir o conceito de valor, bem como as diferenças existentes entre ideologias e sistemas de valores, antes de passar à explicação propriamente dita dos valores ambientais.

Tal como foi referido previamente, o ecologismo é muitas vezes classificado como uma ideologia. De acordo com Inglehart (1990), a fronteira entre a ideologia e o sistema de valores não está bem definida, porque ambos “são sistemas de crenças que podem conduzir a uma orientação coerente direcionada a várias questões específicas” Inglehart (1990, p. 371). Mas o termo “ideologia” é geralmente entendido como sendo referente a um plano de ação que pertence a um determinado partido político ou movimento; é adotada mais ou menos conscientemente como resultado de uma instrução explícita. Por outro lado, o “sistema de valores” mostra a socialização como um processo importante, especialmente nos primeiros anos de vida. A ideologia pode ser aceite ou rejeitada de um dia para o outro através da persuasão racional. Os valores são menos cognitivos e mais afetivos e tendem a ser relativamente duradouros.

Em relação ao conceito de valor, Schwartz e Bilsky (citado em Dietz *et al.*, 2005, pp. 345-6) afirmam que “os valores são noções de algo ou crenças; estão relacionados com o que é recomendável, bem como com os comportamentos; transcendem situações específicas; guiam a avaliação e seleção de comportamentos; e são ordenados tendo em conta a sua relativa importância”. De acordo com Rokeach (citado em Dietz *et al.*, 2005, p. 347), os valores são considerados “crenças duradouras em que um modo específico de conduta pessoal ou social é visto como preferível”. Por outro lado, e segundo Dietz *et al.* (2005), os valores assumem influência nas nossas decisões. Deste modo, as mudanças ocorridas no campo dos valores levam a uma modificação nas decisões, que por sua vez conduzem à alteração de comportamentos.

Para analisar os valores ambientais, não podemos apenas ter em conta a intenção de um comportamento pró-ambiental ou escalas que mostram o grau de preocupação com

o ambiente. A observação da relação dos valores ambientais com o comportamento do indivíduo poderá, assim, ser analisada de forma estratégica, como, por exemplo, saber até que ponto as empresas estão dispostas a pagar para proteger o ambiente, tendo em conta a ponderação económica.

Guagnano (Dietz *et al.*, 2005) mostra, por outro lado, que os valores são influenciados pelas pessoas que se encontram perto de nós, ou seja, se, por exemplo, observarmos o nosso vizinho, amigo, pai, etc., a colocarem um jornal no papelão, o nosso comportamento vai ser influenciado por essa visão, especialmente se este comportamento for tido como importante no contexto normativo do indivíduo em questão.

Mas será que este raciocínio é suficiente para analisar os valores ambientais? Autores como Leopold, Dunlap, Van Liere, Heberlein, Stern *et al.* e Merchant sugerem que existem pelo menos três tipos base de valores ligados à sensibilidade ambiental: “o interesse próprio, o altruísmo humanista e o altruísmo relativo à biosfera” (citados em Dietz *et al.*, 2005, p. 344). O primeiro, interesse próprio, provém da preocupação com o ambiente, visto que este nos influencia, bem como às pessoas que nos estão mais próximas. O segundo tipo de valor mostra que o indivíduo é dotado de uma sensibilidade ambiental, é o altruísmo orientado para os humanos, ou seja, altruísmo social ou humanista. Aqui, a preocupação deixa de ser apenas com o próprio indivíduo e a sua família, passando a uma comunidade mais extensa, abarcando toda a humanidade. O terceiro, relacionado com a sensibilidade ambiental dos indivíduos, apresenta-se como um altruísmo direcionado para as outras espécies, para além da humana, e o estado dos ecossistemas (Dietz *et al.*, 2005). Deste modo, poder-se-á dizer que o altruísmo relativo à biosfera está ligado ao conceito de ecocentrismo, enquanto os dois primeiros fundamentos remetem para o antropocentrismo.

De que forma os valores influenciam a sensibilidade ambiental? Dietz *et al.* (2005) afirmam que grande parte das discussões em torno dos valores sugere que estes influenciam a nossa maneira de pensar, os nossos comportamentos relacionados com o ambiente, bem como as nossas preferências e prioridades. O altruísmo, referido anteriormente, embora seja uma teoria importante, não se apresenta como sendo o único valor que influencia o ambiente. Estes autores mostram que as questões ambientais envolvem sempre algumas incertezas, levando-os a enfatizar que os estudos em redor da relação entre os valores ambientais e a perceção de risco são cada vez mais.

Assim, e tal como foi referido anteriormente, “os valores parecem atuar indiretamente sobre as nossas decisões no que toca ao ambiente, através da influência exercida sobre as normas e crenças, mas, por outro lado, estes não agem isoladamente e

não influenciam todas as decisões” (Dietz *et al.*, 2005, p. 356). Surge aqui a *values-beliefs-norms* (VBN), teoria referente à sensibilidade e comportamento ambiental, que mostra a relevância da ligação direta entre os valores e decisões concernentes ao ambiente. A VBN sugere que «os valores influenciam a nossa visão sobre o mundo relativamente ao ambiente, esta por sua vez influencia as nossas crenças acerca das alterações ambientais, que, por sua vez, influencia as percepções da nossa capacidade de reduzir as ameaças sobre as coisas que mais valorizamos” (Dietz *et al.*, 2005, p. 356). Esta sequência leva também ao exercício de influência sobre as normas relativas à mobilização ou ação (*taking action*) do indivíduo. Segundo esta teoria, este tipo de ação surge em variadas formas, como: “ativismo político, comportamentos políticos inativos, como é o caso do voto e escolhas da esfera privada, como acontece nas escolhas de consumo e comportamentos em organizações onde as políticas pró-ambientais são apoiadas” (Dietz *et al.*, 2005, p. 356).

A teoria VBN assume que os três tipos de valores acima referidos, o interesse próprio, o altruísmo humanista e o altruísmo relativo à biosfera, são a base para a percepção da sensibilidade ambiental. Estes são fundamentais em dois sentidos, primeiro porque são vistos como determinantes mais estáveis do ambientalismo “ao longo de todo o percurso de vida. O que também significa que é difícil existirem alterações dos valores a curto prazo, mas, a longo prazo, a mudança de valores poderá ter impacto nas decisões relacionadas com o ambiente” (Dietz *et al.*, 2005, p. 356). Em segundo lugar, são fundamentais, na medida em que são considerados influentes sobre a nossa visão do mundo e nas crenças específicas. Isto é, estes possuem um poder considerável e uma escassa influência direta visto que, e tal como foi explicado previamente, esta influência é considerada indireta, nas decisões relacionadas com o ambiente (Dietz *et al.*, 2005).

Por fim, será importante mencionar que a percepção do risco é influenciada pelos valores no que toca às alterações globais do ambiente. Assim, os que possuem valores altruístas parecem perceber o risco de forma mais intensa do que indivíduos com valores tradicionais, na medida em que os últimos têm tendência a ser associados a comportamentos considerados menos pró-ambientais (Dietz *et al.*, 2005).

Atitudes e Práticas Ambientais

A atitude é uma tendência de resposta que resulta da aprendizagem. É um afastar ou um aproximar em relação a qualquer coisa ou situação. Isto significa que podemos ter atitudes sobre entidades acerca das quais não temos experiência direta. A atitude é, em sentido lato, um comportamento, no sentido que todas as reações no homem podem ser

abrangidas por este conceito, mas, em sentido estrito, a atitude é o pré-anúncio de um comportamento, um constructo hipotético, ou seja, a expressão duma tendência ou inclinação para agir, antes mesmo do comportamento. As atitudes podem-se dividir em três componentes básicas: a componente cognitiva, ligada à formação de crenças sobre a realidade, constituída pela informação que colhemos da realidade; a componente afetiva, constituída pelos sentimentos positivos ou negativos em relação a um objeto ou situação; e, por fim, a componente comportamental, existência de comportamentos verbais que exprimem preferência ou aversão.

O estudo das atitudes na organização permite-nos visualizar diferentes posições dos agentes face a um mesmo objeto, permitindo-nos avaliar a dimensão social da organização.

Quando falamos em dimensão social, falamos num agrupamento de indivíduos, baseados em sistemas de valores, que se expressam através das atitudes e comportamentos. Assim, o estudo irá contar com algumas das principais definições do conceito de atitude. As atitudes são “um estado de preparação mental e neural, organizado através da experiência e exercendo uma influência direta ou dinâmica sobre as respostas individuais a todos os objetos e situações com que se relaciona” (Vala & Monteiro, 2002, p. 87). Em contrapartida, as atitudes são uma construção formada a partir da história do ator social. Não nasce de um vazio, mas é fruto da interação social. As atitudes dependem do conhecimento que os atores sociais têm do objeto. É também “uma ideia carregada de emoções que predispõe um conjunto de ações a um conjunto particular de situações sociais” (Triandis, 1971, p. 8).

Sendo que esta definição faz referência sobretudo à componente afetiva das atitudes, ou seja, as nossas atitudes são influenciadas pelos nossos sentimentos em relação ao objeto da atitude.

Atitudes são “predisposições para responder a uma determinada classe de estímulos com uma determinada classe de respostas” (Rosenberg & Hovland, 1960, p. 44). A atitude, neste caso, significa uma predisposição dos agentes para um objeto, decisão ou situação que irá organizar a sua ação. As atitudes não são mais do que a expressão dos sentimentos internos dos agentes, influenciando a orientação favorável, desfavorável ou indiferente face a um objeto, ou seja, a partir da perceção do meio e dos outros, o ator social organiza as informações, relacionando-as com afetos e desenvolvendo uma predisposição para a ação. Através desta definição relaciona-se a atitude com o comportamento

Embora as atitudes não possam ser diretamente observadas, podem ser inferidas através de três categorias de respostas delas resultantes: respostas afetivas, cognitivas e comportamentais. O indivíduo classifica um objeto da atitude para o qual associa uma resposta emocional, tendo por resultado uma predisposição para a ação. Desta forma, o estudo das atitudes no caso em estudo ajuda a perceber a predisposição dos agentes para a mudança, ou seja, para a prática de ações amigas do ambiente. As atitudes surgem da interação social, de processos de comparação, identificação e diferenciação sociais que nos permitem estabelecer a posição do agente em relação a um determinado objeto.

Tendo como propósito avaliar, de modo associado, as práticas e atitudes que concorrem para a proteção e progresso da qualidade do ambiente, arriscou-se um modelo de operacionalização das atitudes ambientais nos termos posteriormente referidos, uma tipologia de três modalidades (ativistas, ativos e simpatizantes). Deseja-se, assim, analisar o tipo de correspondência que se pode celebrar entre, por um lado, o que se faz e se defende face aos problemas erguidos pela deterioração ambiental e, por outro lado, o conhecimento e a informação sobre o tema do ambiente.

Do que aqui se trata é de atracar a questão das atitudes e das práticas das empresas em correspondência ao ambiente, não em campos ou temas específicos, mas a um nível genérico. De modo a compreender de que forma a população empresarial totaliza a inquietação com os problemas ambientais na sua vivência, quer organizacional quer fora da organização, e que orientações se associam as diferentes atitudes face ao ambiente.

A tipologia de atitudes ambientais aqui empregada estabelece, precedentemente, um anteprojecto na formalização de padrões de comportamento social relativamente às pendências do ambiente, enviando para uma conceção lata das atitudes enquanto articulação entre valores e orientações para a ação (Gilbert, 1998; Ajzen, 1988).

Os bons fundamentos para acrescentar este argumento operativo não excluem, todavia, contrariedades de ordem variada. Se a significação de atitudes ambientais como tendências mais ou menos favoráveis à ascensão da qualidade do ambiente, observáveis na maior ou menor solidez entre valores, disposição para a ação e práticas declaradas, parece constituir base sólida de partida, a dificuldade teórica das dimensões pertinentes das atitudes ambientais requer elaboração autónoma; a presente prestação não vai muito além de uma experimentação tecnicamente fundamentada. Outra contrariedade genérica é a que decorre de ensaiarmos uma avaliação de atitudes ambientais nas empresas: a questão ambiental assume contornos de fenómeno emergente, a que se associa estruturação frágil de disposições e comportamentos, e multiplicidade indefinida de perfis,

o que permite apenas um esboço de tendências, principalmente no que se refere à análise social das atitudes ambientais.

As atitudes que aqui se testam resultam da composição ponderada de duas circunstâncias: uma relaciona-se no plano das disposições e valores, e outra das práticas (avaliadas diretamente através da declaração dos próprios entrevistados).

No plano das práticas reteve-se um indicador de ações de defesa do ambiente, quer sejam práticas inseridas no plano de obrigatoriedade da Norma ISO 14001:2004, quer sejam práticas voluntárias com incidência na preservação do ambiente. No plano das disposições e valores, selecionou-se um indicador de valorização, apreciando a importância dada ao sector do ambiente no quadro do desenvolvimento, e, por outro lado, um indicador de mobilização, relativo à disposição favorável à participação ambiental.

As atitudes ambientais são definidas com três modalidades: ativistas, ativos e simpatizantes. Considera-se ativista, os entrevistados que participam em ações coletivas de defesa do ambiente, desenvolvem práticas individuais quotidianas com incidência na preservação ambiental, valorizam o ambiente no sector de desenvolvimento de novos produtos ou serviços e mostram disposição favorável à participação de uma melhoria do impacto ambiental da empresa. Ou seja, estas empresas caracterizam-se por acumularem envolvimento na ação coletiva e práticas quotidianas, e por uma consistência inequívoca entre as dimensões das práticas, das disposições e dos valores. Os ativos são os que ainda declaram participar na ação coletiva e práticas quotidianas, mas já não de modo tão consistente como no caso anterior. Considerou-se como simpatizantes, as empresas que afirmam pontualmente desenvolver práticas quotidianas ou participar em ações coletivas sem correspondência no plano dos valores e da mobilização.

As dimensões das atitudes ambientais e sobretudo os indicadores aqui retidos estão longe de ser indiscutíveis e comportam limitações quer de cobertura do universo em análise, quer de homogeneidade de significação. O indicador de ação coletiva corresponde a perguntas infiltradas nas entrevistas sobre, por exemplo, mecanismos para a participação dos trabalhadores ao nível das preocupações ambientais, bem como a utilização vantajosa da sustentabilidade dos seus produtos. As práticas quotidianas poderão ser determinadas, por exemplo, pela declaração da empresa em possuir programas de redução do consumo de água, energia, redução ou reciclagem de resíduos.

Feita a abordagem teórica, que enquadra e sustenta este estudo, para o qual se mobilizaram diferentes perspetivas consideradas referência no âmbito da nossa problemática, interessa de momento focalizar os aspetos essenciais da pesquisa. Assim, no capítulo seguinte vamos fundamentar o método e técnicas adotadas, fazendo alusão aos

instrumentos de que nos socorremos para a recolha dos dados, refletindo por fim sobre alguns aspetos sentidos durante o processo desta pesquisa.

Capítulo 4

Considerações Metodológicas

Anteriormente à explicação metodológica, gostaria de referenciar que o estudo sobre as representações ambientais nas empresas poderia ter sido realizado em qualquer local do País. Decidiu-se estudar empresas certificadas em Guimarães, inseridas na região do Vale do Ave, pela sua especificidade, mas também pela facilidade de contacto com a população empresarial em estudo.

O objeto desta investigação incide sobre as representações ambientais nas empresas selecionadas, nas suas três dimensões: 1. a dimensão cognitiva (informação ambiental e conhecimento das questões ambientais); 2. as atitudes que remetem para as práticas ambientais; 3. Os valores/crenças ambientais.

A metodologia utilizada numa investigação está relacionada com a realidade que se pretende compreender. Depois de ser definido o objeto de estudo, a metodologia e as técnicas de investigação revelam-se o próximo passo para proceder à recolha e tratamento da informação necessária à pesquisa qualitativa.

Utilizou-se como ferramentas de pesquisa a entrevista semiestruturada e a pesquisa documental. Inicialmente, pensou-se na observação como uma ferramenta essencial, mas devido a dificuldades apresentadas pelas empresas, revelou-se uma técnica impossível de aplicar.

Estratégia Metodológica

A escolha da estratégia metodológica é crucial numa investigação, uma vez que é a metodologia escolhida que vai estruturar a forma como o investigador vai recolher, dar significado, compreender e explicar os dados. A identificação do objetivo da investigação é fundamental, pois diferentes finalidades implicam estratégias metodológicas distintas.

Assim, e tendo em conta que o presente trabalho tem como escopo a compreensão da sensibilidade ambiental das empresas, torna-se indispensável dar a conhecer o procedimento metodológico desta investigação.

Desta forma, para a consecução do objetivo expresso, adotou-se uma estratégia pluralista com uma pequena parte quantitativa e uma parte essencialmente qualitativa; foram escolhidas como técnicas

- Pesquisa bibliográfica
- Pesquisa e análise documental
- Entrevista semiestruturada
- Análise de conteúdo

Neste projeto de investigação, temos como propósito caracterizar de forma qualitativa o grau de informação, os valores e as atitudes mais práticas dos atores sociais das empresas selecionadas face às questões ambientais. Deste modo, o nosso universo em estudo passa pela análise de empresas certificadas a nível ambiental, mais especificamente, empresas certificadas com NP EN ISO 14001:2004 (APCER, 2004).

A escolha técnico-metodológica por nós traçada recaiu em duas fases de pesquisa. Inicialmente incidiu sobre a pesquisa e análise documental, bem como vários fatores da bibliografia analisada referente ao objeto em estudo, à natureza do fenómeno, à diversidade e complexidade que o próprio problema descreve, pois “tanto os métodos como as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, ao tipo de informantes com que se vai entrar em contacto” (Marconi & Lakatos, 2002, p. 31).

Numa segunda fase, optámos pela técnica de entrevista, aplicada aos responsáveis pela certificação ambiental no caso das empresas certificadas pela NP ISSO 14001:2004; em contrapartida, nas empresas não certificadas ambientalmente, as entrevistas foram aplicadas aos responsáveis pela área da certificação de qualidade e segurança, isto porque, para além destas certificações terem normas em comum com a certificação ambiental, estes responsáveis também têm a seu cargo a implementação de práticas ambientais na empresa.

Segundo Marconi e Lakatos, a entrevista serve para obter “informações a respeito de determinado assunto, mediante a conversação de natureza profissional. É o procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social” (Marconi & Lakatos, 2002, p. 92). O objetivo desta escolha, passa pela recolha de informação sobre factos, práticas, motivos, sistemas ou condutas e ainda condutas atuais ou do passado (Marconi & Lakatos, 2002, p. 93).

A escolha da nossa amostra incide sobre uma amostra não probabilística, e uma vez que quando se deseja recolher informação sobre vários aspetos de um grupo, se verifica, muitas vezes, ser praticamente impossível fazer o levantamento do todo, apura-se

a necessidade da análise ser conduzida apenas no interior de uma parte dessa população ou universo.

Pesquisa e análise documental e bibliográfica

As fontes documentais são documentos ricos e diversificados, contendo informação relevante para o estudo das questões ambientais.

A pesquisa documental é muito utilizada, porque não é necessário despende muitos recursos económicos para a realização da mesma; a sua utilização torna-se, assim, interessante e vantajosa para o investigador. As fontes documentais devem ser analisadas de forma crítica, de modo a que se enquadrem no contexto histórico e social em que foram produzidas.

As fontes escritas oficiais são muito importantes e privilegiadas; ao contrário da maior parte dos outros documentos, estas são credíveis. No entanto, as fontes escritas não oficiais, como por exemplo, a imprensa, as revistas, os livros, são fontes de informação de inegável alcance. No que respeita às revistas e publicações periódicas, uma vez que obedecem a uma certa periodicidade considerada mais lenta, permitem uma elaboração mais cuidada, os textos também são mais elaborados, o que pode assim permitir uma maior reflexão. Os livros são talvez os documentos mais conhecidos aos quais se recorre mais frequentemente, mas não deixam de ser um domínio muito vasto, tornando-se um sector em contínua renovação.

Um dos objetivos das fontes de documentação é realizar um inventário rápido e com a maior precisão possível dos diferentes tipos de fontes documentais. A intenção disto é dar a conhecer a diversidade das fontes existentes.

Entrevistas

A técnica de entrevista, “apesar da carga subjetiva e da parte de encenação que a caracterizam afirma-se como uma das mais ricas e das mais utilizadas no âmbito da sociologia. Assenta numa situação social de interação face a face” (Gonçalves, 1998, p.60).

Nas entrevistas “os sujeitos tomam o estatuto de informadores privilegiados, uma postura muito diferente das entrevistas nos métodos mais cartesianos, que são reduzidos à posição de informadores objetivos” (Guerra, 2006, p.18).

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

As entrevistas foram realizadas na cidade de Guimarães. A escolha desta cidade deveu-se ao facto de conhecermos pessoas, “porteiros” que nos facilitaram a entrada nas Empresas, o que favoreceu o contacto com os entrevistados.

Realizaram-se entrevistas com cinco responsáveis pela área do ambiente nas empresas seleccionadas; inicialmente pensou-se em duas empresas, mas revelou-se insuficiente; assim, entrevistamos três empresas certificadas pela norma NP ISO 14001:2004, uma empresa em vias de certificação e outra em que a certificação ambiental não está nos planos da empresa. Esta opção amostral deve-se ao facto de primeiro, ser uma pesquisa qualitativa, e por utilizarmos uma amostragem por caso múltiplo, ou seja, amostragem por contraste “comparar situações extremas pelo menos duas de cada grupo pertinente para o objeto de pesquisa” (Guerra, 2006: 45). Ou seja, “não é pela saturação, mas pela comparação, que se chega à generalização” (Guerra, 2006, p. 46).

Optou-se por entrevistas semiestruturadas em que, apesar de haver um guião, outras perguntas foram colocadas no decorrer das entrevistas. O ambiente era de relativa liberdade, apesar de se notar formalidade no discurso dos entrevistados. Estes não fugiam muito às questões colocadas, havendo apenas alguns assuntos, nomeadamente as práticas ambientais, sobre os quais nem sempre havia grande fluidez de conversa.

As entrevistas foram realizadas em empresas de diferentes atividades, sendo elas: a têxtil; metalomecânica; acabamentos de fios, tecidos e artigos têxteis; lavandaria e tinturaria; e, por último, fabricação de equipamentos não domésticos de refrigeração e ventilação. Todas as entrevistas decorreram dentro das instalações das empresas, aos responsáveis pelo departamento de ambiente ou qualidade das respetivas empresas. Os entrevistados acederam a colaborar na pesquisa, respondendo cordialmente e formalmente ao que lhes era perguntado. As entrevistas tiveram um suporte áudio, à de uma entrevista em que foi impossível o uso de microgravador, pela total recusa da entrevistada, assim a entrevista decorreu sem suporte digital. De forma a solucionar o problema e possíveis esquecimentos, a entrevistada procedeu posteriormente à redação das respostas dadas anteriormente.

Análise de Conteúdo

Esta técnica centra-se no tratamento de entrevistas, pretendendo apresentar um tipo de análise de conteúdo. “Claro que não há um único tipo de análise de conteúdo, como não há um tipo de entrevista” (Guerra, 2006, p.61).

Desta forma e Segundo Isabel Guerra (2006), a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face ao objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico analítico cuja articulação permite formular as regras de inferência.

A proposta de análise das entrevistas é através de um processo simplificado de análise de conteúdo; este baseia-se numa análise comparativa através da construção de categorias, tipologias e análises temáticas. Pretendendo-se, assim, descrever situações, mas também interpretar o sentido do que nos foi dito. Elaborou-se uma grelha que nos permitisse uma leitura longitudinal e transversal das entrevistas. Pretendia-se em primeiro lugar captar o conteúdo de cada entrevista, e só posteriormente organizar os temas em categorias para compreender como é que as categorias se relacionam entre si. Construíram-se as sinopses das entrevistas numa grelha vertical cuja primeira coluna apresenta as grandes temáticas do guião da entrevista. O objetivo destas é reduzir o material a trabalhar, identificando o corpus central da entrevista, permitindo o conhecimento da totalidade do discurso bem como as suas diversas componentes.

No fundo, é contar o que nos foi dito nas entrevistas, mas, em vez de contar cinco “histórias”, agregam-se as diferentes lógicas do que nos foi contado. “O estabelecimento de uma tipologia é uma operação básica da análise de conteúdo e consiste em ordenar os materiais recolhidos, classificá-los segundo critérios pertinentes, encontrar as dimensões de semelhança e diferenças, as variáveis mais frequentes e as particulares” (Guerra, 2006, p. 78).

Analisar as atitudes, os valores, informação ambiental e, principalmente, as práticas ambientais das empresas é o que nos propomos fazer de seguida; a ênfase nas práticas ambientais dá-se à grande dificuldade em apurar os valores e as atitudes, sendo as práticas declaradas aquelas de melhor acesso.

Amostra

Quando se deseja colher informações sobre um ou mais aspetos de um grupo grande ou numeroso, verifica-se, muitas vezes, ser praticamente impossível fazer um levantamento do todo. (Marconi & Lakatos, 2002, p. 41)

No âmbito deste projeto foi definida uma amostra num total de cinco empresas do concelho de Guimarães que, por sua vez, estão inseridas na região do Vale do Ave. Esta escolha mostra-se pertinente devido ao esforço existente em despoluir o Rio Ave.

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

Segundo a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, a Região do Vale do Ave, influenciada pela Bacia Hidrográfica do Rio Ave que lhe dá o nome, ocupa uma área de 1.246,2 km², cerca de 6% da Superfície da Região Norte e 1,4% da superfície Nacional e é composta por 10 Concelhos: Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila do Conde e Vizela.

O Vale do Ave surge em segundo lugar na Região Norte, no que concerne ao número de empresas, cerca de 42 000, e ao emprego nos sectores secundário e terciário, cerca de 180 000 pessoas; tendo uma taxa de população ativa na ordem dos 51,8%, um pouco mais alta que a da Região Norte (48,1%) e que a média nacional (48,2%).

A Região do Vale do Ave é marcada por um elevado nível de industrialização, e concentra a sua atividade, essencialmente, nas indústrias têxteis e de vestuário.

Sendo as indústrias presentes na região: a Indústria dos Têxteis-Lar; Indústria do Calçado; Indústria de Moldes e Plásticos; Indústria de Material de Precisão; Indústria de Metalurgia e Metalomecânica; Indústria Farmacêutica; Industria Automóvel.

Para tornar a investigação empírica mais rápida e também mais económica, foi fundamental utilizar a técnica da amostragem, para se criar uma parcela convenientemente selecionada do universo (população), ou seja, um subconjunto do universo. Depois de delimitado o público-alvo, é fulcral definir o processo de amostragem mais adequado à investigação. Como tal, optou-se por utilizar a amostragem não representativa, uma vez que não é possível inquirir toda uma amostra que seja representativa desta população. Assim, neste caso, a representatividade não pode ser cumprida, apesar de ser sempre desejável que o seja. Este tipo de amostragem visa mais a “apreensão de lógicas e de processos sociais do que a inferência e a generalização estatística” (Gonçalves, 2004, p. 56).

Assim sendo, a amostragem utilizada nesta investigação foi a amostragem não probabilística, dado que “não garante que todos os elementos da população tenham uma probabilidade conhecida e não nula de serem representados na amostra” (Almeida, 1982, p. 105).

A amostra deste estudo constitui-se por 5 empresas. Sendo 3 delas certificadas ambientalmente e duas não certificadas. As cinco empresas são de diferentes atividades, sendo elas: têxtil; metalomecânica; acabamentos de fios, tecidos e artigos têxteis; lavandaria e tinturaria e, por último, fabricação de equipamentos não domésticos de refrigeração e ventilação.

Não esquecendo que o objetivo principal deste trabalho é a análise das representações ambientais através das dimensões da informação, atitudes e crenças/valores ligados ao ambiente dos atores sociais das empresas em contexto da certificação EN ISO 14001:2004 (APCER, 2004).

E no seguimento desta exposição metodológica, o capítulo seguinte irá tratar o modelo de análise a que este projeto foi sujeito e consequente apresentação dos dados recolhidos.

Modelo de Análise

O modelo de análise é “um conjunto estruturado e coerente, composto por conceitos e hipóteses articulados entre si” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 115) num quadro coerente, que articula de forma operacional os principais aspetos que serão finalmente retidos para guiar todo o resto da investigação, como a observação e análise dos resultados. Ou seja, trata-se de uma prefiguração da investigação e da análise empíricas.

Para que a investigação seja um processo bem delineado, é fundamental definir as etapas principais da mesma e uma das mais importantes é a conceptualização dos conceitos centrais.

A junção da dimensão das atitudes com as práticas na operacionalização da orientação ambiental sugere estabelecer um bom argumento metodológico. Pois as práticas declaradas (aquelas que as entrevistas permitem conhecer) podem não envolver sempre práticas efetivas, mas representam certamente boa indicação da orientação para a ação (Almeida *et al.*, 2004, p. 338).

A análise terá em conta as três dimensões: 1. A informação e conhecimento ambientais; 2. Atitudes e práticas; 3. Valores. No entanto, só as atitudes, os valores e as práticas serão operacionalizados a seguir, uma vez que a dimensão da informação neste projeto é analisada principalmente através da transmissão de informação ambiental entre atores sociais da empresa e o motivo subjacente a esta transmissão. Outro ponto importante na dimensão e que é tido em consideração neste projeto é a procura e disponibilização de informação ambiental por parte destes atores sociais. E é por este facto que posteriormente não é feita uma operacionalização à dimensão da informação ambiental. Pois defende-se, neste trabalho, que o conhecimento/informação ambiental se relacionam com a atitude ambiental. São uma parte das representações sociais e estão articuladas nas interações sociais.

Representações: a dimensão das Atitudes e Práticas Ambientais

As atitudes ambientais (Tabela 1) são definidas com três modalidades: ativistas, ativos e simpatizantes. Consideram-se ativistas os entrevistados que participam em ações coletivas de defesa do ambiente, desenvolvem práticas individuais quotidianas com incidência na preservação ambiental, valorizam o ambiente no sector de desenvolvimento de novos produtos ou serviços e mostram disposição favorável à participação de uma melhoria do impacto ambiental da empresa. Ou seja, estas empresas caracterizam-se por acumularem envolvimento na ação coletiva e práticas quotidianas, e por uma consistência inequívoca entre as dimensões das práticas, das disposições e dos valores. Os ativos são os que ainda declaram participar na ação coletiva e práticas quotidianas, mas já não de modo tão consistente como no caso anterior. Consideram-se simpatizantes as empresas que afirmam pontualmente desenvolver práticas quotidianas ou participar em ações coletivas sem correspondência no plano dos valores e da mobilização.

As dimensões das atitudes ambientais e sobretudo os indicadores aqui retidos estão longe de ser indiscutíveis e comportam limitações quer de cobertura do universo em análise, quer de homogeneidade de significação. O indicador de ação coletiva corresponde a perguntas infiltradas nas entrevistas sobre, por exemplo, mecanismos para a participação dos trabalhadores ao nível das preocupações ambientais, bem como as práticas de carácter voluntário. As práticas quotidianas poderão ser determinadas, por exemplo, pela declaração da empresa em possuir programas de redução do consumo de água, energia, redução ou reciclagem de resíduos.

Tabela 1 Modelo de Análise: Atitudes

Atitudes	Dimensões	Indicadores
	Ativistas	- Ações coletivas de defesa do ambiente; - Valorização do ambiente no desenvolvimento de novos produtos; - Disposição favorável à participação de uma melhoria do impacto ambiental da empresa.
	Ativos	- Participação em ações coletivas ou práticas quotidianas, mas não de modo tão consistente
	Simpatizantes	- Empresas que afirmam pontualmente desenvolverem práticas quotidianas ou participar em ações coletivas sem correspondência no plano dos valores e da mobilização.

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

No plano das práticas (Tabela 2) reteve-se um indicador de ações de defesa do ambiente, quer sejam práticas inseridas no plano de obrigatoriedade da Norma ISO 14001:2004, quer sejam práticas voluntárias com incidência na preservação do ambiente.

Tabela 2: Modelo de Análise: Práticas

Práticas	Dimensões	Indicadores
	Práticas inseridas na Norma ISO 14001:2004	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração e divulgação da política ambiental perante funcionários e comunidade;- Procedimentos que permitam identificar, administrar e controlar os resíduos sólidos, emissões atmosféricas e efluentes líquidos;- Definição de um ou mais profissionais para representar os assuntos específicos da Gestão Ambiental,- Formação dos funcionários na área ambiental, quer nos seus impactos reais ou potenciais associados às suas tarefas;- Sistema de comunicados relativos às questões ambientais; Criação de manual de gestão ambiental; controle de documentos; Controle operacional;- Monitorização e avaliação do desempenho ambiental.
	Práticas Voluntárias	<ul style="list-style-type: none">- Incentivo à participação de eventos de cariz pro-ambiental;- Incentivo às práticas individuais fora da empresa;- Organizações de eventos de âmbito ambiental.

Os bons fundamentos para acrescentar este argumento operativo não excluem, todavia, contrariedades de ordem variada. Se a significação de atitudes ambientais como tendências mais ou menos favoráveis à ascensão da qualidade do ambiente, observáveis na maior ou menor solidez entre valores, disposição para a ação e práticas declaradas, parece constituir base sólida de partida, a dificuldade teórica das dimensões pertinentes das atitudes ambientais requer elaboração autónoma; a presente prestação não vai muito além de uma experimentação tecnicamente fundamentada. Outra contrariedade genérica é a que decorre de ensaiarmos uma avaliação de atitudes ambientais nas empresas: a questão ambiental assume contornos de fenómeno emergente, a que se associa estruturação frágil de disposições e comportamentos, e multiplicidade indefinida de perfis, o que permite apenas um esboço de tendências, principalmente no que se refere à análise social das atitudes ambientais.

Valores Ambientais

A tipologia (Tabela 3) utilizada na avaliação dos valores terá duas modalidades, valores ecocêntricos e valores antropocêntricos.

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

A visão “antropocêntrica” fundamenta-se na convicção de que o homem é um ser superior ao resto da «criação», visto ter sido concebido «à imagem e semelhança de deus»; esta ideia da superioridade humana foi sendo forçada ao longo dos séculos pelo desenvolvimento científico e técnico, que permitiu ao homem explorar com maior eficácia os recursos, libertando-o do “determinismo natural” e fundamentando o seu crescente controlo e domínio sobre a natureza. Mas esta visão está longe de ser a única. A visão “ecocêntrica” caracteriza-se, sobretudo, por considerar o ser humano como uma entre outras espécies que, embora possuindo cultura, tem uma relação forte com o mundo natural. Para além disto, postula que o mundo é finito e impõe limites físicos e biológicos ao crescimento económico, ao progresso social e a outros fenómenos sociais.

Tabela 3: Modelo de Análise: Valores

Valores	Dimensões	Indicadores
	<u>Antropocentrismo</u> (interesse próprio e altruísmo humanista)	- Ambiente como aspeto pouco ou nada importante; - Organização, aspetos económicos como aspetos importantes ou muito importantes.
	<u>Ecocentrismo</u> (altruísmo relativo à biosfera)	- Ambiente como aspeto importante ou muito importante.
	<u>Combinação entre as duas prioridades</u>	- Valores mistos (conjugação entre ambiente e produção económica)

Questão de Partida e sua Fundamentação

Dado que o objetivo desta investigação é perceber até que ponto estas empresas, no seu processo de certificação, alteraram as suas práticas e interiorizaram as mesmas movidas por uma representação social do ambiente, ou seja, inclusão de informação ambiental, atitudes e valores ambientais. Surgiu então a questão: *serão verdes as empresas?*

Esta questão surgiu no sentido de perceber os motivos subjacentes ao facto dos atores sociais das empresas optarem por uma certificação ambiental ou por incluírem práticas ambientais nos seus processos produtivos.

Hipótese

As hipóteses são instrumentos, dúvidas, relações entre conceitos empíricos ou entre conceitos que podem ser observados, medidos, etc. São enunciações provisórias do que se

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

procura entender, de cuja ajuda é essencial para decifrar os factos, descobrindo o seu ordenamento; são respostas temporárias para o problema ou assunto de pesquisa. Assim, na tentativa de responder à questão de partida apresentada para esta investigação, foi formulada a seguinte hipótese: uma melhor informação ambiental, aliada a um esclarecimento sobre as questões gerais da ecologia (crenças), estão associadas a atitudes e práticas mais amigas do ambiente por parte dos empresários.

Capítulo 5

Análise dos Resultados

Caracterização das Empresas

Nesta nova fase é indispensável caracterizar a amostra recolhida. Pretendendo-se, deste modo, caracterizar alguns perfis entre elas, através das suas certificações e motivos subjacentes à certificação ambiental. Não esquecendo que, na nossa amostra, apenas três entrevistas correspondem à certificação NP ISO 14001:2004. Esta opção revelou-se bastante importante, pois através das entrevistas podemos comparar situações opostas. Revelando-se uma amostragem por contraste.

Assim sendo, decompor os perfis da amostra revela-se importante na perceção do peso da sensibilidade ambiental na certificação NP ISO 14001:2004.

Assim, relativamente à questão da certificação ambiental poder-se-á dizer que a área de atividade da empresa influencia a opção pela certificação ambiental, como é o caso da entrevista nº 3, que afirma que não está nos planos da empresa a certificação ambiental, sendo a sua área de atividade a causa apontada.

Não, não é um objetivo, dado à nossa atividade, dado aos resíduos produzidos, portanto o valor acrescentado, a certificação não é de todo um objetivo. (Entrevista nº3)

Será que a área de atividade pode influenciar as empresas? Ou seja, uma vez que a certificação ambiental é de carácter voluntário e alguns sectores de atividade as licenças são obrigatórias, estaremos numa relação de proximidade entre a certificação e a licença ambiental? Bem posteriormente vamos poder verificar que sim, existe realmente uma relação muito próxima entre elas, tal como se pode confirmar nas conversas com os entrevistados, isto é, grande parte dos requisitos legais das licenças ambientais corresponde aos requisitos da certificação ambiental facilitando o cumprimento dos requisitos da norma. Assim, e em jeito de uma pequena conclusão, a empresa, além de cumprir com as disposições legais, também acrescenta à sua imagem um rótulo de amizade perante o meio ambiente.

No quadro seguinte poderemos verificar as principais motivações associadas à certificação.

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

Tabela 4: Certificação e motivação associada

	Certificação	Posição	Motivação
Entrevista nº1	NP ISO 9001:2008; NP ISO 14001:2004; OHSAS 18001: 1999; Certificação Ecotex	Com Certificação Ambiental	Exposição para o exterior e uma imagem de amizade de uma empresa que cumpre a norma de ambiente
Entrevista nº 2	NP ISO 9001:2008;	Com planos para a certificação ISO 14001:2004	O cumprimento de grande parte dos requisitos ambientais da norma e reconhecimento da empresa perante os seus clientes e comunidade
Entrevista nº 3	NP ISO 9001:2008; Certificação Ecotex	Sem planos para a certificação ISO 14001:2004	O sector de atividade da empresa não justifica a certificação
Entrevista nº4	NP ISO 9001:2008; NP ISO 14001:2004; Certificação Ecotex	Com Certificação Ambiental	Cumprimento das normas da licença ambiental e da Norma NP ISO 9001:2000
Entrevista nº5	NP ISO 9001:2008; NP ISO 14001:2004	Com Certificação Ambiental	Preocupação em fornecer aos clientes produtos e serviços que aliassem a qualidade ao respeito pelo ambiente;

Os motivos são vários; entre aqueles apontados pelos entrevistados, lamentavelmente as preocupações ambientais não são os mais apontados. Outro ponto bastante referenciado e que posteriormente vamos trabalhar é a questão da imagem e dos rótulos ambientais, porque, sem dúvida, as empresas mostram uma perceção sobre os problemas ambientais. Contudo, o mais interessante é a forma como as empresas trabalham esta perceção e o significado que aplicam às questões ambientais, como podemos ver neste pequeno excerto a ligação entre a sensibilidade ambiental e o reconhecimento desta perante os seus clientes:

O que está na base é a consciencialização ambiental, a empresa tem uma grande preocupação ambiental, nós não estamos certificados mas nós já cumprimos grande parte dos requisitos ambientais, a parte de resíduos é completamente cumprida, a parte das águas também, não temos qualquer efluentes líquidos, os efluentes gasosos temos ainda algumas questões que estamos a fazer alterações para efetuar o cumprimento e isso também traz um reconhecimento à empresa perante os seus clientes, a preocupação ambiental, e perante a comunidade, não é? (Entrevista nº 2)

Outros motivos apontados, para as boas práticas ambientais, são motivos exteriores ao ambiente, como a questão das vantagens económicas que a separação do lixo traz, as estratégias de mercado impulsionadas pelas exigências do mercado externo, ou seja, clientes externos que exigem o cumprimento legal nas questões ambientais e muitas vezes certificação ambiental, obrigando as empresas a optar pela certificação ambiental, levando-nos a associar este facto mais a uma “sobrevivência” económica no mercado externo do que um altruísmo ambiental, tal como podemos confirmar nas seguintes

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

afirmações. A questão da “sobrevivência” ambiental estaria ancorada à “sobrevivência” económica. O que nos leva a pensar numa relação de duas vias.

Não se tratando de uma imposição, a Administração sentiu que esta opção seguia uma estratégia de futuro, ainda que pouco divulgada nos clientes nacionais, mas com relevância nos principais mercados de exportação. (Entrevista nº 5)

A nível tipo externo para clientes somos uma empresa, que o cliente estrangeiro vem cá e “ok, o que é que vocês têm?” e nós dizemos temos três normas implementadas num sistema integrado “ele, ok então a X é grande empresa” já que tem de cumprir e são poucas principalmente empresas têxteis que é muito complicado e não há tantas quanto isso com as três normas implementadas nesse aspeto é vantajoso. (Entrevista nº1)

“Para já a empresa é vista, não é? Pelo seu cumprimento da lei, não tem qualquer problema a esse nível e depois tem do ponto de vista dos clientes, que há clientes que começam também a requerer que as empresas tenham preocupações ambientais principalmente na Europa”. (Entrevista nº 2)

Posto isto, as principais razões apontadas à certificação e boas práticas ambientais são, sem dúvida, o cumprimento da legislação, apontado por quatro das cinco empresas entrevistadas, e, logo de seguida, aparecem as questões relacionadas com as estratégias de mercado e vantagens económicas. No caso das preocupações ambientais, organização interna da empresa aparecem com apenas uma frequência entre as entrevistas, tal como podemos confirmar na tabela abaixo apresentada.

Tabela 5: Razões para a certificação e boas práticas ambientais

Razões Apontadas	Frequência
Melhoria de Imagem	E1; E2
Organização interna da empresa	E4; E3
Requisitos comuns às outras normas (ex. Qualidade)	E4
Cumprimento da legislação	E1; E2; E4; E5
Vantagens económicas	E1; E5
Mercados Externos	E1; E2; E5
Preocupação ambiental	E2

Após a caracterização das dinâmicas da nossa amostra já estamos em condição de apresentar os restantes dados.

Valores Ambientais

De acordo com Ronald Inglehart, assistimos a uma mudança de valores nas gerações do pós-guerra no contexto das sociedades industrialmente avançadas. Importa aqui verificar até que ponto estes argumentos são aplicáveis ao contexto empresarial.

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

Os indivíduos são agora socializados num clima relativamente estável, sem preocupações com a sua segurança física e relativa estabilidade económica, logo, as preocupações com questões como o ambiente emergem.

No entanto, a cultura pós-materialista continua longe de estar enraizada no âmbito da nossa amostra. Quando questionamos as empresas acerca do ambiente nas suas opções organizacionais, verificamos que os aspetos económicos são bastante valorizados, mas não nos permite afirmar que os valores presentes na nossa amostra são valores unicamente antropocêntricos, pois, independentemente dos valores associados, os entrevistados revelaram nos seus discursos algumas boas práticas ambientais. Todavia, é de salientar que os valores mistos predominam, ou seja, uma conjugação entre os valores antropocêntricos e os valores ecocêntricos.

É assim, a empresa se tiver bem conhecimento dos seus aspetos ambientais consegue no fundo, eu não vou dizer que no ambiente e eu ia lhe mentir um bocadinho, nós identificando bem, conseguimos poupar aqui dinheiro, porque se a gente não está a mandar resíduos para aterro, os resíduos para aterro pagam-se por exemplo. (Entrevista nº 4)

Poderíamos então concluir que existe uma conjugação entre as preocupações ambientais e a produção económica.

há clientes que começam também a requerer que as empresas tenham preocupações ambientais quando desenvolvemos novos produtos temos sempre como premissa verificar que seja um produto ambiental, que seja 100% limpo (Entrevista nº 2)

Ok! É uma empresa que cumpre com os requisitos técnicos do produto e também, isto é quase um bónus a parte ambiental (...) porque tenho grandes clientes como (...) que têm que cumprir com códigos muito restritos, onde abordam também temas sociais, da parte social (...) porque tem resíduos muito próprios que às vezes nem aborda a nossa lei, são mesmo requisitos deles, é o código de conduta deles e a parte ambiental, é assim, os países onde eles trabalham exigem, porque se não isto, toda a gente fazia o que queria. (Entrevista nº1)

Tudo isto começou com a melhoria contínua (...) independente de ser qualidade ou ambiente, portanto começou aí a caminhar para uma melhoria contínua, portanto desejarmos todos nós que estamos a trabalhar no dia-a-dia, o que também toca a área do ambiente e aquilo que nós conseguimos fazer, os poucos resíduos que temos, felizmente são todos entregues nas entidades devidamente autorizadas. (Entrevista nº3)

Posto isto, e depois da análise de conteúdo das cinco entrevistas, parece-nos visível em todas as entrevistas a frequência dos valores mistos, ou seja, a combinação entre o ambiente e a produção económica. Nenhum dos entrevistados mostrou a empresa apenas

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

com características de um altruísmo relativo à biosfera; em todas as entrevistas fica clara a conjugação entre o ambiente e a produção económica.

Quando questionados sobre quais os valores que associam às práticas ambientais, os entrevistados referem mais os valores económicos do que os valores ambientais. De facto, apelam ao valor ambiental, no entanto, no desenrolar dos discursos, o valor económico está sempre presente, como demonstra o excerto seguinte:

É a nível do ambiente, é claro que a empresa existe e tem o seu nível económico como é obvio e quem disser o contrário não estará a ser honesto consigo mesmo desenvolvemos produtos dentro do custo-qualidade, produtos amigos do ambiente, sempre”. (Entrevista nº2)

De facto, a questão da ausência de consciência ambiental tal como a apresentamos na parte teórica, acaba por se revelar e por se sobrepor no discurso, conduzindo o pensamento para a perspetiva economicista da empresa.

Valorização Organizacional face ao ambiente

Com os resultados obtidos, a preocupação com a sustentabilidade nas empresas ainda é pontual, ou seja, as preocupações ambientais estão presentes nos discursos, mas não estão totalmente interiorizadas. Para que tal pudesse acontecer, teria que existir uma integração da temática ambiental em todas as funções da empresa, de forma a alcançar um balanço sustentável entre a performance económica e a performance ecológica nas empresas. O que nós verificamos nas empresas que entrevistamos, é que todas afirmam ter integrado nas suas empresas a questão ambiental, mas ao longo das entrevistas verificamos que existem aspetos em que estas questões ambientais não estavam integradas, ou seja, nenhuma empresa revelou uma total integração da questão ambiental na sua “vida” empresarial, como por exemplo na questão da publicação de relatórios sobre o ambiente, a informação ambiental relativa aos processos produtivos transmitida à comunidade, entre outros tal como podemos verificar nos seguintes discursos:

Não, só se nos for pedido, temos um processo implementado, esse processo obriga as pessoas a ter objetivos concretos para o ambiente, nós desenvolvemos para a parte interna, para a empresa, para o exterior não, o nosso mundo é cá dentro. (Entrevista nº1)

Ora bem, normalmente, é só decantação, é só decantação, tratamento de efluentes líquidos é claro que as empresas existem e têm o seu nível económico como é obvio e quem disser o contrário não estará propriamente a ser honesto consigo mesmo. Muitas vezes têm muitas preocupações ambientais mas depois quando vai fazer a

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

análise custo-benefício, esquece a premissa ambiental e vai fazer a análise pelo custo. (Entrevista nº2)

Tenho que dizer que neste momento não sei a onde é que as põem [lâmpadas fluorescentes]. (Entrevista nº 3)

Não, por acaso isso até é uma opção da [certificação], ou melhor nós não publicamos o que nós temos é internamente um mecanismo onde fazemos a revisão do sistema integrado [relatórios sobre aspetos ambientais]. (Entrevista nº4)

Posto isto, o que podemos concluir, é que, mais uma vez, as empresas associam as questões do ambiente ao seu cumprimento legal, às suas vantagens económicas e concorrenciais, e todas as práticas que “fujam” das obrigações são bastante residuais, sendo mesmo vistas como desnecessárias. Um ponto a que estes excertos nos aludem é a questão da falta de informação e da associação das questões ambientais à separação dos resíduos, tratamento das águas entre outras. Pois, questões como a divulgação de informação ao exterior, ou o simples destino das lâmpadas fluorescentes (Entrevista nº3) parecem não estar muito interiorizadas no que toca ao ambiente. Parece-nos, então, que o Ecossistema está dependente da visão da gestão ambiental de cada empresa.

Valorização dos Aspetos Económicos

Neste ponto vamos debater e tentar deslindar qual destas duas posições se verificam em relação ao ambiente, ou seja, as boas práticas de gestão ambiental e os investimentos conducentes a uma melhor performance ambiental como benéficos para a empresa, assim como para a sociedade, ou os investimentos conducentes a uma melhor performance ambiental representam custos para as empresas e, como tal, devem ser minimizados. Depois da análise das entrevistas e com acrescido cuidado nas questões relacionadas com benefício/vantagens associadas à gestão ambiental, verificamos que todas as empresas entrevistadas afirmaram que as boas práticas ambientais e os investimentos subjacentes à boa performance ambiental são benéficos para a empresa e sociedade, não deixando de ressaltar que a questão económica é uma grande dificuldade que encontram na implementação da gestão ambiental nas suas empresas; no entanto, estes afirmam que, apesar de representarem custos para a empresa, estes não devem ser minimizados, mas sim “retrabalhados”, pois estes podem posteriormente retornar em forma de “mercado”.

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

As vantagens é mesmo a redução de custos, para a energia, para consumos energéticos, é assim a grande vantagem, a grande desvantagem é que para ter tudo isso também se gasta muito dinheiro, para cumprir com tudo. (Entrevista nº1)

Para já a empresa é vista não é? Clientes que começam também a requerer que as empresas tenham preocupações ambientais principalmente na Europa, e, portanto, isso é uma mais-valia da nossa parte perante a concorrência. (Entrevista nº2)

Todos nós ganhamos primeiro porque não temos um desperdício de ficar num canto apodrecer, portanto nós também deixamos a casa limpa e arrumada (...) sabemos e de acordo com a declaração que eu tenho vão dar um bom fim ao resíduo, por isso todos nós estamos a ganhar. (Entrevista nº 3)

“nós identificando bem conseguimos poupar aqui dinheiro, porque se a gente não está a mandar resíduos para aterro, os resíduos para aterro pagam-se por exemplo vantagens económicas, tudo tem que ter uma vantagem económica se não, não vale a pena estarmos aqui com estas coisas não é, portanto tem que ter vantagens económicas portanto, os resíduos é um exemplo mas depois há outras áreas também, a empresa conseguindo identificar consumos de água e se conseguir reduzir, claro que isso se vai traduzir tudo em custos, o caso das emissões gasosas no fundo é o único ponto onde não vejo onde nos possa trazer benefício nenhum aos custos, o benefício que nos traz é uma questão por exemplo, que nós tínhamos penso eu em 2002 uma inspeção do ambiente e na altura ainda estávamos a pegar nestas coisas, e não levamos nenhuma coima, ficou-nos por um auto de advertência, porque ela viu perfeitamente que nós estávamos a organizar as coisas e eu sei que o não cumprimento deste ponto das emissões gasosas dão coimas muito altas”. (Entrevista nº 4)

Proteção do ambiente e melhoria do desempenho ambiental da empresa; Melhoria da imagem da empresa no mercado; Diminuição do risco de ocorrência de impactes negativos para o ambiente; Maior satisfação dos colaboradores e comunidade em geral. (Entrevista nº 5)

Podemos concluir que a melhoria da performance ambiental é uma potencial fonte de vantagens competitivas, na medida em que poderá resultar em menores custos de produção, bem como os custos relacionados com o incumprimento da legislação ambiental, originando novas oportunidades de mercado. Ou seja, se todas as empresas ancorarem a performance ambiental como potencial fonte de vantagens competitivas, poderíamos não ter empresas altruístas, mas teríamos com certeza empresas amigas do ambiente. Uma vez que as empresas apontam como principais vantagens associadas à gestão ambiental: a melhoria contínua, a melhoria da imagem da empresa, uma redução nos custos de produção e novas oportunidades de mercado.

O Público Interno

Tal como podemos verificar nos pontos anteriores, os valores relacionados com a proteção do ambiente e o crescimento económico entram em conflito em algumas

situações, na medida em que as escolhas são difíceis no que toca à proteção ambiental *versus* produção comercial.

Tal como foi referido na revisão teórica, os valores são influenciados pelas pessoas que se encontram perto de nós, ou seja, o nosso comportamento vai ser influenciado por esta visão, especialmente se este comportamento for tido como importante no contexto do indivíduo em questão. Posto isto, neste ponto vamos tentar perceber a questão da passagem de valores ambientais, através da posição da empresa no que toca à mobilização e interiorização destas questões no público interno da empresa.

O que nos sugeriu as entrevistas, é que a questão da sensibilização ambiental do público interno é muito importante e valorizado para as empresas mas não pelas razões que estávamos à espera, ou seja, a interiorização da questão ambiental de forma a ser aplicada a todos os níveis da vida do colaborador, mas não a razão apontada pelas empresas; não é a sensibilização para as questões ambientais de modo a ser aplicada no dia-a-dia dos trabalhadores fora da empresa mas sim a interiorização das normas e posterior cumprimento dos requisitos da legislação ambiental, pois, segundo os entrevistados, sem os trabalhadores não conseguem chegar aos objetivos. A análise deste ponto leva-nos a perceber que as ações de sensibilização ambiental ao colaborador não se relacionavam apenas com a interiorização das questões ambientais, mas sim, e principalmente, com a interiorização para o cumprimento das normas, dos objetivos organizacionais ou cumprimento da lei ambiental.

a empresa obriga e que tem de ser cumprida e ponto final. (Entrevista nº3)

é assim nós fazemos muitas ações de sensibilização, constantemente nós estamos a fazer ações de sensibilização a toda a gente, explicamos o porquê, quais são os benefícios que traz para a empresa, para a comunidade no geral. (Entrevista nº 2)

as pessoas foram sensibilizadas foi uma sensibilização que passou verbal, mas também por escrito, mandei e-mails a dizer “atenção que agora temos de cumprir estas regras. (Entrevista nº 3)

houve aqui uma mudança de hábitos, sem os quais não conseguíamos, também se as pessoas não colaborassem e não estivessem sensibilizadas para estas questões a empresa não conseguia os resultados que conseguiu. (Entrevista nº 4)

Reforçar a sensibilização dos colaboradores para a política, aspetos ambientais, objetivos, responsabilidades e outros elementos relevantes do Sistema de Gestão Ambiental. (Entrevista nº5)

Tal como Max Weber (1968) expôs no seu livro “Economia e Sociedade”, os sujeitos tendem a balizar os seus comportamentos com referência ao outro para orientar o seu próprio desenvolvimento:

Devemos falar de ação no sentido de que o agir individual vincula um significado subjetivo ao seu comportamento – seja aberto ou não, omissivo ou consentido. A ação é social no sentido de que os seus significados subjetivos levam em consideração o comportamento do outro, orientando assim o seu desenvolvimento. (Weber, 1968, p. 4)

Motivação dos Colaboradores

Um dos aspetos que nos pareceu bastante importante de ser aqui revelado é a questão da motivação dos colaboradores para as questões ambientais, ou seja, perceber quais são os colaboradores que se mostram mais motivados e mais envolvidos nas questões ambientais das suas empresas e, por outro lado, perceber quais são as explicações apontadas pelos entrevistados para esse facto. As falas seguintes mostram quais são os trabalhadores mais motivados.

Os mais jovens primeiro sem dúvida, as pessoas que já estão na casa dos 50 portanto já não sentiram aquela necessidade que nós tivemos nas escolas. (Entrevista nº 3)

Sem dúvida os trabalhadores mais novos, eles estão muito mais abertos às questões ambientais, no caso dos mais velhos é sem dúvida mais complicado mais uma vez entra a questão da mudança de hábitos, existe muito a resistência à mudança. Outro caso, sem dúvida são as chefias intermédias, é muito complicado sensibilizar estes colaboradores, pois estão muito ligados ao fator da produção, para eles o mais importante é produzir, quanto mais produzir melhor e não conseguem perceber a importância da questão ambiental e o quanto vantajoso se pode tornar também para a empresa, pois a redução de consumos também traz vantagens económicas é empresa. (Entrevista nº 4)

Torna-se complicado identificar quais os colaboradores mais motivados. Mas talvez os colaboradores mais novos. (Entrevista nº 5)

Segundo estes entrevistados, os jovens estão mais motivados e mostram um maior grau de adesão às questões ambientais. Assim sendo, para os entrevistados, a formação dos colaboradores é um dos factos mais proeminentes no que toca à questão da motivação dos colaboradores para as questões ambientais, tal como podemos confirmar nas seguintes afirmações:

Depende da formação, das habilitações porque notamos por exemplo, se a escolaridade for superior nota-se se calhar uma maior participação e as pessoas tentam contribuir, quando há uma escolaridade inferior, que infelizmente a percentagem aqui é elevada torna-se bastante complicado, para tentarmos dissuadir, não fazer aquela tarefa que está malfeita. (Entrevista nº1)

É a formação, a sensibilização com estas matérias do ambiente, as pessoas mais idosas ainda queimam os resíduos em casa. (Entrevista nº 3)

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

a resistência à mudança e claro a informação ambiental chega melhor aos mais novos, como o caso das crianças que chegam a casa e incentivam os pais a fazer a reciclagem. Mas sem dúvida a resistência à mudança. (Entrevista nº 4)

Em jeito de conclusão, estas entrevistas indicam-nos a não existência de valores totalmente altruístas em relação à biosfera; posto isto, o que nos podemos realmente aperceber é que apesar dos valores económicos estarem mais presentes, começa-se a iniciar uma preocupação ambiental, e por consequência uma valorização do meio ambiente como importante e necessário à sobrevivência humana, e que o Homem é só mais um ser entre muitos que habitam a terra. Assim, o que podemos constatar é que nenhuma empresa se demonstrou marcadamente não ecocêntrica.

Para as empresas entrevistadas a natureza é maioritariamente percecionada na dimensão objetiva. Esta perspetiva consubstancia-se no facto de o ambiente ser representado, essencialmente, pelo meio que está mais próximo da empresa, apontando, nalguns casos, o ambiente no sentido que faz falta à qualidade e melhoria da “vida” empresarial.

A análise das representações do ambiente revela-nos uma posição não extremada entre as visões mais antropocêntricas e ecocêntricas. De facto, a conceção dos entrevistados perante a sua relação com o ecossistema não sugere uma representação da natureza enquanto padecente das ações humanas.

Atitudes Ambientais

Com base no quadro de análise, verifica-se que nenhuma das empresas revelou ter uma atitude ativista em relação ao ambiente, ou seja, empresas que conjugam de forma inequívoca a participação em ações coletivas em defesa do ambiente com as práticas quotidianas com incidência na preservação do ambiente e uma constante valorização do ambiente no quadro do desenvolvimento. Perante a análise das entrevistas percebeu-se que quatro das empresas entrevistadas revelaram ter práticas em defesa do ambiente, quer sejam quotidianas ou de ação coletiva, como o caso, por exemplo, da realização de *peddy paper* ambiental, mas sendo estas práticas de modo menos consistente do que na atitude ativista, assim considerámos estas empresas no grupo com uma atitude ativa face ao ambiente, com a exceção da entrevista nº 4 ter declarado não efetuar nenhuma ação voluntária em prol do ambiente, consideramos mesmo assim esta empresa no grupo dos ativos, uma vez que é certificada ambientalmente e em todo o processo organizativo tem a

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

ponderação de possíveis impactos ambientais no desenvolvimento de novos produtos. No caso dos simpatizantes concluímos que apenas uma empresa se incluía neste grupo de atitude. Pois esta empresa (entrevista nº3) declara realmente incluir no seu dia-a-dia organizacional algumas práticas ambientais, mas, por exemplo, no caso de ações voluntárias em prol do ambiente, não estavam presentes nesta organização, considera-se assim que as ações em prol do ambiente seriam pontuais e específicas para a melhoria organizacional da empresa.

Na altura foi por três motivos, quando por exemplo até pusemos essa sensibilização da questão da circular para a redução de veículos no parque, foi um dos motivos porque estava realmente cheio, foi pela questão também para não haver tantos combustíveis gasosos a ir para atmosfera e foi também pela questão de sensibilização que estamos numa altura de crise e que se calhar muitas vezes era uma forma de o colaborador aqui na empresa economizar e que muitas vezes nem se estavam a aperceber que estavam a despendar mais dinheiro do que se pensa e com o colega seria mais simples. Foi por esses três motivos e que no fundo uma sensibilização para esse fim, conseguimos colmatar três aspetos que seriam fundamentais. (Entrevista nº 1)

Por exemplo não é, e qual é a política de transportes, nós temos uma série de camionetas em que as pessoas são transportadas por esses transportes da empresa, o que já evita que todos tragam o seu carro, não é? (Entrevista nº 2)

[Ações voluntárias] Não, nunca fez isso, uma das coisas que já tivemos que fazer foi a medição do ruído externo, portanto nós tivemos que provar, isto é um requisito legal provar com medições que não estávamos a incomodar a vizinhança. (Entrevista nº 3)

Não. A empresa não tem qualquer envolvimento em ações voluntárias em prol do ambiente. (Entrevista nº 4)

Receção de visitas de estudo. Ex.: em 2006, recebemos a visita de grupos de crianças, no âmbito dum projeto escolar “sensibilização para a Educação Ambiental”, especialmente a separação e reciclagem dos resíduos industriais; no dia 5 de Junho – dia Mundial do Ambiente, foi plantada árvore no jardim da empresa, de modo a alertar para a importância da preservação do ambiente; vários colaboradores da empresa participaram como voluntários no “Projeto Limpar Portugal”, a 20 de Março 2010 e está agendado, para este ano um *Peddy Paper* Ambiental na cidade de Guimarães, de modo a sensibilizar para a problemática da sustentabilidade ambiental e da proteção do meio ambiente, os colaboradores da empresa. (Entrevista nº 5)

De forma a se perceber melhor este enquadramento das empresas, vamos utilizar a questão colocada aos entrevistados sobre a *ponderação dos impactos ambientais no desenvolvimento de novos produtos*, e verificar qual a atitude perante esta questão:

Sim, eu dou-lhe o exemplo, nós temos tingimentos novos a nível da utilização de água, é praticamente sem água, a nível de produtos químicos também reduzir os produtos químicos, ou seja, praticamente usar corante e não usar produtos químicos, ou seja, tudo é tido em consideração. (Entrevista nº1)

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

Indiretamente, desenvolvimento de novos produtos estamos a falar de roupa de cama, portanto pegando numa tela crua como é o caso temos desenvolvido produtos com “omona” são motivos mais caros em que nos obriga a ter certificados do próprio produtor em que realmente se deu numa agricultura biológica e o nosso cliente também está disposto a pagar, portanto nós precisamos de nesta cadeia produtiva usar um conjunto de componentes do produto amigos do ambiente começa logo pela procura da certificação, em termos de acabamentos isso complica-se porque alguns acabamentos já estão preparados em Portugal para tal no todo do processo de tingimento e acabamentos são usados corantes e produtos auxiliares que não estão a destruir o ambiente, daí ser também possível um avanço, são novos produtos que já estão no mercado a pensar também no ambiente. (Entrevista nº 3)

Sim a empresa faz essa avaliação, até porque ao fazer essa avaliação tem sempre vantagens económicas, principalmente nas questões da utilização da energia e nos consumos de água, o que nem sempre é possível, uma vez que é uma empresa prestadora de serviços e muitas vezes os clientes querem o produto através de um determinado processo que não tem muito em conta a quantidade de água utilizada, mas sim o resultado. No caso do nosso principal cliente que não é certificado e não têm intenções de o ser, a questão ambiental não é muito importante. (Entrevista nº 4)

As questões ambientais são tidas em consideração desde a conceção do produto, de modo a prevenir e minimizar os impactes ambientais do produto no seu fim de vida útil. Nomeadamente, a escolha de materiais passíveis de reciclagem, a limitação na utilização de substâncias perigosas. É analisada a possibilidade de minimizar o consumo energético e aumentar a eficiência e eficácia do nosso produto. (Entrevista nº 5)

Numa síntese breve, os resultados obtidos apontam uma atitude favorável ao ambiente, independentemente do seu sector de atividade económica, da certificação ou vantagem económica, pois todas apresentam uma atitude favorável ao ambiente; independentemente do motivo subjacente à atitude, o mais importante é a proteção do ambiente e, de uma forma ou de outra, todas revelam uma predisposição para a proteção do ambiente.

Práticas Ambientais

Esta secção avalia as práticas da gestão ambiental das empresas, nomeadamente se a organização tem uma política pró-ativa, ou seja, se a organização estabeleceu objetivos ambientais específicos, mensuráveis, documentados e comunicados.

Neste ponto, vamos discutir sobre as práticas ambientais, ou seja, tentar perceber que tipo de práticas ambientais as empresas afirmam ter implementado, se estas práticas são de origem “obrigatória” ou se são práticas voluntárias. O que nós verificamos é que todas as empresas declaram ter práticas ambientais, mas apenas uma empresa (Entrevista nº3) afirma ter práticas ambientais sem estar ao abrigo da obrigatoriedade legal ou pela certificação. Das três empresas certificadas com a norma NP ISO 14001: 2004, apenas duas

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

afirmam ter práticas ambientais além da obrigatoriedade da norma, como por exemplo a receção de visitas de estudo para falar sobre ambiente na empresa. No caso da entrevista nº 2, apesar de não estar certificada ambientalmente, tem em prática quase todos requisitos da norma, entre eles as boas práticas ambientais além dos requisitos, tem políticas amigas do ambiente como, por exemplo, a política de transportes coletivos.

Existem alguns procedimentos, algumas práticas, mas ainda são poucas as medidas implementadas formalmente. Verifica-se que existe, de facto, uma preocupação por ter boas práticas ambientais. Os escassos recursos de que dispõem constituem, muitas vezes, entraves na aplicação e formalização de políticas nesta área, pois outras carências apresentam-se como prioritárias.

É assim, uma pergunta do inquérito: “acha que no seu local de trabalho há ecopontos suficientes na empresa para a reciclagem?” ou “há ecopontos suficientes na empresa para a reciclagem?” se grande parte da percentagem responde que não, qual é o nosso objetivo? É logo criar algum ecoponto, funciona um bocado nesta base”. (Entrevista nº1)

São avaliados, são avaliados de uma forma direta e de uma forma indireta, também depois da análise que nós fazemos da aplicação disso, do feedback que também temos da parte dos nossos fornecedores, serviços ao nível de resíduos, nós não temos, assim que eu me recorde por exemplo devoluções a dizer que no meio de um resíduo houve qualquer outro que não podia ir e, portanto, nós não temos nada disso, portanto isso o que é que significa? Significa que a triagem aqui é muito bem realizada. Portanto acho que isso também é uma forma de medir a eficácia com que essa informação é transmitida. (Entrevista nº 2)

há uns anos sem dúvida que havia um objetivo na altura reduzir os desperdícios, até que desistimos porque não havia mais ações capazes de ir ao encontro da tal redução, portanto é feito um tratamento estatístico é dado a conhecer à administração ai a uns anos foram tomadas medidas portanto passou a ser uma prática a tal separação de resíduos, para encaminhar os resíduos para o sítio certo mas atualmente não passa daí. Tenho que realmente declarar a quantidade de resíduos, é complicado, mas não passa daí. (Entrevista nº 3)

Sim esses resultados são monitorizados através das visitas regulares aos postos de trabalho de forma a perceber se os trabalhadores estão a cumprir com todos os requisitos. (Entrevista nº 4)

A empresa avalia pelo menos uma vez por ano, os seus aspetos ambientais são definidos para os aspetos ambientais significativos, objetivos e metas ambientais, sempre que técnica e economicamente viável. Para os aspetos ambientais não significativos, passíveis de melhoria, são, também, estabelecidos objetivos e metas ambientais. São definidos indicadores de desempenho ambiental de forma a monitorizar o cumprimento dos objetivos e metas definidos. (Entrevista nº 5)

No que toca ao tipo de práticas ambientais mais presentes nas entrevistas, são, sem dúvida, a separação de resíduos, a racionalização de recursos (energia, água e matérias-primas); o tratamento dos efluentes líquidos; emissões gasosas; a limpeza; a

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

utilização e desenvolvimento de produtos amigos do ambiente e, por fim, a inclusão no plano de formação da empresa da formação ambiental. Tal como podemos confirmar nas falas seguintes:

Exato, é a fixação de comunicações internas. Tentamos sempre utilizar produtos químicos que não provoquem qualquer dano ao ambiente, temos esse cuidado, é bocado de tudo. E claro também eu, sei de casos das pessoas fazem reciclagem, mas aqui não fazem ou fazem aqui e não fazem em casa é um bocado de tudo. (Entrevista nº 1)

a limpeza das instalações, acho que é notório, esse efeito é um efeito notório, a separação correta dos resíduos, a tentativa dos equipamentos de reciclagem dos óleos essa coisa, essa tentativa, acho que é o impacto maior que tem e a transmissão da preocupação ambiental também a todas as pessoas que trabalham aqui na empresa. (Entrevista nº 2)

há separação do papel dos gabinetes, e do resto dos resíduos desde dos copos de café por exemplo ao papel, o papel, o cartão e o plástico também temos resíduos em plástico pouco mas temos. (Entrevista nº 3)

nós também demos aqui alguma formação, sensibilização nessa área, nota-se que as pessoas estão mais sensibilizadas para algumas questões, mudar realmente os seus comportamentos, pronto não vou dizer que é tudo perfeito, separação dos resíduos, no fechar as torneiras, não deixar as torneiras abertas, estarem sensibilizadas para os gastos. (Entrevista nº 4)

A preocupação da empresa em relação ao Ambiente, leva-nos a procurar sensibilizar os colaboradores, fornecedores e partes interessadas, para a problemática da sustentabilidade ambiental e da proteção do meio ambiente. Desde de 1996 que divulgamos (interna e externamente) boas práticas através de simbologia específica na nossa documentação promocional e institucional. Separação dos resíduos recicláveis em toda a empresa e posterior envio de resíduos para destinatários devidamente autorizados. Preocupações na racionalização dos recursos, tanto em energia, água e matérias-primas. Tratamento da água não é aplicável. (Entrevista nº 5)

Assim, o que podemos concluir é que, primeiro, é preciso mudar os hábitos e as mentalidades para que possam surgir novos comportamentos e, depois, será então possível ver os efeitos.

Existem realmente algumas práticas destas empresas dignas de notar, pois independentemente de poucas ou muitas o Ambiente agradece.

Informação Ambiental

O conhecimento e informação sobre a questão ambiental são, pois, interpretados neste trabalho como um potencial fator de sensibilidade à promoção da qualidade do ambiente e que pode traduzir-se em práticas de proteção ambiental.

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

O que nós propomos aqui é, precisamente, perceber até que ponto a passagem de informação ambiental aos trabalhadores, por exemplo, está associada à atitude ambiental, isto é, às práticas e valorizações convergentes com a proteção ambiental.

não havia procedimentos nem manual de acolhimento no fundo passou haver essa tarefa acrescentada e para os colaboradores seria benéfico porque no fundo havia uma integração e o conhecimento sobre o que se passaria, quais eram os resíduos que se separavam em termos ergonomia depois tiveram à parte mais formação nesse sentido. (Entrevista nº 1)

É assim, por mais que possa estar aqui a falar, inicialmente, muitas das coisas que afixamos, não era novidade, porque as pessoas, isto é assim, só não vê quem não quer, todos os dias passa na televisão, na rádio, na internet, uma sensibilização muito grande para as pessoas e não houve assim aquele impacto tão grande como a parte da segurança. (Entrevista nº 1)

Muita importância, muito porque se nós todos não participarmos a empresa não consegue fazer, portanto, e essa consciencialização é muito importante. (Entrevista nº 2)

houve uma sensibilização, portanto eu tive que alertar de como fazer, portanto, todos eles acabam por ter dois caixotes de lixo, um é só para o papel por exemplo, em termos produtivos, há reservatórios só para o plástico, só para o cartão, o cartão é colocado sobre paletes, as pessoas foram sensibilizadas foi uma sensibilização que passou verbal, mas também por escrito, mandei e-mails a dizer atenção que agora temos de cumprir estas regras. (Entrevista nº 3)

A importância que tem transmitir informação é uma forma de conseguirmos chegar aos nossos objetivos, porque por exemplo a empresa tem objetivos definidos que é reduzir a quantidade de resíduos que vai anualmente para aterro, portanto esta tem sido a nossa grande luta. Para nós andarmos nesta redução portanto tem que haver uma comunicação direta com os trabalhadores porque são eles que fazem isto no dia-a-dia não somos nós que estamos aqui a fazer os mapas, portanto é muito importante que as pessoas sejam sensibilizadas é o que nós fazemos, por exemplo além da formação, temos aquela questão de andar pela fábrica, pela produção, ir sensibilizando as pessoas, chamando à atenção daquilo que não está bem e pronto e tem sido esta a nossa conduta ao longo destes tempos, portanto e é muito importante que essa mensagem passe e que chegue mesmo aos trabalhadores que estão nos postos de trabalho porque caso contrário não se consegue ter um sistema ambiental com resultados concretos pronto a empresa tem objetivos, pretende-se algo, não fazemos por fazer, existem objetivos definidos mas é importante que realmente as pessoas saibam quais são não é e depois no seu dia-a-dia trabalhem para que isso se consiga, se não a empresa vai chegar ao fim do ano e não vai conseguir os resultados que pretendia. (Entrevista nº 4)

Muito importante. Os colaboradores da empresa são considerados como fator chave, para a melhoria constante do desempenho ambiental da empresa. (Entrevista nº 5)

A questão dos mecanismos que utilizam para a divulgação da informação também é aqui importante de revelar:

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

É muito à base de comunicados internos, e depois através da formação inicial, o manual de acolhimento também vai trazendo alguns dados importantes. (Entrevista nº 1)

Muitas coisas, placards, pelas ações de sensibilização, através da política da empresa. Já é uma política daquilo que nós chamamos de sistema integrado, é uma política que abarca a parte ambiental, da qualidade e da segurança, portanto através dessa divulgação toda, mesmo no nosso jornal, nós temos um jornal, também fazemos essa divulgação, sempre que se ache necessário, portanto através dessa maior. (Entrevista nº 2)

Uma informação direta, no contacto direto com os operadores e depois há sempre contacto por escrito por e-mail, portanto desde comunicações internas todos aqueles que não têm caixa de e-mail há um placar na produção, onde se pode afixar tudo e é onde é afixado o próprio e-mail para todos aqueles que não têm acesso à caixa de e-mail. (Entrevista nº 3)

Ao nível da informação ambiental, através das ações de sensibilização, a parte da formação, de placards informativos, circulares e mesmo nos postos de trabalho, pois é frequente ir ver pela empresa se os trabalhadores estão a cumprir. (Entrevista nº 4)

Muitas coisas, placards, pelas ações de sensibilização, através da política da empresa. Já é uma política daquilo que nós chamamos de sistema integrado, é uma política que abarca a parte ambiental, da qualidade e da segurança, portanto através dessa divulgação toda, mesmo no nosso jornal, nós temos um jornal, também fazemos essa divulgação, sempre que se ache necessário, portanto através dessa maior. (Entrevista nº 2)

Segundo os dados anteriores, a informação ambiental aos colaboradores traduz-se em práticas de proteção ambiental, pois é através deste aspeto que grande parte dos colaboradores toma conhecimento da causa ambiental e, por conseguinte, a sua aplicação diária no seu local de trabalho. No entanto, o que se verificou na análise das entrevistas, em especial na importância atribuída à passagem de informação ambiental aos colaboradores, é que esta relação de influência entre a passagem de informação e posterior conhecimento ambiental nas atitudes, não está muito visível; o que realmente nos ficou claro foi a relação entre a passagem de informação ambiental e os objetivos da empresa. Ou seja, após as afirmações dos entrevistados verificou-se que a passagem de informação ambiental aos trabalhadores é vista como o meio mais eficaz de chegar aos objetivos, pois, tal como o entrevistado nº 4 afirmou que, são os trabalhadores que mais têm integrado no seu dia-a-dia as práticas ambientais e sem estes não conseguem chegar aos objetivos previstos.

Outros pontos relevantes à perceção ambiental

Neste ponto, vamos abordar aspetos importantes à perceção ambiental das empresas entrevistadas. Assim, vamos abordar as medidas que as empresas afirmam

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

poder adotar para reduzir ainda mais o seu impacto ambiental, no caso de possíveis áreas prejudicadas no passado, como por exemplo a utilização do rio como recetor de efluentes líquidos, perceber as medidas tomadas pelas empresas para essa recuperação; identificar os mecanismos de participação dos trabalhadores nas questões ambientais; quais as vantagens aliadas a produtos amigos do ambiente sobre a concorrência identificadas pelas empresas.

E por fim, verificar se as empresas disponibilizam informação ambiental clara e precisa nos seus produtos. Posto isto, o nosso objetivo com os excertos seguintes é perceber a posição dos entrevistados face a estas questões. Pretende-se saber quais as estratégias empresariais para minimizar o impacto ambiental destas empresas:

Existe, não só para o ambiente, mas também de tudo, ambiente segurança e qualidade, de legislação quando sai legislação nova, que pode ser interessante para os trabalhadores, de paternidade, gravidez e isso tudo, quantas e quantas vezes nós afixamos, é geral”. (Entrevista nº 1)

“Nós fazemos essa análise porque nós temos sempre resíduos e portanto, quando temos resíduos normalmente temos um custo, portanto nessa análise ou seja, quando nós fazemos as análises dos processos, dos produtos que utilizamos, fazemos logo a análise da perspectiva também de ter menos resíduos não é? Portanto essa análise é feita logo em conjunto, quando nos produtos que nos já temos, o que é que nos tentamos é caminhar para produtos, diminuir o grau de perigosidade, ou seja, se temos um produto perigoso tentamos arranjar algo, alternativas a esse produto de forma a transformar aquele produto num menos perigoso, com menos emissões, o que for”. (Entrevista nº 2)

“É muito complicado na nossa atividade, houve uma altura e já não se aplica nas novas instalações, até surgiu uma necessidade de redução energética, e isto pode implicar ambiente, e a solução passaria por plantar umas árvores para fazer sombra nos escritórios nas anteriores instalações portanto uma colega vossa fez uma auditoria energética e passaria por isso, por criar sombras, nas atuais deixou se ser viável, deixamos de ter os problemas que tínhamos de temperatura, podemos fazer ou o que ainda podemos fazer? Neste momento ainda não sei. Não sei se dado à nossa atividade podemos contribuir mais para ambiente para melhorar o ambiente só se deixarmos de ter carros, de ter carrinhas, impossível, todos os desperdícios que temos, não podemos fazer mais separação entregamos os tonners e de um escritório o que é que saí? Saí cartão, papel, os tonners e depois temos o quê? Copo de café, uma esferográfica vazia, não passa daí”. (Entrevista nº 3)

“É assim, nós temos na avaliação dos aspetos ambientais e temos identificado os aspetos que podemos melhorar, tem a ver com os consumos energéticos e quando eu digo energéticos e água, a redução do consumo elétrico, as nossas máquinas funcionam muito a vapor portanto a redução dos consumos no vapor, tudo que é energético, hoje em dia representa muito dinheiro para a empresa e é esse ponto que precisamos efetivamente melhorar mas como lhe falei no início isso até está identificado mas obriga a algumas alterações ao nível de máquina a nível de circuitos é preciso investimento isso está, neste momento tem se feito aquilo que não obriga a grandes investimentos a gente tem feito o que obriga está à aguardar portanto mas é nessa área a parte dos consumos energéticos e água, o vapor que é o que usamos muito e depois temos também margem para melhoria a nível de resíduos porque nós

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

melhoramos muito não há duvida mas ainda há uma ou outra situação ou resíduo que não é bem separado portanto isto aqui vai muito da sensibilização das pessoas, nós no fundo que temos previsto tanto para a área do ambiente e da segurança, é fazer visitas periódicas não lhe podemos chamar auditoria no fundo visitas periódicas na fábrica, as vezes dar assim uma volta passar por um lado por outro, entre as secções, vendo o que é que está ali mal assinalando, chamando atenção das pessoas das chefias pronto um bocado um trabalho desse género porque efetivamente a nível de resíduos, das emissões gasosas não há aqui nada porque nós estamos muito abaixo dos limites que esta previsto na legislação a nível de ruído ambiental desde que não haja alterações os níveis de ruído não vão aumentar portanto os grandes pontos onde sentimos que podemos melhorar o nosso desempenho ambiental é realmente a nível dos resíduos melhorar ainda mais as separações e na parte dos consumos energéticos e água. E claro a água implica efluentes se consome menos água produz-se menos efluentes. Essas são as áreas onde podemos melhorar e é onde a empresa tem objetivos definidos e planos de ação para isso”. (Entrevista nº 4)

Possíveis medidas para recuperar áreas prejudicadas no passado

[utilização do rio como recetor de efluentes líquidos] utilizava, mas deixou de utilizar, por exemplo nós passamos a estar ligados a TRATAVE, que é o coletor municipal e é para onde enviamos os nossos efluentes, nós neste momento não fazemos qualquer emissão para o rio (Entrevista nº 2)

Já não teve nada a ver com a certificação, teve a ver com a obrigação que lhe falei no inicio que foi em 1998, as empresas daqui da região do Ave foram obrigadas a ligar-se a um sistema de tratamento dos efluentes porque ate aí todo o efluente ia diretamente para o rio, aí surgiu a necessidade de criar uma etar, a Tratave, onde as empresas desta área canalizam os seus efluentes em vez de ir para o rio. O rio ave ainda hoje está uma desgraça, porque ainda continua a haver muita descarga ilegal, o que não se entende, porque as entidades vêm mais depressa a uma empresa que é certificada. Á partida uma empresa que é certificada cumpre, mas também sei que é verdade que há muitas empresas certificadas que não cumprem, porque as pessoas não são sérias e não levam as coisas a sério porque se não era, porque a certificação obriga a cumprirem as coisas, alias o numero 1 para uma certificação é o cumprimento da legislação, há um requisito da norma que é o cumprimento dos requisitos legais e por exemplo nós no nosso caso temos o procedimento que implementamos da avaliação da conformidade legal porque é uma obrigação portanto tanto do ambiente como da segurança, em que a empresa tem que fazer a avaliação da conformidade legal nós temos que identificar de todas as áreas as nossas obrigações e depois verificar periodicamente se estamos a cumprir e não estamos a cumprir e no caso do ambiente que tem comunicações externas com as datas verificamos se estamos a mandar as coisas dentro dos prazos nos tivemos que criar uma estrutura que foi das coisas que mais trabalho nos deu aqui dentro foi, a identificação das obrigações legais não tanto do ambiente, se fosse só o ambiente era mais fácil, mas temos o ambiente e segurança é muito coisa, portanto identificação das obrigações legais e depois criar um procedimento que nos permita um autocontrole porque a gente é assim a gente identifica mas e depois não tem tudo na cabeça e depois se esquece, há obrigações, tem de se mandar o relatório de três em três meses, a gente tem de ter uma ferramenta que nos ajude a não falhar e isso nós implementamos e isso deu-nos muito trabalho a implementar porque abrange as duas áreas e são muitas e muitas obrigações que a empresa tem e portanto conseguimos fazer isso e portanto conseguimos ter as coisas controladas. Não tem a haver tanto com as certificações tem a ver com a legislação que ela já existia, só que acho a nível de inspeção agora está melhor, mas não funcionava, não havia mecanismos. Onde é que as empresas iriam mandar os efluentes, prejudicou-se muito aqui o rio ave e ainda hoje. A gente vai descendo o rio e vê que alguém manda para lá descargas que não deve e o rio ainda

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

não recuperou e não sei quando é que vai recuperar, portanto na altura a ideia era despoluir o vale do ave não é, conseguiu, com certeza que se melhorou muito porque as empresas grandes essa estão todas ligadas, agora pode haver uma outra mais pequena que faça, quase que nem sabem que elas existem, porque a nível do rio ave pelo que eu me apercebi aqui nesta zona a outra questão que está a prejudicar muito, que são os próprios esgotos domésticos destas casas aqui á volta como não há saneamentos ainda há muita coisa a cair diretamente aí para o rio. Ainda há muita coisa a ser descarregada no rio. O grande problema foi esse em termos, porque para além de estar a poluir o rio está a poluir a água que depois utilizamos no processo, obriga-nos a um maior tratamento, portanto esses foi o grande prejudicado aqui á volta em termos ambientais porque em termos de gases isso não porque os processos por aqui não têm assim grandes emissões que levem à poluição do ar, é mais o rio a água. Entre as várias empresas, existe uma área verde muito grande pelo que sei isto foi tudo mandado plantar, porque não existiam estas árvores, pelos fundadores disto elas são muito ligados às árvores, plantaram isto tem grandes vantagens estas árvores porque acabam por formar uma barreira ao ruído destas casas que estão aqui perto, isto ajuda muito ao ambiente daqui da envolvente. (Entrevista nº 4)

Mecanismos de participação dos colaboradores nas questões ambientais

Põe, nós temos um sistema de recolha de opiniões, da caixa de sugestões que as pessoas podem fazer sugestões, ao nível que quiserem essas sugestões analisadas e depois é vista a viabilidade da sua aplicação ou não, se as pessoas fizerem sugestões ao nível ambiental, aqui também funciona muito a parte informal, as pessoas chegam dão a sua opinião e depois é feito análise, se poder aplicar e se tiver exequibilidade elas são aplicadas. (Entrevista nº 2)

Não, a empresa não possui esse tipo de mecanismos de participação. (Entrevista nº 4)

Promover o envolvimento dos colaboradores premiando para as melhores sugestões nas diferentes áreas da empresa. (Entrevista nº5)

Identificação de vantagens aliadas a produtos amigos do ambiente em relação à concorrência:

É uma vantagem mesmo só para a questão da imagem de mercado, ok, a Pizarro é uma empresa certificada a nível ambiental” só que é como eu lhe disse há pouco o cliente português quer é preço não quer bandeiras, quanto mais barato melhor e só mesmo aqueles que trabalhem bem e que têm consciência que têm que cumprir com leis, é que trabalham connosco, trabalham connosco porque a Pizarro conta com isto e com aquilo. É eficiência energética, é a reciclagem acho por vezes tendo a perceção. (Entrevista nº1)

Não está diretamente relacionado com a concorrência, mas é uma grande vantagem porque é como lhe disse há bocado, é tudo uma questão económica e a concorrência e muitas vezes as questões de quem está a comprar, não é? Muitas vezes tem muitas preocupações ambientais, mas depois, quando vai fazer a análise custo-benefício, esquece a premissa ambiental e vai fazer a análise pelo custo, mas de uma forma geral acho que é um, é uma mais-valia que a empresa tem em ter produtos amigos do ambiente. (Entrevista nº 2)

É uma das formas, cada vez mais as preocupações ambientais estão presentes em tudo. No nosso caso tendo em conta que a BORFIL exporta praticamente toda a sua

Verdes são os campos – A questão ambiental nas empresas

produção, o estrangeiro está preparado para estas questões, está aberto para o lado, está sensibilizado mais que os próprios portugueses, eles estão sem dúvida também nestas matérias à frente de nós, já nos exigem que determinados produtos tenham um conjunto de requisitos. Há outros componentes químicos por exemplo a legislação Ritch está ligado sobretudo à parte de produtos químicos, mas nós somos obrigados a cumprir de que forme a BORFIL cumprir? É preciso que todos os fornecedores que estão na cadeia produtiva esteja a cumprir internamente a BORFIL corta tecido não faz mais nada, tudo o resto é uma questão de logística, mas para garantirmos isto é ir ao encontro das necessidades do nosso cliente, do mercado, do mundo nós temos que ter tudo o que está atrás de nós também em termos de requisitos. Há determinados produtos que são proibidos no mercado por questões ambientais fluorato de metilo foi proibido no ano passado nós e apesar da nossa atividade temos que evidenciar perante os clientes que realmente o produto sai daqui dentro de uma caixa e não leva fluorato de metilo é só um exemplo e porquê? Porque realmente se decretou que está proibido. Portanto a cadeia tem de respeitar tem de cumprir toda a legislação que está definida e cada vez mais sem dúvida. (Entrevista nº 3)

Produtos com menor consumo energético. (Entrevista nº 5)

Informação ambiental clara e precisa nos seus produtos:

É assim, a grande informação que nos temos é a ISO 14001, acho que com essa, com esse símbolo. (Entrevista nº1)

Nós temos que disponibilizar aos nossos clientes são exigências, portanto eu tenho e estando nós na cadeia produtiva eu tenho que receber tanto documentos de um fornecer como um produtor tenho que evidenciar essa informação que passa para o nosso produto. (Entrevista nº 3)

As questões ambientais são tidas em consideração desde a conceção do produto, de modo a prevenir e minimizar os impactes ambientais do produto no seu fim de vida útil. Nomeadamente, a escolha de materiais passíveis de reciclagem, a limitação na utilização de substâncias perigosas. É analisada a possibilidade de minimizar o consumo energético e aumentar a eficiência e eficácia do nosso produto. (Entrevista nº 5)

Considerações Finais

O mercado “verde” torna-se cada vez mais consolidado por causa da crescente procura de produtos que não prejudiquem o meio ambiente. Deste modo, os rótulos ambientais através da certificação seriam instrumentos capazes de cooperar na implementação de políticas em proveito do desenvolvimento de novos padrões de consumo que resultem em condições ambientalmente mais saudáveis e possam contribuir para uma evolução da produção industrial.

Sem dúvida que esta procura por rótulos amigos do ambiente influencia bastante a busca pela certificação ambiental. São os novos padrões de consumo que obrigam os produtores a integrarem práticas amigas do ambiente nos seus processos de produção. Todos os dias nos deparamos com produtos “verdes” no mercado, mas será que esta produção é sinónimo de uma preocupação ambiental das empresas ou um novo mercado de consumidores ambientalmente conscientes? A resposta inicialmente parecia simples, mas no decorrer da investigação revelou-se bastante dúbia, pois as certezas não se constituem apenas em base das práticas declaradas. Quando conjugamos estas práticas com algumas afirmações dos entrevistados facilmente percebemos que a questão económica ainda é fator predominante nas escolhas produtivas. Não conseguimos afirmar com clareza o que está subjacente às práticas ambientais, apenas indícios de uma nova mentalidade empresarial, provocada por um mercado mais exigente. Apenas conseguimos afirmar que qualquer tentativa de alterar comportamentos exige uma mudança fundamental dos valores e da atitude dos gestores.

Entre as diversas exigências contestadas pela sociedade moderna, que interferem com a atividade empresarial, a preocupação ambiental tem ganho projeção significativa face à sua relevância para a qualidade de vida das populações. Como consequência destas pressões no seio de muitas empresas, sobre os problemas ambientais, o meio ambiente passa a fazer parte de um quadro de ameaças ou oportunidades, capazes de pôr em causa a permanência das empresas no mercado.

Em prol do desenvolvimento sustentável, a legislação ambiental tem-se tornado, paulatinamente, mais restritiva, exigindo uma regulação e uma responsabilização pelos danos ambientais. Simultaneamente, tem-se assistido a uma crescente pressão social para que as empresas, um dos principais agentes poluidores, tenham a percepção dos impactos negativos das suas atividades sobre o meio ambiente. Acrescentando-se ainda, um movimento social emergente de procura de produtos “ecologicamente corretos”.

Estes motivos induziram as empresas a assumir uma postura mais responsável quanto à questão ambiental. Esta nova realidade passa cada vez mais pela integração voluntária das preocupações ambientais na estratégia empresarial, através da implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) e da sua certificação de acordo com as normas internacionais ISO 14001 e/ou europeias EMAS, bem como pela elaboração e divulgação de informação sobre a atuação, a performance e os impactos ambientais das atividades empresariais.

Assim, a economia só poderá levar a cabo a sua nova tarefa de contribuir de modo decisivo para a reconstrução do ambiente devastado se as empresas, individualmente, estiverem preparadas para adotar o princípio da gestão ambiental.

Posto isto, a questão da performance ambiental e a performance financeira torna-se num ponto de referência. É claramente aceite que as boas práticas de gestão ambiental e os investimentos conducentes a uma melhor performance ambiental são benéficos para a empresa assim como para a sociedade. No entanto, estes investimentos representam custos que se transformam em conflitos de escolha. As posições que verificamos nos entrevistados são várias, pois se para uns os investimentos no aperfeiçoamento da performance ambiental representam custos às empresas, traduzindo-se na forma de preços elevados para os consumidores, desvantagens competitivas perante a concorrência e consequentemente menor retorno de lucro para a empresa. E nesta perspetiva, os investimentos ambientais são vistos como custos extra para as empresas, levando-os a minimizar os custos discricionários, isto é, os gastos ambientais que não são expressamente exigidos pela lei.

Para outros, a melhoria da performance ambiental é uma potencial fonte de vantagens competitivas, na medida em que poderá resultar em menores custos de produção, bem como os custos relacionados com o incumprimento da legislação ambiental, originando novas oportunidades de mercado. Assim, através do uso mais eficiente de recursos, o reaproveitamento dos resíduos e a adoção de tecnologias e processos mais eficientes, obtêm benefícios através da atração de clientes, trabalhadores e investidores, através da melhoria de imagem, reputação pública da empresa, e pela redução do custo capital motivado pela redução dos riscos provocados pela empresa.

O ponto de partida do presente projeto de investigação firmou-se na ideia de que nas empresas emerge uma passagem de valores antropocêntricos para valores ecocêntricos. Assim, importa referir que a transformação de valores verificada nas sociedades industrialmente avançadas não é, significativamente, constatada entre as empresas entrevistadas, uma vez que o enraizamento de uma cultura pró-ambiental não

se mostra proeminente entre a nossa amostra, sendo que a maioria se encontra inserida no grupo de valores mistos.

Assim sendo e tendo em conta a hipótese qualitativa, uma melhor informação ambiental aliada a um esclarecimento sobre as questões gerais da ecologia (crenças) estão associados a atitudes e práticas mais amigas do ambiente por parte dos empresários, elaborada no contexto deste projeto, podemos concluir que de acordo com os dados recolhidos, as práticas ambientais não estão ligadas diretamente à sensibilidade ambiental das empresas, isto porque se pensarmos apenas na dimensão interna, ou seja, planeamento das estratégias económicas, sociais e ambientais, a sensibilidade ambiental poderia realmente estar na essência das práticas ambientais. Mas quando esmiuçamos a questão externa tais como a imagem junto dos parceiros ou clientes, incluindo os parceiros internacionais e os consumidores (nacionais e internacionais), assistimos cada vez mais a defensores dos valores ambientais. A perceção ambiental das empresas toma outro rumo, isto é, o que à primeira vista parece um conjunto de práticas amigas do ambiente sob o ponto de vista de uma empresa consciente das suas potencialidades para a proteção do ambiente, em que este seria reconhecido como um lugar determinado ou percebido no tempo onde os elementos naturais estão presentes em relações e em interação, percebidos por meio de opiniões, atitudes, sentimentos e condutas, produzidas no quotidiano, percebemos exatamente o oposto, vimos o ambiente representado como uma potencialidade pelo ponto de vista do mercado. Assim, procuramos perceber as perspetivas das empresas quanto à questão ambiental. Como é que estas se colocam e como colocam os outros atores sociais quanto à urgência de atuação. Como validam a ocorrência de um programa de ação. Que fundamentos usam para salvar ou para reservar-se em relação à adoção de políticas ambientais. Como é que fomentam os seus pontos de vista em vários sectores.

A resposta quanto a nós parece passar pela influência da dimensão externa, as estratégias de mercado, a imagem associada a uma empresa amiga do ambiente para novos consumidores, esses sim, cada vez mais conscientes das questões ambientais, obrigam as empresas a ter novas estratégias de forma a obter novos clientes. Ou seja, se o cliente exige produtos amigos do ambiente, se exige processos de produção amigos do ambiente, porquê não? Na nossa sincera opinião, a representação ambiental dos entrevistados não está de todo ligada a uma consciência ambiental, mas sim, a um mercado mais exigente a nível das questões ambientais e a pressões legais. O ambiente para estas empresas representa mais uma oportunidade de mercado, aliada a um conjunto de vantagens em que todos ficam a ganhar.

No âmbito deste trabalho, é indispensável mencionar o conceito ecocentrismo. Assim, e no que toca aos valores relativos à biosfera, podemos afirmar que as empresas entrevistadas consideram, na sua maioria, o ambiente como um aspeto importante. Contudo, consideram os lucros e a gestão entre preço e qualidade como aspetos muito importantes das suas empresas. Assim, estes dados mostram que os valores de interesse próprio e altruísmo humanista, aliados ao antropocentrismo, se sobrepõem aos valores altruístas relativos à biosfera, ligados ao conceito de ecocentrismo.

Deste modo, podemos concluir que os entrevistados mostram fracos níveis de mobilização coletiva pró-ambiental. Apesar do número de casos ser exíguo podemos confirmar que as empresas que revelam ter práticas voluntárias para proteção ambiental e incentivo aos trabalhadores, inserem-se na sua maioria no grupo de valores mistos.

A importância dada ao ambiente mostra-se igualmente relevante, visto que os entrevistados que declaram não ter incluído práticas voluntárias são os que consideram o ambiente como um aspeto menos importante, em que o ambiente é apercebido como uma melhoria contínua da empresa. Por outro lado, e de acordo com os entrevistados que declaram fazer ou já ter feito práticas voluntárias de cariz ambiental, parecem considerar o ambiente como um aspeto mais relevante. Posto isto, os valores ligados à qualidade de vida e proteção do ambiente mostram alguma influência neste tipo de práticas.

No que concerne à ‘cultura’ ambiental, poder-se-á dizer que o impacto externo, meios pelos quais as empresas tomam conhecimento, na sua maioria, acerca das questões ambientais, parecem influenciar a escolha das empresas. Assim, independentemente da representação social associada ao ambiente, ou seja, o ambiente como um novo mercado ou como algo a proteger, influenciam as atitudes ambientais, pois todas as empresas entrevistadas apresentam uma atitude positiva em relação ao ambiente. Deste modo, e tendo em conta a quantidade de informação que divulgam perante os trabalhadores para a inclusão de boas práticas ambientais no seu quotidiano, quer seja na empresa ou fora da empresa e independentemente dos objetivos subjacentes às atitudes, às práticas e aos valores, estão a criar-se hábitos que vão ajudar muito a proteger o meio ambiente.

Embora se verifiquem no geral fracos níveis de sensibilidade ambiental entre a nossa amostra, será de extrema importância realçar que os valores pós-materialistas e valores altruístas relativos à biosfera exercem relativa influência sobre o entendimento ambiental das empresas, uma vez que estão aqui associadas a algumas práticas, individuais e coletivas, consideradas pró-ambientais.

A adoção de práticas ou de uma política de gestão que incorpore as questões ambientais depende sem dúvida de fatores que estão ligados a diferenças ao nível da

cultura organizacional, sendo que a “predisposição para a mudança” é o fator fundamental para a implementação duma cultura empresarial amiga do ambiente, pois a cultura das empresas é, em última análise, um reflexo dos valores dos seus integrantes.

Contudo, para que a cultura seja incorporada nas empresas tem que começar por existir uma *consciencialização*, tem de haver uma apropriação por parte dos diferentes atores da empresa de conceitos como o valor ambiental que potenciem uma tomada de consciência relativamente ao Ambiente e à sua implicação nas diferentes dimensões, nomeadamente na dimensão interna da empresa e na sua interação com o Meio Ambiente, Mercado e a Comunidade.

Havendo uma consciencialização por parte dos atores da empresa a consolidação da mudança terá condições para ocorrer, essa *predisposição* para a mudança verifica-se estar muitas vezes associada à dimensão da empresa, ou seja, por fatores que têm a ver essencialmente com a disponibilidade de recursos para consolidar as ações, numa lógica de custo/benefício, e da manutenção da competitividade e sustentabilidade futura da empresa.

Este fator também aparece associado a um processo de maturidade e estabilização das empresas, verificando-se que a disponibilidade da empresa e dos seus colaboradores, nomeadamente em termos de tempo, pois no início de atividade é baixa, uma vez que todos os recursos estão orientados e canalizados para a sobrevivência, aumentando a predisposição à medida que a empresa vai amadurecendo e se vai impondo no mercado.

Em empresas não certificadas, havendo predisposição e disponibilidade para assegurar tempos e outros recursos para a consolidação desta cultura, o processo normalmente inicia-se por *pequenos passos*, podendo dar-se o exemplo da implementação gradativa de pequenas práticas ambientais.

Sendo um processo voluntário, associado cada vez mais a uma lógica de melhoria contínua, torna-se cada vez mais um fator de competitividade das empresas, não só perante os clientes, mas inclusive também ao nível dos benefícios decorrentes duma gestão mais eficaz dos recursos necessários.

Esta lógica de melhoria contínua, quando assimilada pelas empresas, acaba por as envolver num processo gradual de mudanças internas, criando uma cultura interna amiga do ambiente e a manutenção da *sustentabilidade das suas ações*.

Contudo, existe uma diferença entre uma excelência nas organizações e uma verdadeira cultura em prol do ambiente e neste caso o processo acaba por passar para o exterior da própria empresa, não se restringindo a ações pontuais de beneficência ou mecenato, mas uma participação efetiva da empresa na vida da comunidade e na sua

relação com outras partes interessadas, que potencia a adoção por parte da empresa de uma postura de cidadania ativa, socialmente responsável.

Este projeto teve como objetivo o diagnóstico da sensibilidade ambiental das empresas com franca incidência nas práticas ambientais, consistindo numa narrativa de práticas concretas, procurando também ajudar a comprovar que a integração duma cultura ambiental é um processo transversal e possível de incorporação por qualquer tipo de organização, seja qual for a sua dimensão ou sector de atividade.

Nas décadas anteriores, os gestores das empresas pensavam, essencialmente, no valor económico, no lucro. Atualmente, a mentalidade dos nossos gestores está a mudar e começam a dar relevância à proteção ambiental.

A adoção de práticas amigas do ambiente por parte das empresas traz, claro, benefícios, como por exemplo a redução de custos, a racionalização de recursos, a motivação do pessoal, parceiros empresariais mais fiáveis, reforço da competitividade, menor rotação do pessoal e uma melhor comunicação entre colaboradores e acionistas. Embora estejamos todos cientes das melhorias que a adoção destas práticas traz para as empresas, estarão estas preparadas para as abraçar?

Neste aspeto, a grande conclusão a que chegamos é que em todas as entrevistas existem práticas amigas do ambiente, revelando-nos de algum modo uma maior aceitação de uma convergência entre a performance económica e a performance ambiental. A perspetiva sustentável pode e é considerado uma mais-valia nos processos produtivos e organizacionais das empresas entrevistadas. A atitude de disponibilidade para mudar não é limitada, mas está sem dúvida condicionada a vários fatores. Se alguma coisa ficou clara foi a generalização da preocupação ambiental. O panorama está a mudar, sem dúvida, em vários aspetos. Porém, questionamo-nos quais serão as condições que permitirão acelerar as mudanças positivas? Que modos poderão encurtar a distância entre o ideal e o real? Estará a questão ambiental a tornar-se apenas em mais um sector de atividade económica? Estará a ecologia a tornar-se num rótulo competitivo?

O desenvolvimento sustentável já não é apenas uma bandeira dos movimentos ecologistas. De facto, com as recentes ações coletivas locais e globais em defesa do planeta Terra como um organismo vivo, a questão ecológica deixa de ser um assunto periférico para se transformar pouco a pouco no tema central também no domínio da economia. Nesse sentido, baseados nas entrevistas e na observação não participante, podemos suspeitar que existe uma espécie de “ecologia” soft que pouco a pouco se transforma no discurso institucional. Em muitos aspetos, essa perceção parece também a afetar as empresas através de Normas de controlo dos danos ambientais principalmente na área do

tratamento de resíduos. Muitas empresas de pequena e média dimensão, que constituem a esmagadora maioria dos agentes económicos empresariais, exprimem uma cada vez maior preocupação em relação ao ambiente, tendo como base o “uso” que lhes parece mais racional dos recursos naturais. E, sem dúvida, a reciclagem de resíduos, próprios ou gerados pelos consumidores, é a grande tendência para a diminuição do impacto ambiental negativo das empresas entrevistadas.

A maioria dos dirigentes empresariais entrevistados parece reconhecer a importância da inclusão das práticas ambientais nas suas atividades produtivas e afirmam-se comprometidos com a melhoria do seu desempenho ambiental. Porém, estas preocupações ambientais incidem, na maior parte dos casos, na sobrevivência empresarial. Podemos mesmo sustentar que a questão ambiental entre os dirigentes empresariais não é um altruísmo ligado à biosfera, mas antes um requisito aos novos moldes de produção e de concorrência no mercado.

Estas são apenas algumas interrogações e hipóteses que ficam em aberto e que servirão de reflexão a todos aqueles interessados na defesa da sustentabilidade do nosso planeta.

Bibliografia

- Almeida, J. F. (2000). *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*. Oeiras: Celta Editora.
- APCER (2004). *Guia interpretativo NP EN ISO 14001:2004*. APCER – Associação Portuguesa de Certificação.
- Arendt, H. (1981). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Ajzen, I. (2005). *Attitudes, personality, and behavior*. Londres: McGraw-Hill, England.
- Barreiros, F., Ferreira M. P. & Vieira, J. (2004). Sentimentos e comportamentos em matéria ambiental: detecção de diferenças entre género e grupos profissionais. *Notas Económicas*, 19: 49-64. Retirado de <https://ideas.repec.org/a/gmf/journal/y2004i19p49-64.html>
- Barreto, A. (1996). A eficiência técnica e económica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. *Ciência da informação*, 25 (3): 405-414.
- Beck, U. (2000). *Risk Society. Towards a New Modernity*. London: Sage.
- Campenhoudt, L. V. (2003). *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Coimbra, J. Á. A. (2004). *Linguagem e Percepção Ambiental*. Barueri: Manole.
- Dalton, R. J., Recchia, S., Rohrschneider, R. (2003). The Environmental Movement and the Modes of Political Action. *Comparative Political Studies*, 36(7): 743-771. DOI:10.1177/0010414003255108.
- Dickens, P. (1992). *Society and Nature: Towards a Green Social Theory*. Studies in Sociology. London.
- Dickens, P. (2004). *Society and Nature*. United Kingdom: Polity Press.
- Dietz, T., Fitzgerald, A. & Shwom, R. (2005). Environmental Values. *Annual Reviews*, 30: 355-372. Retirado de <https://doi.org/10.1146/annurev.energy.30.050504.144444>
- Dunlap, R. E., (1998). The Coming of Age of Environmental Sociology: An American Perspective. *EUROPAEA – Journal of the Europeanists* (VIII): 25-40.
- Dunlap, R. E. (2002). *Environmental Sociology: An Introduction in Handbook of Environmental Sociology*. Greenwood Press.
- Dunlap, Riley E. & Allii, A. (2002). Classical Foundations, Contemporary Insights. In Buttel, F., Gijswijt, A., Dickens, P. & Dunlap, R. E. *Sociological Theory and the Environment*. New York.: Rowman & Littlefield Publishers.
- Damásio, A. (2000). *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Estanque, E. (1999). Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55: 85-111.

- Ferreira, V. S. (1999). Atitudes perante a sociedade. In Pais, J. M. *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Figueiredo, E. e Fidélis, T. (2003). 'No meu quintal não!': Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65: 151-173.
- Freire, A. (2003). Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparativa. In Pais, J. M. *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Garner, R. (1996). *Contemporary Movements and Ideologies*. New York: McGrawhill.
- Giddens, A. (1990). *The Consequences of Modernity*. Stanford: University Press.
- Giddens, A. (2002). *Mundo em descontrolo*. Rio de Janeiro: Record.
- Gilbert, D. T. (1998). *Handbook of social psychology*. England: McGraw-Hill. [versão electrónica]
- Gumes, S. (2005). Construção da conscientização sócio-ambiental: formulações teóricas para o desenvolvimento de modelos de trabalho, *Paidéia*, 15: 345-354.
- Hannigan, J. A. (1995). *Environmental Sociology: a Social Constructionist Perspective*. London: Routledge.
- ISO (2002). Linhas de orientação na abordagem por processos de um SGQ, *International Organization for Standardization*.
- Inglehart, Ronald (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. New Jersey: Princeton University Press.
- Jodelet, D. (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Lima, A. V. & Guerra, J. (2004). Ambiente e cidadania: dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus. In Lima, L. *et al. Ambiente e Desenvolvimento, Atitudes Sociais dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lima, A. V. & Schmidt, L. (1996). Questões ambientais – conhecimentos, preocupações e sensibilidades. *Análise Social*, 135 (XXXI): 205-227.
- Lima, L. (2004). Percepção de riscos ambientais: realismo ou ilusão? In Lima, L. *et al. Ambiente e Desenvolvimento, Atitudes Sociais dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lima, A. V. & Reis, M. (1998). Desenvolvimento território e Ambiente. In Viegas, José Manuel L. e Costa, António Firmino. *Portugal que Modernidade?* pp. 329-363. Oeiras: Celta Editora.

- Leiserowitz, A., Kates, R. & Parris, T. (2006). Sustainability Values, Attitudes, and Behaviours: A Review of Multinational and Global Trends. *Annual Reviews*, 31: 413-444. Retirado de <https://doi.org/10.1146/annurev.energy.31.102505.133552>
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação*. São Paulo: Editora Atlas.
- Martell, L. (1994). *Ecology and Society: an introduction*. Cambridge: Polity Press.
- Mela, A., Luca, D. & Belloni, M. C. (2001). *A Sociologia do Ambiente*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Miller, D. L. (1973). *George Herbert Mead: Self, Language and the World*. Austin: University of Texas Press.
- Mead, G. H. (1932). *The Philosophy of the Present*. Chicago: University of Chicago Press.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: RJ: Vozes.
- Nave, J. & L. Schmidt (2002). *As Alterações Climáticas no Quotidiano: Estudo Comportamental de Curta Duração – Relatório Final*. Lisboa: ISCTE.
- Pinheiro, J. Q. (1997). Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. *Dossiê Psicologia Ambiental*, Estudos de Psicologia, pp. 377-398.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reigota, M. (1995). *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez.
- Schmidt, Luísa (1999). Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência. *Análise Social*, 150 (XXXIV): 175-210.
- Schmidt, L. & Valente, S. (2004). Factos e opiniões: uma abordagem transnacional ao desenvolvimento sustentável. In Lima, L. et al. *Ambiente e Desenvolvimento, Atitudes Sociais dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Soromenho-Marques, V. (1993). O Problema da Decisão em Política Ambiente. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 36: 27-40.
- Targino, M. (1994). Informação ambiental: uma prioridade nacional? *Revista Informação e Sociedade*, 1: 51-84.
- Vala, J. & Monteiro, M. B. (2002). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vincent, A. (1992). *Modern Political Ideologies*. London: Blackwell.
- Yearley, S. (1992). *A Causa Verde: uma sociologia das questões ecológicas*. Oeiras: Celta Editora.

Haverá um real empenho dos empresários na implementação de um desenvolvimento sustentável? No fundo, pretendemos colocar uma questão genérica essencial: até que ponto a intervenção humana, na área da produção económica e com a atual forma de produzir, está a ter em conta a problemática da sustentabilidade?

Na verdade, a ação humana e tecnológica agressiva vinda da produção económica sobre o ambiente é cada vez maior, e neste sentido torna-se relevante perceber esta interferência. O objetivo mais geral do estudo consiste em saber se os dirigentes das empresas portuguesas, para além dos seus discursos “politicamente corretos”, agem de forma consciente, escolhendo um caminho em consonância com um desenvolvimento sustentável, ou se, pelo contrário, optam pelo crescimento desenfreado sem se preocuparem com as consequências das suas atividades empresariais na sustentabilidade das comunidade tendo o cuidado de ver estes dois tipos extremos de antropocentricidade, apenas como gradações de uma escala de intensidade da perceção ecológica.

O nosso principal objetivo mais específico foi o de estudar as representações sobre o tema ambiental de dirigentes das empresas em contexto de certificação ambiental. Nesse sentido, formulamos uma primeira hipótese: *será que, tal como defendem os discursos, a melhor informação ambiental aliada a um esclarecimento sobre as questões gerais da ecologia estão associadas a atitudes e práticas mais amigas do ambiente por parte das empresas?*

Poder-se-á afirmar que o impacto externo, meios pelos quais as empresas tomam conhecimento acerca das questões ambientais, parece influenciar a escolha das empresas? Assim, concluímos que, independentemente da representação social associada ao ambiente, ou seja, o ambiente como apenas um novo mercado ou como algo a proteger, as atitudes ambientais influenciam todas as empresas entrevistadas que apresentam, de modo geral, uma atitude ambivalente em relação à necessidade de defender a sustentabilidade.

Dos autores